

Relatório
e Contas
2021

MOZA
O valor é teu.

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

O ano de 2021 ficou marcado por um sentimento de optimismo moderado relativamente aos indicadores macroeconómicos mundiais face às incertezas que ainda pairavam em relação à evolução da pandemia da Covid-19. Apesar dos sinais animadores, decorrentes de uma maior abrangência das campanhas de vacinação no mundo, na região e no país o que de certa forma proporcionou períodos mais longos de medidas menos restritivas para o normal funcionamento das actividades económicas, a ameaça constante de surgimento de novas variantes do vírus, e as novas vagas de contaminação, resultaram num crescimento real moderado da economia nacional, abaixo das previsões iniciais do Governo.

Em 2021, a inflação anual registou uma subida para 6,74% (2020: 3,52%), ainda assim, dentro da meta estabelecida pelo Banco de Moçambique (menos de 10%). O efeito combinado entre a postura monetária restritiva, manifestada pela revisão em alta da taxa de referência da política monetária (Taxa MIMO), na ordem de 300 pontos bases, passando de 10,25% para 13,25% e a manutenção das taxas de câmbio foram determinantes para contenção das pressões inflacionárias. Por sua vez, o requisito de reservas obrigatórias sofreu uma redução, no mesmo período, passando, em moeda nacional de 11,50% para 10,50%, e em moeda estrangeira de 34,50% para 11,50%. Estes ajustes estimularam o crescimento de crédito à economia, ainda que de forma tímida (mais 3,9% face ao período homólogo).

Para o Moza Banco, o exercício de 2021, foi um ano de intenso trabalho, e de consolidação das conquistas progressivamente alcançadas ao longo dos últimos anos. Um ano em que o Moza, uma vez mais, venceu a sua determinação de crescer de forma sólida e sustentável, reforçando o vínculo relacional com os seus Clientes e com o mercado. Em Novembro de 2021, os accionistas do Banco realizaram uma operação de reforço do capital social no montante de MZN 1.953 Milhões, reforçando a confiança na viabilidade a longo prazo da actividade do Banco, assegurando deste modo a implementação do Plano Estratégico 2019 - 2023.

Os níveis actuais dos rácios prudenciais apresentados pelo Moza Banco demonstram que o Banco detém um dos melhores índices de capitalização do sector bancário nacional. A 31 de Dezembro de 2021, o rácio de solvabilidade do Banco atingiu 23,21%, níveis bastante acima dos requisitos impostos pelo regulador (12,0%), e dos valores médios apresentados pelo mercado.

No contexto de incerteza macroeconómica e imprevisibilidade em torno dos impactos da Covid-19 e no âmbito de gestão de risco, o Banco reforçou significativamente as imparidades de crédito visando cobrir o risco inerente e procedeu igualmente ao saneamento de algumas operações vencidas que se encontravam totalmente cobertas. Esta medida, resultou na redução da carteira de crédito em 10% face ao igual período de 2020. Excluindo tais operações, a carteira apresentaria um crescimento homólogo de 2%. Por seu turno, e como resultado da estratégia do Banco em reduzir o custo de funding, a carteira de depósitos fixou-se em MZN 32,8 Bi, que compara aos MZN 35,2 Mil Milhões registados em 2020, resultando numa melhoria do rácio de transformação em 7 pontos percentuais (pp).

O rácio cost-to-income atingiu 67,2%, abaixo dos 100,5% registados em igual período de 2020, reflectindo, por um lado, o efeito positivo do incremento do produto bancário e por outro lado, das medidas tendentes ao não crescimento dos custos de estrutura.

Mantivemo-nos fiéis à determinação de evolução da nossa actividade em harmonia com o rigor e prudência que imprimimos nos exercícios precedentes e os resultados operacionais acabariam por evoluir em conformidade com as melhores expectativas. Assim, em 2021 a performance do banco acabaria por ficar bem patente na evolução do Resultado Bruto de Exploração, o qual cresceu 285% face ao exercício anterior, fixando-se num patamar de 2.161 Milhões de Meticals contra 561 Milhões registados no ano anterior.

O resultado líquido apurado, porém, embora negativo em MZN 1.381 Milhões, é resultante da necessidade de reforço de imparidades para cobertura do risco associado a uma grande operação vencida e que só por si representou uma imparidade de cerca de MZN 1.400 Milhões - e cuja recuperabilidade será demorada e complexa. Este reforço, demonstra o nosso compromisso em garantir níveis adequados de cobertura dos activos, em linha com a política conservadora, prudente e profissional de gestão de risco definida pelo Conselho de Administração do Banco.

Por outro lado, mantivemo-nos fiéis ao nosso ADN de Banco relacional, que se inspira no Cliente como centro do seu posicionamento estratégico.

Esta visão e abordagem, permitiram-nos por um lado, aumentar a acessibilidade e abrangência dos nossos serviços, por via da abertura de novas Agências, e por outro, diversificar a nossa Oferta de produtos e serviços criando uma proposta de valor bastante competitiva e distinta, com produtos e serviços mais adaptados à realidade e expectativas de cada Cliente, mantendo a elevada qualidade e inovação que nos caracterizam.

Nesta sequência, especial realce vai para a abertura de mais 2 Agências, nomeadamente, as Agências Nacala-Ontupaia e Zumbo, demonstrando assim um claro esforço de estar mais perto das populações, empresas e instituições, não obstante as adversidades que a actual conjuntura mundial nos tem imposto. A abertura da Agência Zumbo em particular, localizada no extremo ocidental do País, enquadra-se no âmbito da parceria com o MADER visando incrementar os níveis de bancarização e promoção de finanças rurais, o que está perfeitamente em linha com a missão e visão institucional do Moza Banco.

No quadro da transformação digital, enquanto um dos pilares estratégicos no posicionamento actual do Moza Banco, destaca-se para a concepção e disponibilização de um novo canal transaccional, o AZAPP, o serviço de WhatsApp Banking do Moza que permite aos Clientes, ter acesso à sua conta, efectuar pagamentos, consultas, transferências, compra de recargas, entre outras operações úteis no seu dia-a-dia através do WhatsApp. Mais uma inovação Moza! A implementação do projecto de interoperabilidade com a carteira digital E-Mola representa outro marco relevante neste domínio, e que colocou o Moza como o 1º Banco a disponibilizar o serviço de transferências para as 3 principais carteiras digitais do País.

A aposta na tecnologia e inovação aliada à evolução dos indicadores da actividade comercial e performance financeira que o Banco tem vindo a registar, com particular incidência no ano 2020, a superior qualidade de serviço demonstrada, a expansão da rede de balcões e a disponibilização de produtos e serviços de valor acrescentado para os Clientes, levaram a que o Moza Banco fosse distinguido em 2021, pela prestigiada publicação African Banker Magazine, como o Melhor Banco da África Austral. Esta distinção, que ocorre pelo segundo ano consecutivo, muito nos orgulha, pois representa um sinal inequívoco da confiança junto do mercado, e dos nossos estimados Clientes em particular, fruto do excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pelos colaboradores e quadros da instituição, que com sabedoria, energia, empenho e dedicação, tem contribuído para a consolidação, crescimento e afirmação do Moza.

Ainda em 2021, e não obstante o contexto desafiante que continuou a prevalecer ao longo do ano, o Moza Banco manteve a sua inabalável determinação de desenvolver e apoiar vários projectos sociais, alinhados com a Política de Responsabilidade Social vigente no Banco, e demais políticas sectoriais, procurando agregar valor às Comunidades de entorno e ao País no geral, dando especial atenção à minimização dos impactos da pandemia da Covid-19. Neste contexto, concedemos apoios a instituições envolvidas no combate a esta doença, quer seja para aquisição de material hospitalar, melhoria das condições de atendimento aos doentes e ainda procedemos a doação de material de higienização e protecção diverso as camadas mais vulneráveis. Por outro lado, consolidamos as parcerias sectoriais já existentes visando a materialização de diversos projectos com forte potencial transformador.

Neste exercício, o compromisso do Moza Banco com o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, numa tendência de alinhamento constante com as melhores práticas internacionais de gestão, consubstanciou-se na adopção de um novo modelo que consiste na separação das funções de Presidente de Conselho de Administração (PCA) e de Presidente da Comissão Executiva (PCE). Com efeito, foi nomeado um Gestor com uma vasta experiência no sector, o Dr. Manuel Soares, para o desempenho exclusivo das funções de PCE do Banco. Com este novo modelo, o Banco reforça a sua estrutura organizativa, e passa a contar com um modelo de governação em harmonia com as melhores práticas internacionais do sector.

A terminar, gostaria, em nome do Conselho de Administração, de manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para a consolidação e crescimento do Moza Banco, em especial aos Colaboradores, pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão, aos nossos Clientes por manterem a sua confiança nesta Instituição, aos nossos Accionistas pela lealdade e por todo o suporte que nos têm concedido e ainda às Autoridades de Supervisão e Governamentais pela disponibilidade e suporte no processo que o Banco tem vindo desenvolver.

A todos fica uma palavra de gratidão, mas também de compromisso e determinação para que, com muito trabalho, rigor e qualidade, possamos retribuir a confiança em nós depositada.

João Figueiredo
Presidente do Conselho de Administração

2. Principais Destaques

2.1. Principais indicadores

Principais Indicadores (em milhares de Meticals)	2020	2021	Var. % 2021 - 2020 ¹
BALANÇO			
Activos Totais	47 533 516	45 108 113	-5%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	24 410 709	22 070 821	-10%
Recursos de Clientes	35 150 178	32 753 139	-7%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	82%	75%	-6,8 pp
POSICIONAMENTO COMPETITIVO²			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	10,30%	8,49%	-1,8 pp
Quota de mercado em Depósitos	6,10%	5,67%	-0,4 pp
Quota de mercado em Activos	6,10%	5,62%	-0,4 pp
RENDIBILIDADE			
Resultado Bruto de Exploração	560 785	2 160 616	285%
Produto Bancário	2 989 677	4 515 600	51%
Rácio de Margem Financeira	1,60%	2,29%	0,6 pp
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	1,87%	-9,18%	-11 pp
ROA	0,31%	-0,40%	-0,7 pp
LIMITES PRUDENCIAIS			
Tier I	19,09%	26,42%	7,3 pp
Rácio de Solvabilidade - Moza Banco	14,83%	23,21%	8,3 pp
Rácio de liquidez	42,53%	44,55%	2,0 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Crédito Vencido >90 dias	4 385 832	3 571 888	-18,6%
Crédito Vencido Total	4 445 372	3 719 990	-16,3%
Imparidade do Crédito	4 529 768	2 655 386	-41,4%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	15,50%	14,64%	-0,8 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	103%	74%	-28 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	102%	71%	-30 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	16%	11%	-5,1 pp
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	3 395 756	3 398 537	0%
Outros gastos operacionais	1 103 318	1 159 876	5%
Gastos com Pessoal	1 716 161	1 733 513	1%
Amortizações	576 277	505 148	-12%
Custos Operativos/Activos Totais (%)	7,1%	7,5%	0,3 pp
Cost-to-Income	100,5%	67,2%	-33 pp
FSE/Produto Bancário	36,9%	25,7%	-11 pp
RH/Produto Bancário	57,4%	38,4%	-19 pp
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Agências Bancárias	70	63	-10%
Nº de ATMs	118	108	-8%
Nº de Quiosques	21	21	0%
Nº de POS	2 729	3 515	29%
Nº de Colaboradores no final do Período	925	917	-1%
Nº de Clientes	171 232	169 669	-1%
Nº de Cartões na Rede	110 952	138 163	25%

¹ Carteira de crédito deduzido das imparidades

² Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2021

pp = pontos percentuais

2.2. Principais destaques

SOLIDEZ

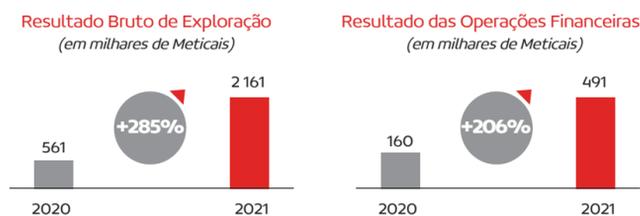


Os Capitais Próprios do Banco apresentaram um Aumento de 7% comparativamente a igual período de 2020, resultante de uma operação de aumento do Capital por parte dos Accionistas do Banco, realizada no 3º trimestre de 2021.

O Moza continua a apresentar níveis de solvabilidade muito acima dos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que se situa em 12% e aos benchmarks do Mercado.

O rácio de liquidez fixou-se nos 44,5%, muito acima do mínimo regulamentar (25,0%), evidenciando que o Banco encontra-se em condições de honrar todos os seus compromissos para com os Clientes, fornecedores ou qualquer outro stakeholder.

RENDIBILIDADE



O Moza regista uma evolução significativa do Resultado Bruto de exploração, mantendo a consistência na geração de resultados positivos.

Crescimento significativo das operações financeiras, que agregam os resultados cambiais e de operações de negociação e de cobertura, muito alicerçado nos ganhos da reavaliação de passivo de locação, denominado em moeda estrangeira.

3. Moza Banco

Breve Descrição

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco, Moza ou Banco) é um Banco Universal de Retalho, que opera no mercado moçambicano desde 16 de Junho de 2008, e presta serviços bancários ao longo de todo o País, com base numa rede de 63 agências bancárias (3ª maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de Clientes Institucionais, Empresariais, Individuais e de Retalho.

A estrutura do capital do Banco é suportada por cinco accionistas, nomeadamente, a KUHANHA - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Banco de Moçambique, Arise B.V., Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S, S.A. (Banco Português) e Dr. António Almeida Matos.

Principais Marcos Históricos

- ▶ Abrimos as portas pela primeira vez em 2008
- ▶ Em 2011, apenas 3 anos depois do início da actividade, a prestigiada revista, "The Banker", do grupo Financial Times, classificou o Moza Banco como o quinto Banco em África com o mais rápido crescimento em relação aos activos.
- ▶ Inspirados pelo sucesso e pelos ventos favoráveis do crescimento económico em Moçambique, olhamos para o futuro e vimos novas possibilidades. Iniciamos então em 2014, um programa de expansão, com o intuito de aumentar a acessibilidade aos nossos serviços e estar mais próximos dos nossos Clientes e público em geral, assumindo o desafio de nos tornarmos no "Banco Universal de Retalho" de referência em Moçambique.
- ▶ Em 2015, o Banco assegurou a total cobertura nacional, marcando a presença em todas as províncias de Moçambique.
- ▶ Em Junho de 2017, no âmbito do processo de recapitalização do Banco, a Kуханha (Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique) passou a integrar a estrutura accionista do Banco, com uma participação de 79,3%;
- ▶ Em Dezembro de 2018, a Arise (empresa gestora de um fundo de investimento líder em África com parcerias sustentáveis com entidades financeiras na África Subsaariana e participado pela FMO, Norfund e Rabobank), passou a integrar a estrutura accionista do Moza, com uma participação de 29,80%. Ainda em Dezembro de 2018, o Moza materializou o objectivo de aquisição de 100% das acções do Banco Terra Moçambique (BTM), com o objectivo de uma posterior fusão entre as 2 instituições.
- ▶ O bem-sucedido programa de reorganização e reestruturação financeira implementado pelo Banco, após a intervenção do Banco Central em 2016, e que permitiu ao Moza voltar a posicionar-se entre os 5 maiores Bancos do País, foi em 2019, alvo de reconhecimento pela revista "The Banker", que atribuiu ao Moza o Award "Deal of the Year 2019 for restructuring in Africa", ou seja, a melhor Operação de Reestruturação Financeira do Ano 2019, a nível do continente africano.
- ▶ A 26 de Agosto de 2019, e após a necessária aprovação da Entidade Reguladora e de Supervisão, concretizou-se formalmente a fusão entre o Moza Banco e o Banco Terra S.A., abrindo-se uma nova página na nossa história e assinalando um passo determinante no sentido da construção e consolidação não só da nossa Instituição como do próprio Sistema Financeiro, que se pretende mais robusto e verdadeiramente ao serviço da economia nacional.
- ▶ Em 2020, apenas 3 anos e meio, após a operação de profunda reestruturação operacional, saneamento financeiro e reconfiguração da estrutura de capital, efectuado no seguimento da intervenção de que foi alvo por parte do Banco Central, o Moza Banco logrou obter um resultado líquido positivo de 146 milhões de meticais, alcançando assim o Break Even.

Marca Moza

A notoriedade da marca Moza Banco tem evoluído continuamente e consistentemente ao longo dos anos o que pressupõe que existe um elo forte com os nossos Clientes e com o mercado, revelando reconhecimento e confiança.

Fruto dessa confiança, alicerçada por um serviço de qualidade superior, o Moza foi em 2021, pelo segundo ano consecutivo, eleito o melhor Banco regional da África Austral num evento que premeia os melhores intervenientes do sector da Banca e Finanças no continente, em cada ano.

As distinções são promovidas pela African Banker Magazine com o alto patrocínio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e visam fundamentalmente enaltecer as realizações de empresas e indivíduos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do sector financeiro ao nível do continente africano. Foi neste contexto que o Moza foi distinguido como o melhor a nível da região Austral do continente africano. Pesou para esta distinção a extraordinária evolução dos indicadores da actividade comercial que o Banco tem vindo a registar, a expansão da rede de balcões, a qualidade de serviço prestado, consubstanciada pela disponibilização de produtos e serviços de valor acrescentado para os Clientes e o mercado alargado.

A expansão dos nossos serviços para mais pontos do País, através da implantação de novos balcões em locais que, até então não tinham cobertura bancária, contribuiu igualmente para fortalecimento da Marca Moza.

Outro aspecto de realce, é o processo iniciado em meados do ano, de renovação da imagem exterior das nossas Agências ao longo do país, ajustando-as aos novos elementos da marca Moza. Com esta iniciativa procuramos transmitir mais eficazmente a vivacidade e o dinamismo intrínseco à marca aumentando a notoriedade e facilitando a identificação.

Em 2021 continuamos a identificar e criar as melhores oportunidades para o sucesso financeiro dos nossos Clientes, Colaboradores e accionistas. Assim como elogiamos e partilhamos os valores éticos que inspiram um futuro melhor para o país.

4. Principais Eventos em 2021

4.1 Principais Eventos em 2021

Das inúmeras actividades desenvolvidas em 2021 e que de forma permanente ficarão marcadas na história do Banco, destacam-se as seguintes:

FEVEREIRO

"Reabilitação" do Hospital Geral de Mavalane

No âmbito dos esforços do Banco visando combater a Covid-19, o Moza apoiou na reabilitação do Hospital Geral de Mavalane, por forma a conferir àquela unidade sanitária, uma maior e melhor capacidade de atendimento aos doentes da Covid-19. O apoio do Banco foi constituído por loiça sanitária e material de carpintaria e de electrificação.

MARÇO

Emissão de USD 7.500.000 em obrigações para apoiar novos negócios

Com a emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular no montante de USD 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil Dólares Norte Americanos), destinado a apoiar novos negócios no País, o Moza Banco tornou-se o primeiro Banco no mercado financeiro nacional a emitir obrigações em moeda estrangeira, sob o contexto regulamentar que orienta a emissão de títulos no país.

Doação ao HCM da 1ª máquina cirúrgica para tratar Papilomatose Laríngea

Como forma de minimizar o sofrimento de centenas de crianças que padecem de Papilomatose Laríngea, o Moza Banco doou uma máquina de Laser CO2 ao Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Central de Maputo, que irá viabilizar o tratamento cirúrgico da doença a nível da maior unidade sanitária do País, devolvendo assim sorriso e esperança as crianças afectadas pela doença.

ABRIL

Lançamento da 1ª Edição do Prémio de Jornalismo Moza Banco

Teve lugar em Abril, o lançamento da 1ª Edição do Prémio de Jornalismo Moza Banco, com o tema: "Violência baseada no género em tempos da Covid-19". O concurso tinha como objectivo incentivar os profissionais de comunicação social a investigar, produzir e publicar artigos sobre a violência de género, e premiar a excelência no âmbito da actividade jornalística na área social. A distinção dos melhores trabalhos publicados na Comunicação Social nacional ocorreu em Dezembro e abrangeu três categorias: Imprensa Escrita, Rádio e Televisão.

JUNHO

Reeleição do Moza Banco como o melhor Banco da África Austral

Pelo segundo ano consecutivo, o Moza Banco foi eleito o **melhor Banco regional da África Austral** pela revista African Banker - uma prestigiada publicação africana de especialidade na área financeira que, em cooperação com a IC Events e Business in Africa Events, atribuem anualmente prémios a personalidades e Bancos que têm impulsionado o desenvolvimento do sector financeiro e a rápida transformação do continente africano. É nesse contexto que o Moza Banco se destacou, uma vez mais, a nível da região Austral do continente.

Lançamento do "AZAPP", uma solução de WhatsApp Banking

No seguimento da estratégia de transformação e inclusão digital, visando disponibilizar aos Clientes e ao mercado formas cada vez mais simples e abrangentes de aceder aos serviços financeiros, o Banco procedeu ao lançamento do AZAPP - o serviço de WhatsApp Banking que permite aos Clientes, ter acesso à sua conta, efectuar pagamentos, consultas, transferências, compra de recargas, entre outras operações úteis no seu dia-a-dia através do WhatsApp. O AZAPP permite ainda actualizar documentos, sem ser necessário ir ao Banco. Mais uma inovação Moza!

Parceria com o Clube Desportivo de Maputo

O Moza Banco e o centenário clube Desportivo de Maputo rubricaram um Memorando de Entendimento que visa apoiar na reabilitação e modernização das infra-estruturas do Clube. Através deste acordo, o Banco passa a ser um parceiro estratégico do Grupo Desportivo de Maputo, comprometendo-se em apoiar as equipas de Basquetebol Sénior Masculina e Feminina e em especial a formação de jovens atletas da mesma modalidade.

JULHO

Início de Funções do Novo Presidente da Comissão Executiva

Em linha com as melhores práticas internacionais do sector financeiro, o Banco adoptou um novo modelo de Governação Corporativa, e que se consubstanciou na separação das funções de Chairman e de Presidente da Comissão Executiva. Com efeito, foi indicado o Gestor de larga experiência na Banca, Dr. Manuel Soares, para desempenhar exclusivamente as funções de Presidente da Comissão Executiva (PCE) do Moza Banco, cujo início de funções foi no mês de Julho.

AGOSTO

Inauguração da Agência Zumbo - Tete

O Presidente da República, Filipe Nyusi, procedeu, a 02 de Agosto, com a inauguração da primeira Agência bancária no distrito de Zumbo, província de Tete. A abertura desta Agência do Moza Banco enquadra-se no âmbito da iniciativa presidencial "Um Distrito, Um Banco", da qual o Moza é uma das instituições impulsionadoras tendo, ao abrigo da mesma, aberto 16 Agências Bancárias.

SETEMBRO

Assinatura do Protocolo de interoperabilidade com a carteira digital E-Mola

Desde o mês de Setembro que passou a ser possível aos Clientes do Moza Banco efectuar transferências múltiplas de dinheiro, numa única operação, para a carteira electrónica da Movitel, o e-Mola, com a assinatura de um protocolo de interoperabilidade entre as duas instituições. O serviço permite que se efectue transacções entre utilizadores do Moza e do e-Mola através dos canais Moza Já (*247#), Moza Mobile, Moza NET e AZAPP (WhatsApp Banking), e o e-Mola através do USSD *898# ou pela App e-Mola. Esta funcionalidade permite ainda que os Clientes possam pagar serviços (Água, Internet, TV), comprar recargas e ainda efectuar pagamentos a particulares.

OUTUBRO

Reabertura de Agência Nacala-Ontupaia

O Distrito de Nacala passou a contar com mais uma Agência Moza, com a reabertura da Agência Nacala - Ontupaia, que retomou as suas actividades, no mês de Outubro, facilitando assim a acessibilidade aos serviços financeiros naquele ponto do País. Com a reabertura da Agência Ontupaia, eleva-se para 63 o número de Agências do Moza Banco, reforçando a posição de Banco com a 3ª maior rede de Agências no País.

Participação na Conferência "Conheça e Use Financiamento PME"

O Moza Banco participou na 6ª edição da Conferência "Conheça e Use Financiamento PME", que teve lugar no distrito de Chokwé, província de Gaza. O evento organizado pelo Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPME), tinha como objectivo divulgar linhas de financiamento, facilitar a interacção entre a Banca e as Micro, Pequenas e Médias Empresas e, ainda, assistir as PME's em matérias de literacia financeira.

DEZEMBRO

Lançamento do Prémio Literário Fernando Leite Couto

No âmbito da parceria entre o Banco e a Fundação Fernando Leite Couto (FFLC) visando incentivar a produção de acções ligadas ao desenvolvimento da cultura e da literatura, foi lançado em Dezembro o "Prémio Literário Fernando Leite Couto 2021" um concurso literário criado em 2017 pela FFLC e que tem por objectivo promover e premiar jovens escritores moçambicanos. A edição de 2021 do prémio conta com o alto patrocínio do Moza Banco.

Evento de apresentação do livro de Ungulani Baka Khosa

O Moza Banco é o patrocinador oficial da mais recente obra literária do consagrado escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa. Trata-se da segunda edição do livro de prosa "Os Sobreviventes da Noite", no qual o escritor descreve ao detalhe e de forma invulgar a realidade histórica de Moçambique no período pós-independência.

A obra da editora Cavalo do Mar foi apresentada aos Clientes e colaboradores do Moza Banco, em Maputo no mês de Dezembro.

Natal solidário

Por ocasião do Dia da Família, o Banco, em coordenação com o Ministério do Género, Criança e Acção Social, procedeu a doação de colchões impermeáveis e produtos de higiene ao **Centro de Atendimento de Adolescentes e Jovens com Deficiência Profunda**. O apoio visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos beneficiários e proporcionar momentos de alegria e diversão na quadra festiva.

5. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

5.1 Estrutura Accionista

No dia 12 de Outubro de 2021, a Assembleia Geral de Accionistas do Moza Banco aprovou o aumento de capital social da Instituição no montante de 1.953.000.000,00 (Mil e novecentos e cinquenta e três milhões de meticais).

No dia 19 de Novembro de 2021, em cumprimento da deliberação da Assembleia Geral, o capital social do Moza Banco passou de 3.943.250.000,00 MT (três mil, novecentos e quarenta e três milhões e duzentos e cinquenta mil Meticais) para 5.896.250.000 (Cinco mil oitocentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta mil Meticais).

Com o aumento do capital social, registaram-se alterações na estrutura accionista do Moza Banco, no que concerne à sua participação dos accionistas na sociedade, conforme ilustra a tabela abaixo:

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Metícias)	Percentagem do Capital
Kuhanha S.A	742.691	3.713.455.000	62,9799%
Arise B.V.	351.390	1.756.950.000	29,7977%
Moçambique Capitais, S.A	43.435	217.175.000	3,6833%
NB ÁFRICA, SGPS, SA	41.732	208.660.000	3,5389%
António Matos	2	10.000	0,0002%

Moza Banco	1.179.250	5.896.250.000	100%
------------	-----------	---------------	------

A distribuição geográfica dos accionistas também foi alterada em 2021, sendo que o destaque continua a ser o peso dos Accionistas moçambicanos, que representam 66,6634% do número total de acções, demonstrando que o Moza continua a ser a única instituição financeira moçambicana cujo capital social é detido na sua maioria por entidades nacionais.

Origem	Percentagem do Capital
Moçambique	66,6634%
Holanda	29,7977%
Portugal	3,5389%
Total	100,0000%

5.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

São Órgãos Sociais do Moza Banco a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração. Os Órgãos Sociais do Moza são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração para o quadriénio 2020-2023 foi nomeado em Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Março de 2020 e, o Conselho Fiscal para o mesmo período foi nomeado em Assembleia Geral de Accionistas de 15 de Setembro de 2020.

Em Assembleia Geral de Accionistas do dia 12 de Outubro de 2021, foram eleitos dois membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2020-2023 e em virtude da carta de renúncia de um membro do Conselho Fiscal, foi nomeado outro membro em seu lugar, com qualidade de auditor de contas.

A 31 de Dezembro de 2021, a composição dos Órgãos Sociais do Moza Banco era a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa	Lourenço Joaquim da Costa Rosário
Vice-Presidente da Mesa	Maria Violante Jeremias Manuel
Secretária da Mesa	Sara Mondego Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	Irene Luzidia Maurício
Vice-Presidente	Anastácia Sebastião Chamusse Cuna
Vogal	Nuno Gonçalo Gomes Domingues
Suplente	Isaltina José Franco Mahumane Nhabinde

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior
Administrador (Executivo)	Manuel Jorge Mendes Soares
Administrador (Não Executivo)	Manuel Jorge Aranda da Silva
Administrador (Não Executivo)	Wilfred Jeroen Scheelbeek
Administradora (Não Executiva)	Angélica Macave

Modelo de Governação

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos, Accionistas e a Sociedade em geral, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Moza Banco adopta um modelo de governação em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal.

A Comissão Executiva foi nomeada pelo Conselho de Administração a 30 de Março de 2020, cuja duração do mandato coincide com a do Conselho de Administração que a nomeou, ou seja, pelo quadriénio 2020-2023.

Em Conselho de Administração do dia 02 de Junho de 2021, foi nomeado o novo Presidente da Comissão Executiva na sequência da renúncia do anterior Presidente da Comissão Executiva. Assim, a 31 de Dezembro, a Comissão Executiva do Moza Banco era a seguinte:

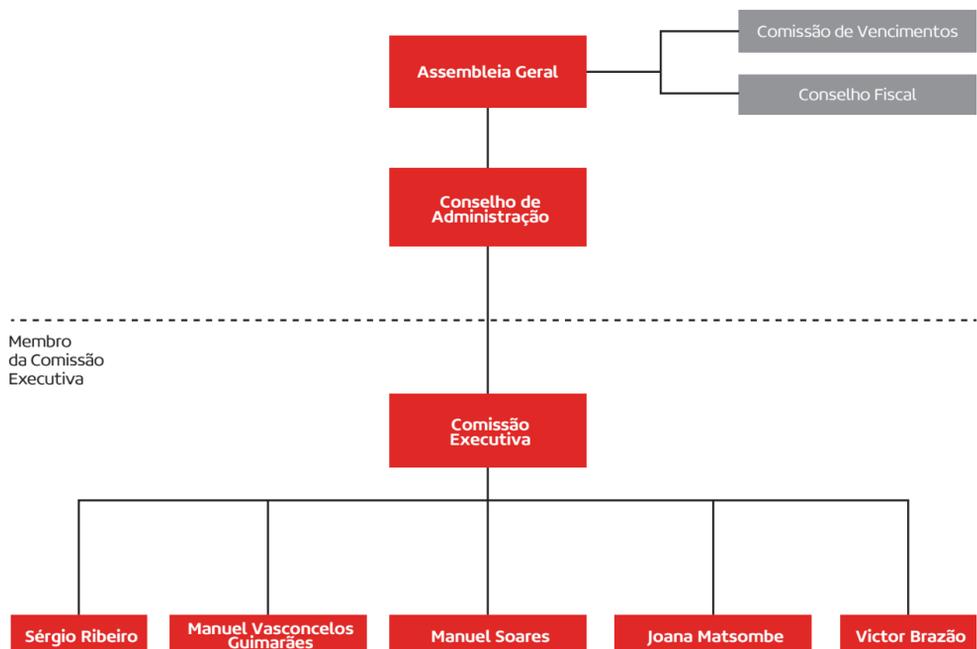
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Manuel Jorge Mendes Soares
Membro	Joana Jacinto David Matsombe
Membro	Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães
Membro	Vitor Manuel Latas Brazão
Membro	Sérgio Eduardo Ribeiro

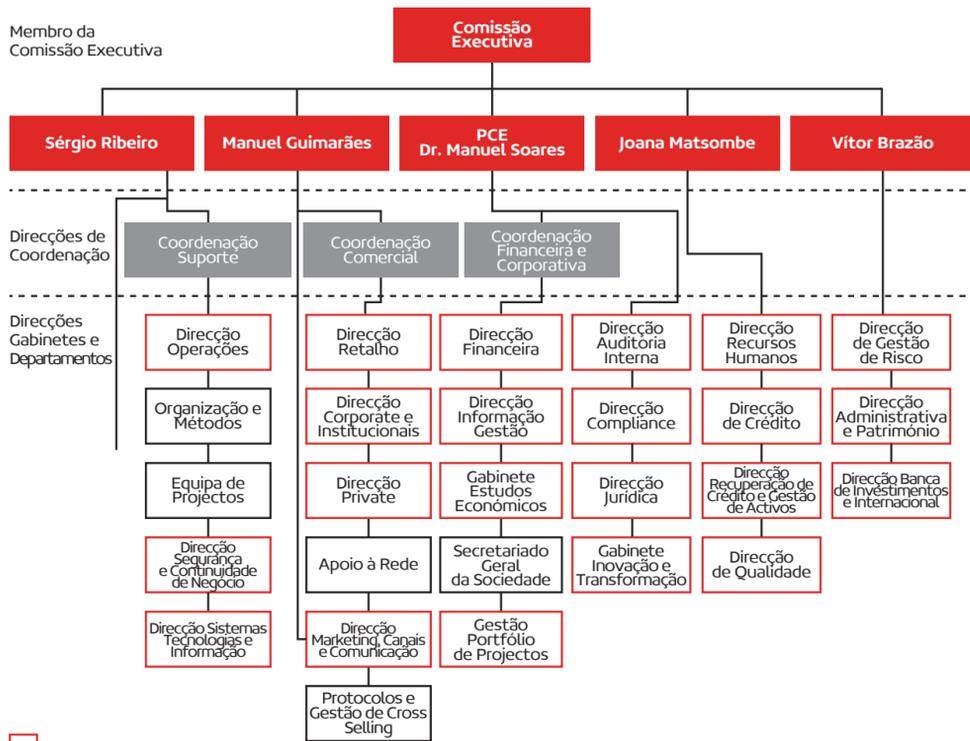
Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração designar o Secretário da Sociedade e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar, e incumbe, entre outras actividades que lhe são atribuídas, orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicar aos Órgãos Sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos Órgãos da sociedade é anualmente revista.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2021, apresentava a seguinte composição:



No que tange à repartição de competências e responsabilidades entre os Membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, a 31 de Dezembro, as mesmas estavam segregadas da seguinte forma:



□ Direcções e Gabinetes
□ Departamentos

Para apoiar na gestão corrente do Banco, no final de 2021, a instituição apresentava as seguintes Comités funcionais:

Conselho de Direcção

Órgão de carácter consultivo que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Banco, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo uma gestão participativa e alargada.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee")

Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

Comité de Risco

Órgão com funções consultivas responsável por assessorar o Conselho de Administração na gestão eficaz dos riscos, conforme as melhores práticas de organização neste domínio e as exigências do Aviso n.º 4/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco, propondo políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto.

Comité de Risco Operacional

Órgão com funções consultivas, delegado da Comissão Executiva, responsável pelo processo de gestão do risco operacional (interligando ao risco de compliance, reputacional e de tecnologias de informação) nas várias fontes apontadas pelo aviso 04/GBM/2013 Directrizes de Gestão de Risco.

Comité Comercial e Negócios

Órgão responsável pelo acompanhamento da actividade dos diferentes segmentos (Retail, Private, Corporate e Institucionais), coordenação das iniciativas correntes e pelo acompanhamento de projectos em cada segmento.

Comité de Projectos e Desenvolvimentos Informáticos

Órgão de carácter consultivo, com principal função de apreciação e debate dos assuntos relacionados com a gestão dos desenvolvimentos da componente informática do Banco, fazendo o alinhamento da capacidade das Tecnologias de Informação (IT), com os pedidos de negócio, permitindo maior controlo sobre os desenvolvimentos em curso. Tem como objectivo garantir que sejam atendidas as prioridades estratégicas do Banco em matéria de IT, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na Direcção de Sistemas e tecnologias de Informação (DSTI), garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portfólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de IT (priorização).

Comité de Auditoria

Órgão subordinado ao Conselho de Administração que tem por missão prestar serviços independentes e de avaliação objectiva, os quais se destinam a acrescentar valor e a melhorar as suas operações, assegurando e melhorando assim a eficácia e a adequação dos processos de gestão de risco, de controlo interno e de governação. Assiste o Banco na prossecução da sua estratégia e dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação da sua actividade.

6. Visão, Missão e Estratégia

Visão e Missão

A Visão do Moza Banco é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos Retail, Private, Corporate e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão.

A sua Missão consiste em providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes, alinhando as estratégias com vista a acrescentar valor para os mesmos.

Os valores do Banco estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

Estratégia

No âmbito de reestruturação do capital social os accionistas aprovaram um novo Plano Estratégico para o período compreendido entre 2019 e 2023.

O referido plano, compreende três fases, nomeadamente:

- ▶ **Primeira fase do ciclo, designada fase de Integração (2019)**, onde foi dada ênfase à integração do ex-BTM no Moza Banco, alavancando os activos de ambas as instituições, em particular o capital humano, promovendo a capacitação interna e orientação por objectivos, por forma a contribuir para o incremento da produtividade e internalização dos sistemas e processos, em detrimento de Outsourcing, reduzindo assim a dependência por fornecedores.

Ainda neste contexto, está prevista a implantação de um conjunto de iniciativas com intuito de tornar o Banco mais eficiente, através da optimização de processos.

- ▶ **Segunda fase de ciclo, designada fase do break-even (2020 a 2021)**, na qual o foco tem sido a continuidade ao desenvolvimento comercial, capitalizando a rede de balcões e o capital humano interno, fornecendo produtos e serviços de valor acrescentado para o Cliente, ao mesmo tempo que o banco dá continuidade à optimização da estrutura operacional, dos processos e sistemas.
- ▶ **Terceira fase do ciclo, designada fase de rentabilidade (2022 a 2023)**, nesta fase deverão ser atendidos os aspectos potenciadores do rigor, responsabilidade e cultura centrada no capital humano, para que se consolidem os níveis de produtividade obtidos, excelência operacional e inovação, contribuindo para a consolidação da satisfação do Cliente.

Ainda neste contexto, a estratégia de negócio do Moza assenta nos seguintes segmentos:

- ▶ **1. Banca de Retalho:**
O Moza pretende assegurar a diferenciação no mercado pela qualidade do serviço prestado e pela oferta de produtos e serviços inovadores no segmento de Particulares, por um lado e por outro, pretende fidelizar as PME e promover uma forte captação de recursos.
- ▶ **2. Institucionais:**
O Moza pretende incrementar o portfólio de Clientes do sector do Estado através da oferta de produtos /serviços à administração local e fundos sectoriais.
- ▶ **3. Corporate:**
Neste segmento, o Banco pretende dinamizar uma oferta integrada de produtos e serviços multicanal de forma a fomentar uma relação de parceria e proximidade.
- ▶ **4. Banca de Investimento:**
O Moza impulsionará serviços de assessoria financeira para a estruturação de financiamentos adaptados às necessidades dos grandes projectos.
- ▶ **5. Recuperação:**
O Moza irá gerir a sua Carteira de Crédito vencido de forma integrada, proactiva e célere, diminuindo os custos com as imparidades e possibilitando a libertação de capital.

No que concerne ao nível de execução do Plano para a primeira e segunda fases do ciclo "Integração" e de "break-even", em linhas gerais, e não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, podemos seguramente afirmar que o Banco alcançou os objectivos. Realçar que já no primeiro ano deste ciclo, o Banco registou resultado positivo, o que evidencia claramente o cumprimento do plano estipulado pelos Accionistas, ainda que a actividade tivesse sido desenvolvida num contexto adverso, devido à Pandemia da Covid-19. Os resultados brutos de exploração de 2021 mostram a tendência crescente de resultados positivos provenientes da actividade do Banco, sendo que os prejuízos registados resultam da necessidade de retirar do Balanço, uma única exposição vencida que pela complexidade judicial envolvida levará muitos anos a ser recuperada.

7. Resposta do Banco aos desafios impostos pela Covid-19

Em 2021, apesar da relativa tendência de estabilização da doença, os impactos da pandemia da Covid-19 continuaram a fazer-se sentir à vários níveis e nos mais variados sectores.

Enquanto Banco socialmente responsável, continuamos ao longo do ano a dar especial atenção à segurança e bem-estar de nossos stakeholders, incluindo Colaboradores, Clientes, parceiros e Comunidade em geral, tendo para o efeito sido implementadas proactivamente um conjunto de medidas preventivas visando minimizar o impacto da doença. Dentre tais medidas destaca-se:

- ▶ Vacinação dos Colaboradores e respectivo agregado familiar;
- ▶ Reforço das medidas de protecção, com a instalação de separadores acrílicos nos postos de trabalho nos Serviços Centrais, bem como nos pontos de contacto com Clientes nas Agências;
- ▶ Reforço na divulgação de informação e medidas preventivas sobre a Covid-19 aos Colaboradores, Clientes, e Público em geral através dos vários canais de que o Banco dispõe;
- ▶ Colocação de um elemento para gestão dos acessos de Clientes às Agências e ATM's, com a responsabilidade de assegurar que estes cumprissem com as medidas de prevenção definidas;
- ▶ Dispensa para exercício remoto das actividades, resultante do aumento do número de casos de infecção no final do ano, de Colaboradores identificados como parte integrante de grupo de risco (devido a questões de saúde).
- ▶ Reforço dos procedimentos de limpeza e desinfecção das nossas instalações, Agências, ATM's e Quiosques;
- ▶ Disponibilização de material de desinfecção e higienização em todas nossas Agências;
- ▶ Determinação de obrigatoriedade de uso de máscaras de protecção por todos os Colaboradores no atendimento aos Clientes;
- ▶ Doação de diverso material de higienização e de protecção ao coronavírus;
- ▶ Prorrogação do prazo de validade dos cartões bancários que expiravam durante o período em que vigorou o Estado de Emergência, permitindo que os Clientes nesta situação pudessem continuar a transaccionar com os seus cartões para além da data de validade, sem a necessidade de se dirigirem às Agências para obter um novo cartão;
- ▶ Promoção de campanhas de incentivo ao uso de Canais Digitais;
- ▶ Isenção de comissionamento em transacções efectuadas nos canais Digitais até ao montante de 5.000.00 Meticais

Ainda no contexto de prevenção e combate à Covid-19, destacamos as seguintes acções e iniciativas de cariz social:

Apoio à campanha de vacinação

O Moza Banco estando ciente dos vários desafios que se colocam na prevenção contra a Covid-19, associou-se à iniciativa do Governo para assegurar a vacinação de um maior número de pessoas, com destaque para os considerados mais vulneráveis.

Foi nesse âmbito que disponibilizou mais de 300 vacinas ao Ministério da Saúde (MISAU), contribuindo desta forma para a concretização do plano de vacinação definido por esta instituição.

Reabilitação do Hospital Geral de Mavalane

Com vista a garantir uma maior e melhor capacidade de atendimento aos doentes da Covid-19, o Moza concedeu apoio para a reabilitação do Hospital Geral de Mavalane (HGM), uma das mais antigas unidades sanitárias da Cidade de Maputo. O apoio foi constituído por loiça sanitária e material de carpintaria e de electrificação, que foi solicitado pelo Hospital, por forma a ter uma melhor preparação para atender os doentes com o coronavírus.

O Moza Banco no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, que tem a área da Saúde como um dos principais focos, e ciente dos desafios que a situação originada pela Covid-19 impõe a todos nós, e particularmente as Unidades sanitárias, decidiu prontamente apoiar o HGM.

Doação de kits de higienização aos Distritos de Zumbo, Magoé e Marávia e ao Município da Beira

No âmbito da inauguração da Agência Zumbo, na província de Tete, evento que contou com a honrosa presença de S. Excia Filipe Nyusi, Presidente da República, o Banco associou ao evento uma acção de solidariedade, que consistiu na distribuição de kits de higienização no âmbito de combate à Covid-19, aos Distritos de Zumbo, Magoé e Marávia. Iniciativa similar teve lugar no Município da Beira, onde a doação abrangeu os Mercados de Goto e Munhava, locais que pela aglomeração, os frequentadores estão mais propensos ao risco de contágio.

O material doado era composto por máscaras de protecção facial, baldes de água, barras de sabão, óculos de protecção, viseiras, bombas pulverizadoras, luvas cirúrgicas, álcool em gel, termómetros, borrifadores, fatos impermeáveis, luvas, máscaras, baldes de água, barras de sabão entre outro.

Instituição do Prémio de Jornalismo com o tema "Violência baseada no género em tempos da Covid-19"

O confinamento que se tem observado em consequência do novo Coronavírus, não obstante ser determinante para conter os níveis de contaminação e propagação da doença, tem, inversamente, incrementado os índices de violência doméstica no seio das famílias moçambicanas.

Ciente desta deplorável realidade, e do papel preponderante que a Comunicação Social tem na transformação social e formação dos cidadãos, o Banco promoveu a 1ª Edição do concurso de Jornalismo com o lema: "Violência baseada no género em tempos da Covid-19".

Pretendia-se com esta iniciativa, contribuir para uma maior divulgação e consciencialização sobre o tema da violência baseada no género, bem como para a promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz, de igualdade de direitos entre homens e mulheres, apelando a necessidade de união, prevenção e diálogo, como forma de prevenir o aumento de casos de violência doméstica, que aumentam em períodos de crises, como a que vivemos.

Apoio aos fazedores de arte

O sector das artes e cultura é um dos principais afectados pela pandemia da Covid-19, devido a interdição de realização de eventos presenciais, encerramento de locais culturais e de entretenimento, combinado com a redução de mobilidade de pessoas dentro e fora do país.

Perante este cenário, dentre outros projectos que o Moza tem apoiado no âmbito da redução do impacto do coronavírus na vida da população moçambicana, o Banco desenvolveu uma iniciativa nas redes sociais, com vista a apoiar os artistas que perante a situação actual, encontram-se bastante limitados para expor as suas obras e posteriormente vendê-las.

O projecto, implementado em parceria com a Associação Núcleo de arte (instituição a qual o Banco tem vindo a colaborar desde 2019), consistiu em promover nas redes sociais, com destaque para as páginas de Facebook, Instagram e LinkedIn, das duas instituições, catálogos com obras dos artistas filiados ao Núcleo D arte, criando visibilidade para estes materiais e para os seus autores, de forma protegida e segura: através do digital.

Esta parceria serviu essencialmente para divulgar a arte e cultura nacionais e permitir que os artistas tenham algum retorno pela sua actividade e criatividade apesar do contexto actual adverso.

8. Responsabilidade Social

8.1 Responsabilidade Social

Enquanto instituição de raiz moçambicana, o Moza Banco assume-se como um Banco socialmente responsável, conduzindo a sua actividade com ética, idoneidade, transparência e em conformidade com requisitos legais e de maneira comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável.

Não obstante o contexto desafiante que continuou a prevalecer ao longo de 2021, o Banco manteve a sua inabalável determinação de continuar a desenvolver e apoiar vários projectos sociais, alinhados com a Política de Responsabilidade social vigente no Banco, e demais políticas sectoriais, procurando agregar valor às Comunidades e ao País no geral.

Dentre as acções levadas a cabo ao longo do de 2021 destacam-se as que se seguem:

Parceria com a Fundação Fernando Leite Couto

A relação com a Fundação Fernando Leite Couto (FFLC) iniciou em 2019 com uma parceria visando incentivar a produção de acções ligadas ao desenvolvimento da cultura e da literatura, em especial, de forma a contribuir para o desenvolvimento sociocultural de Moçambique.

Pelo sucesso alcançado desde então, em finais de 2021 esta parceria foi renovada, o que permitiu viabilizar o lançamento do "Prémio Literário Fernando Leite Couto 2021" um concurso literário criado em 2017 pela FFLC e que tem por objectivo promover e premiar jovens escritores moçambicanos.

O lançamento desta quarta edição do prémio, que assinalou a abertura formal do processo de candidaturas, teve lugar em Dezembro, na Fundação Fernando Leite Couto e contou com a presença, de entre outros ilustres convidados, do escritor Mía Couto e do Presidente do Conselho de Administração do Moza Banco, Dr. João Figueiredo.

Parceria com a Associação Núcleo de Arte

A relação com o Núcleo D'Arte iniciou em 2019 com uma parceria entre o Moza e aquela instituição para a promoção da arte e dos trabalhos de artistas moçambicanos. Muitos, entre novas e velhas estrelas das artes plásticas encontraram nesta parceria uma plataforma privilegiada de divulgação. No entanto, sentiu-se a necessidade de se ir mais fundo, apoiando-se a instituição onde muitos se inspiram ou usam como seu atelier. Neste contexto, o Banco renovou as placas indicativas da sede do Núcleo de Arte, como forma de chamar atenção às pessoas para uma das instituições que mais dinamiza a cultura nacional.

Além de ser sítio de criação ou de exposição, Núcleo D'Arte é ponto de encontro entre os criadores e os amantes das artes, mesmo que seja apenas para apreciar a profundidade do belo. Sendo essa referência artística, as instalações precisavam de um elemento que as indicavam. Com o apoio do Moza, passaram a ter.

Esta parceria, que se pretende ver cada vez mais reforçada e consolidada, expressa o Valor que o Moza dá às artes e a cultura.

Parceria com o Clube Desportivo de Maputo

O Moza rubricou a 31 de Maio, um Memorando de Entendimento com o Grupo Desportivo de Maputo, que visa apoiar na reabilitação e modernização das infra-estruturas do Clube, e dará uma atenção especial às equipas de basquetebol sénior masculino e feminino.

Através do acordo, o Banco passa a ser um parceiro estratégico do Grupo Desportivo de Maputo, comprometendo-se em apoiar as equipas de Basquetebol Sénior Masculina e Feminina e em especial a formação de jovens atletas da mesma modalidade.

Com este memorando, solidificamos o nosso compromisso com o desporto em Moçambique, impulsionando a formação e emergência de novos talentos.

Actividades no Âmbito do Mês da Mulher

No âmbito da celebração do Mês da Mulher, o Banco juntou-se ao projecto Freestyle Talkz para implementar uma programação especial dedicada à Mulher.

Esta iniciativa tinha como objectivo ligar pessoas, partilhar histórias e experiências de Mulheres Empreendedoras através de transmissões em directo nas redes sociais. Os temas abordados foram variados, sempre no feminino e com oradoras convidadas dos quatro cantos do mundo.

A associação do Moza a este projecto enquadra-se no âmbito do comprometimento do Moza na promoção da equidade de Género e valorização da Mulher.

Doação de máquina cirúrgica ao HCM

A Papilomatose Laríngea é uma doença pouco conhecida em Moçambique, que ataca centenas de crianças. As crianças que sofrem desta doença têm muitos problemas, nomeadamente, perda do timbre de voz, obstrução da cânula traqueal, tosse e secreções, entre outras. Todos estes sintomas limitam estas crianças de ter uma vida normal, e de fazer actividades normais como correr, brincar, tomar banho, ir à escola, entre outras. A cirurgia é o método mais indicado para tratamento da doença.

Actualmente, o Hospital Central de Maputo é a unidade hospitalar no País que realiza estas cirurgias, sendo que ultimamente estavam condicionadas devido a inoperabilidade da única máquina existente.

Sensibilizado com esta situação, o Moza, no âmbito da sua Responsabilidade Social Corporativa, decidiu doar a máquina "Laser CO2" ao Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Central de Maputo para ajudar no tratamento desta doença e devolver o sorriso às crianças afectadas.

Homenagem ao Jornalista Francisco Júnior

Em Abril do corrente ano, à margem do evento de lançamento da 1ª Edição do **Prémio Jornalismo Moza Banco**, o Moza rendeu homenagem ao jornalista **Francisco Júnior** pela sua contribuição, entrega, e empenho na produção de artigos sobre os direitos humanos e género. A homenagem consistiu também numa oferta monetária para servir de estímulo no desenvolvimento do seu trabalho.

Francisco Júnior evidenciou-se ao reportar casos de tráfico de menores, entre outros abusos e formas de violência contra a mulher e rapariga, até então pouco explorados. As suas comoventes reportagens vieram destapar um cenário desolador, falado, mas pouco conhecido, o que contribuiu para dar maior dimensão ao fenómeno e reforçar as medidas de combate.

Oferta de equipamento informático ao Ministério do Género, Criança e Acção Social

No mês de Agosto o Banco procedeu a entrega, através do Ministério do Género, Criança e Acção Social, de diverso material informático destinado a 22 unidades sociais (estatais e privadas) que fazem assistência social a crianças carentadas, pessoas idosas, jovens retirados da rua e a populações em situação de desfavorecimento. O material doado vai beneficiar cerca de 800 utentes em todas as províncias do país.

Trata-se de 226 peças de equipamento diverso composto por 76 desktops, monitores, servidores, roteadores; 50 impressoras e 100 teclados.

Doação de "contentores" aos Municípios de Maputo, Matola, Boane, Beira e Nampula

O Moza Banco procedeu em Novembro último, à entrega aos Municípios de Maputo, Matola, Boane, Beira e Nampula, de cerca de (8) módulos metálicos onde outrora funcionavam os balcões do Banco nos Mercados **Xiquelene** (Maputo), **T3, Socimol** (Matola), **Boane** (Boane), **Goto, Munhava** (Beira), **Resta e 25 de Junho** (Nampula), e igual número de tanques de água com capacidade de 500L cada, bem como kits de higienização.

Com esta iniciativa, o Banco pretende contribuir para o desenvolvimento municipal visto que os módulos serão utilizados para colecta de taxas e impostos aumentando a capacidade de geração de receita dos Municípios beneficiários.

Oferta de material bibliográfico à Faculdade de Direito da UEM

Enquadrado nos esforços para o fortalecimento da Educação e Formação Superior no país, o Banco procedeu, no mês de Dezembro, com uma doação de material bibliográfico à Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM).

A doação deste material está inserida no quadro do Memorando de Entendimento rubricado entre as partes, visando contribuir para a produção e difusão de conhecimento, em particular sobre matérias relacionadas com o Direito.

No âmbito desta parceria, o Moza tem também subsidiado bolsas de estudo para alguns estudantes da Faculdade de Direito da UEM seleccionados com base no mérito académico, reduzindo, deste modo, os seus encargos inerentes ao processo de formação.

8.2. Patrocínios

A política de Responsabilidade Social do Moza tem como uma das directrizes, promover o envolvimento com o público externo através de patrocínios e investimentos sociais, a serem realizados prioritariamente em regiões onde haja presença comercial do Moza Banco.

Neste contexto, é de realçar os seguintes patrocínios concedidos ao longo de 2021:

Reabilitação de furos de água em Niassa

O Distrito de Majune, na Província de Niassa, passou a contar desde Outubro com mais 3 furos de abastecimento de água, reabilitados com apoio financeiro do Moza Banco.

Esta acção do Moza surge em resposta ao pedido do Governo distrital de Majune que na interacção regular que tem tido com o Banco, deu a conhecer que um dos desafios com que o Distrito se deparava, prendia-se com a fraca capacidade de abastecimento de água à população, sendo que a cobertura rondava aos 56,2%. Com vista a melhorar a capacidade de provisão deste precioso líquido, e no âmbito das boas relações entre o Governo e o Banco, o Moza acolheu prontamente o pedido, apoiando o sector de Água e Saneamento por via da reabilitação de 03 furos de abastecimento de água, que se encontravam inoperacionais.

Patrocínio à obra "Os Sobreviventes da Noite" de Ungulani Ba Ka Khosa

O Moza Banco é o patrocinador oficial da mais recente obra literária do consagrado escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa. Trata-se da segunda edição do livro de prosa **"Os Sobreviventes da Noite"**, no qual o escritor descreve ao detalhe e de forma invulgar a realidade histórica de Moçambique no período pós-independência. A obra da editora Cavalos do Mar, foi apresentada aos Clientes e colaboradores do Moza Banco no mês de Dezembro, em Maputo.

O patrocínio a mais esta publicação constitui uma clara demonstração do compromisso e o valor que o Banco dá a cultura moçambicana.

Apoio ao Projecto "Mulher +"

Ainda no âmbito da promoção da equidade de género e empreendedorismo feminino, o Moza Banco patrocinou o concurso "Mulher+", uma iniciativa do ICEF com o objectivo de promover a cultura de empreendedorismo feminino, criando networking, partilha de experiências entre mulheres de diferentes áreas profissionais e o desenvolvimento de actividades de literacia financeira.

Mulher + é um conceito inovador que pretende impactar social e economicamente o mundo do empreendedorismo moçambicano, realçando o valor da mulher. Pretendeu-se com esta iniciativa dar voz às acções, ideias e iniciativas de mulheres anónimas, cujo trabalho cria impacto na vida das pessoas ao seu redor, comunidades locais e que podem ser exemplos de sucesso para o mundo em geral.

Foram no total 6 grupos, compostos por 30 mulheres cada, que estiveram envolvidos neste projecto, e o grande vencedor foi conhecido no dia 05 de Junho. Trata-se do Grupo Kussila, que apresentou um projecto de processamento de alimentos com o intuito de diminuir o tempo de confecção e melhorar a sua qualidade. O grupo vencedor recebeu do Moza Banco um financiamento por ter apresentado o melhor projecto, de acordo com a classificação do júri.

Apoio à campeã nacional de Judo - Jacira Ferreira

No âmbito da sua contribuição para a massificação do desporto e valorização dos atletas moçambicanos, o Moza Banco apoiou, a participação da atleta da selecção nacional de Judo, Jacira Ferreira, em algumas competições internacionais que tiveram lugar em 2021 com destaque para o **Campeonato Africano de Judo**, e o **Campeonato Mundial** da modalidade, que decorreram entre os meses de Maio e Junho, respectivamente.

Jacira Ferreira é campeã nacional dos últimos 6 anos e é actualmente a atleta número 1 do judo feminino em Moçambique, na categoria de "52Kg", e a segunda melhor no ranking para a qualificação dos jogos olímpicos de 2021.

Esta iniciativa do Moza Banco enquadra-se no âmbito do apoio para internacionalização do desporto nacional, enquanto veículo de projecção do País no contexto mundial.

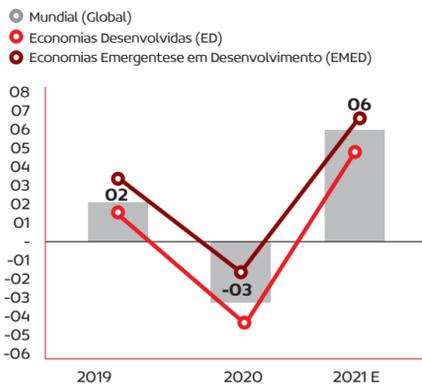
9. Enquadramento Macroeconómico

9.1 Economia Mundial

Evolução do PIB (Produto Interno Bruto)

A aprovação de vacinas anti-Covid-19 e o início de campanhas de distribuição das mesmas internacionalmente proporcionou expectativas mais favoráveis quanto à evolução das economias em 2021, não obstante o surgimento de novas variantes (variante delta).

Crescimento Económico Global (%)



Nota: E - Estimativa

Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2022

Estima-se que a economia global observou um crescimento real na ordem de 5,9%. Este é o registo mais forte da actividade económica mundial nos últimos 80 anos, reflectindo o aumento da procura global em acompanhamento ao relaxamento das medidas restritivas na movimentação de pessoas e bens para contenção da pandemia da Covid-19 nas diversas economias. As economias com forte domínio na exportação de commodities foram favoravelmente impactadas com o aumento das receitas de exportação durante 2021, aproveitando os máximos históricos atingidos de forma generalizada nas cotações das commodities. A antecipada desaceleração do crescimento real da economia global será parcialmente compensada pelo desempenho mais favorável das economias com forte domínio na exportação de commodities. O desempenho da economia mundial foi assinalável mesmo num contexto de existência de estrangulamentos na cadeia de valor de distribuição de bens assim como a observância de uma distribuição mais morosa de vacinas de prevenção contra a Covid-19 nas economias em desenvolvimento. Adicionalmente, o efeito combinado de altas taxas de transmissão da variante Delta, aumento de incertezas sobre a possibilidade de eclosão de novas estirpes do vírus no curto prazo e baixas taxas de vacinação nas economias em vias de desenvolvimento justificaram uma actividade económica global marginalmente abaixo das projecções iniciais.

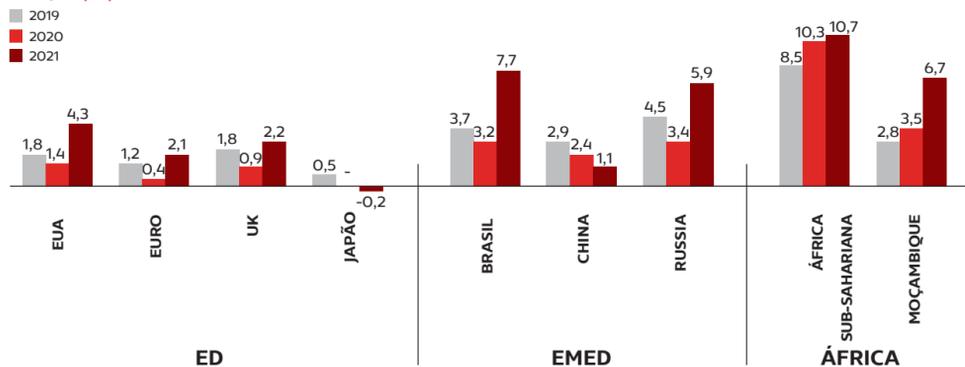
Evolução da Inflação

Ao longo de 2021, a inflação aumentou acentuadamente influenciada pelo aumento da procura de bens e serviços - estimulada pelo relaxamento das medidas de prevenção contra a Covid-19, principalmente nas economias avançadas que atingiram níveis satisfatórios de imunização da população - e o agravamento dos estrangulamentos nas cadeias de valor global de distribuição de bens - a escassez de matérias-primas, bens intermédios e mão-de-obra, insuficiência de meios para o transporte internacional de carga condicionaram a oferta de bens no mundo.

A inflação anual nos países desenvolvidos acelerou, passando de 0,7% em 2020 para 2,1% em 2021. Nos mercados emergentes da Europa, a inflação anual variou de 5,4% para 8,4% entre 2020 a 2021, respectivamente. Na África Subsaariana, a inflação anual passou de 10,3% em 2020 para 10,7% em 2021. Por outro lado, nos mercados emergentes da Ásia, a inflação anual desacelerou de 3,1% para 2,3% no mesmo período. A referida desaceleração nos mercados emergentes da Ásia deveu-se essencialmente a adopção de políticas menos restritivas para a contenção da pandemia em alguns países da região, como é o caso da China, Taiwan e Coreia do Sul.

Nos mercados emergentes e em desenvolvimento, os bancos centrais adoptaram de forma geral uma postura monetária restritiva, reflectida no aumento das taxas de juro de referência. Nas economias avançadas dos Estados Unidos da América, Zona Euro e Japão, foram introduzidos fortes estímulos fiscais para apoiar as empresas e as famílias afectadas adversamente pela pandemia. Nos Estados Unidos da América, a implementação de tais medidas fortemente expansionistas também contribuiu para a aceleração da inflação mais alta da história do país.

Inflação (%)



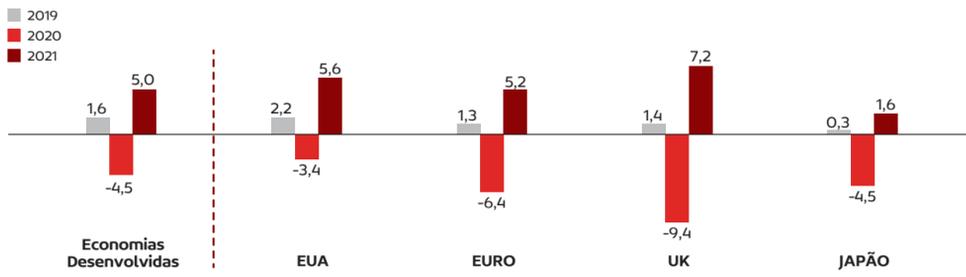
Fonte: FMI - World Economic Outlook Out. 2021

INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2021

Economias Desenvolvidas

As economias avançadas observaram uma recuperação vigorosa em 2021, estimando-se um crescimento real da produção de cerca de 5,0% contra -4,5% em 2020. Tal resultado foi essencialmente atingido pela adopção de políticas fiscais e monetárias fortemente expansionistas, particularmente nos Estados Unidos da América, Zona Euro e no Reino Unido. Contribuíram para a forte recuperação generalizada das economias avançadas, o efeito combinado da implementação de pacotes robustos de transferências directas de diversos apoios financeiros para as empresas e pessoas adversamente afectadas pela pandemia (ex: nos Estados Unidos da América, o Senado aprovou em Junho de 2021 um pacote de 1,9 biliões de dólares para o efeito), a injeção de liquidez no sistema financeiro através da compra de activos (ex: plano de recuperação no valor de 750 biliões de euros na Zona Euro) e a utilização das poupanças forçadas por parte dos consumidores num contexto de relativo relaxamento das medidas de prevenção contra a pandemia da Covid-19 (particularmente no primeiro semestre). Contudo, a firme aceleração da actividade económica nas economias avançadas promoveu também pressões inflacionárias em 2021, tendo os Estados Unidos da América uma inflação anual de 7,0%, um registo máximo desde 1982. As pressões inflacionárias foram ainda acentuadas pelas perturbações nas cadeias de abastecimento e aumento dos preços de energia, um máximo histórico desde Junho de 1982.

Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas (%)



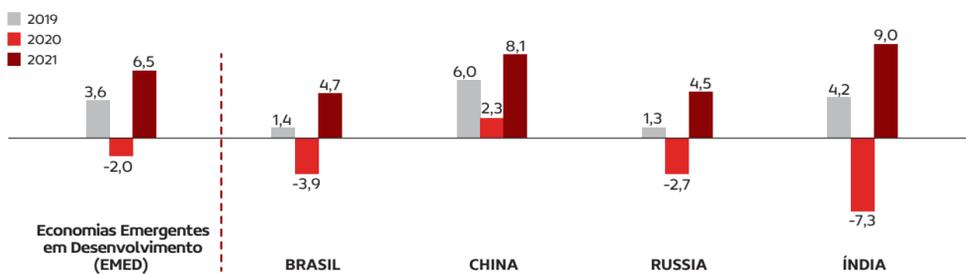
Nota: ED - Economias Desenvolvidas; E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2022

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Estima-se que a produção nas economias emergentes e em desenvolvimento tenha expandido 6,5% em 2021, 0,2 ponto percentual acima do previsto anteriormente. Muitos dos países beneficiaram-se de uma recuperação da procura doméstica impulsionada por uma recuperação da procura externa - os altos preços das commodities ajudaram a revitalizar a actividade económica dos países exportadores, principalmente no Médio Oriente e África - e aumento substancial de remessas dos expatriados.

Todavia, a recuperação económica observada em 2021 nas diversas economias emergentes e em desenvolvimento não foi ainda suficiente para retornar aos níveis de produção atingidos em 2019. O ressurgimento de novos casos de Covid-19 e as baixas taxas de vacinação nos países de baixa renda prolongaram o período de aplicabilidade de restrições de mobilidade, condicionando o dinamismo das recuperações económicas observadas em muitos países.

Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento (%)

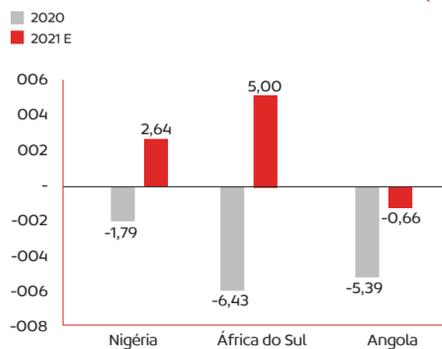


Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2022

9.2 Economia Regional

A produção na África Subsaariana aumentou cerca de 4,0% em 2021 contra a recessão de 1,7% observada em 2020, uma revisão em alta em relação à previsão inicial avançada pelo Fundo Monetário Internacional, contudo, ainda bem abaixo da taxa média de crescimento de longo prazo da região. A revisão reflecte uma recuperação melhor do que o esperado na actividade no primeiro semestre do ano no âmbito de melhoria do ambiente externo, incluindo uma forte recuperação nos preços das commodities. No entanto, a recuperação perdeu algum ímpeto, pois as cotações de diversas mercadorias estabilizaram e os surtos ressurgentes de Covid-19 - exacerbados pelo atraso na implementação de vacinas na região - levaram alguns países a agravar restrições de mobilidade para a prevenção contra a Covid-19 (Namíbia, África do Sul, Uganda). Em alguns países, os sectores de serviços e indústria transformadora foram novamente afectados adversamente. A crescente agitação social, insegurança e conflitos civis, especialmente na região do Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia, Níger e nordeste da Nigéria) e na Etiópia, condicionaram ainda mais a recuperação do investimento e do consumo.

PIB das Maiores Economias da África Subsaariana (%)



Commodities

Os preços das commodities energéticas aumentaram no segundo semestre de 2021 e perspectivam-se níveis mais altos em 2022. Por outro lado, os preços das commodities não energéticas estabilizaram-se ao longo de 2021, tendo algumas, atingido máximos históricos e outras registado variações negativas (ex: metais e fertilizantes) devido ao aumento dos custos de energia.

Em 2021, os preços do gás natural e do carvão subiram de forma particularmente acentuada, embora se tenha observado alguma moderação já no final do ano. A evolução dos preços das commodities é atribuída ao baixo nível de reservas sazonais de gás natural na Europa para a época do Inverno (abaixo da média dos últimos 5 anos) e a forte procura por parte da China para a produção de metais. Espera-se que os preços do gás natural e do carvão abrandem em relação aos níveis de 2021 à medida que as restrições de oferta também reduzam. Ainda assim, antecipa-se que os preços internacionais de gás natural em 2022 continuem em níveis superiores aos verificados no período pré-pandemia.

A cotação do petróleo bruto apresentou o maior ganho anual desde 2016 (67% em relação a 2020), reflectindo o aumento dos preços do gás natural que impulsionaram o uso do petróleo como seu substituto. As cotações internacionais de carvão térmico e metalúrgico observaram máximos históricos em 2021. De acordo com dados recolhidos pelo Banco Mundial, o preço internacional mais baixo do carvão térmico em 2020 fixou-se em aproximadamente \$50/tonelada (em Agosto). Já em 2021, o preço mais alto do carvão térmico fixou-se em \$224/tonelada (em Outubro). A subida galopante do preço internacional do carvão - neste momento, o segundo maior gerador de receitas de exportação de Moçambique, a seguir ao alumínio - deveu-se ao efeito combinado dos seguintes factores:

- ▶ Relaxamento transversal das medidas de confinamento para contenção da pandemia da Covid-19, com destaque para as economias avançadas;
- ▶ Aumento da procura de carvão por parte da China para alimentar as fábricas de aço - China é o maior produtor de aço mundial e o carvão representa 60% da produção de electricidade no país;
- ▶ Constrangimentos nas cadeias de distribuição do minério de carvão - China suspendeu totalmente a importação de carvão australiano devido a divergência no posicionamento político entre os países;
- ▶ Necessidade de cumprir com os compromissos de redução de emissões de carbono influenciou a decisão da China de contrair a produção interna de carvão;
- ▶ Baixo nível da oferta mundial do carvão devido ao impacto da pandemia na produção - natureza das operações mineiras exigem tempo considerável para o restabelecimento de toda a logística necessária para a retoma dos níveis de produção pré-pandémicos.

Em relação ao alumínio, a valorização da sua cotação ao longo de 2021 (subida anual de 33,80%), é justificada parcialmente pela alta do preço do carvão que tem suscitado receios sobre o potencial aumento dos custos de produção e a paralisação observada das fundições.

Após ter atingido em Dezembro de 2020 o maior ganho anual em 10 anos (crescimento de cerca de 25,64%), o ouro observou em 2021 uma variação anual negativa de cerca de 3,66%, reflectindo o seu pior desempenho nos últimos seis anos. Esta evolução deriva da valorização do dólar norte americano e da recuperação económica generalizada das economias observada em 2021, reduzindo assim a procura por ouro - activo de refúgio de eleição por parte dos investidores internacionais em momentos de maior adversidade económica global.

O índice de Preços de Alimentos da FAO - *Food and Agricultural Organization* (FFPI) - acompanha a evolução mensal nos preços internacionais dos alimentos. Em 2021, o índice registou a sua maior pontuação dos últimos 10 anos, revelando um aumento anual de 28,1% quando comparado com 2020. Este registo foi essencialmente suportado pelo aumento dos preços internacionais de óleos, açúcar e vegetais. O custo consistentemente alto dos factores de produção, as condições climáticas cada vez mais voláteis e a pandemia global ainda em andamento, influenciaram significativamente o comportamento dos preços dos alimentos ao longo de 2021.

Evolução dos Preços das Commodities (2015 - 2021)

Commodities	Real							Δ Anual (%)	
	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-21	Dez-20	Dez-21
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	52,4	44,1	54,4	71,1	65,9	49,9	74,3	-24%	49%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	48,7	43,2	50,9	64,8	59,8	47,1	71,5	-21%	52%
Alumínio (USD/MT)	1664,7	1604,2	1967,7	2108,0	1771,4	2014,7	2695,5	14%	34%
Ouro (USD/Ounça)	1160,7	1249,0	1257,6	1269,0	1479,1	1858,4	1790,4	26%	-4%
Gas (USD/Milhões de UTB)	2,6	2,5	3,0	3,2	2,2	2,5	3,7	13%	47%
Carvão Térmico (USD/MT)	57,0	64,1	81,9	97,6	76,0	85,2	142,5	12%	67%
Milho (USD/MT)	169,8	159,2	154,5	164,4	167,0	198,8	264,5	19%	33%
Trigo (USD/MT)	206,4	176,3	178,2	203,9	237,7	251,2	327,8	6%	31%
Arroz (USD/MT)	386,0	380,3	379,9	401,1	432,0	520,0	400,0	20%	-23%
Açúcar (USD/Kg)	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,8	9%	29%
Algodão (USD/Kg)	1,6	1,6	1,8	2,0	1,7	1,8	2,6	7%	48%
Tabaco (USD/MT)	4908,3	4806,2	4731,6	4859,5	4317,0	4446,8	4213,3	3%	-5%

Nota: Preços baseado em médias anuais
Fonte: Banco Mundial - Commodity Price Data, January 2021

9.3 Economia Nacional

Evolução do PIB

Em 2020, a economia moçambicana registou um crescimento real negativo de 1,28%, a sua primeira recessão desde 1986 decorrente dos impactos da pandemia da Covid-19 na actividade comercial interna e externa. O agravamento da pandemia no início de 2021 foi correspondido por um aperto substancial das medidas restritivas à circulação de pessoas de modo a impedir a propagação do vírus da Covid-19 pela população, o que afectou de forma transversal a actividade económica, sendo que o primeiro trimestre observou um crescimento real positivo de apenas 0,12%.

Contudo, o efeito conjugado do início da campanha de vacinação no país no primeiro semestre de 2021, imunizando cerca de 10% do 17 milhões de indivíduos previstos no Plano Nacional de Vacinação, redução substancial de número de infecções e óbitos por Covid-19 assim como a elevada necessidade de reanimar a economia, em particular os sectores cíclicos (ex: turismo, comércio, indústria), o Governo de Moçambique decidiu relaxar as restrições na movimentação de pessoas e bens a partir de Abril de 2021. Esta decisão influenciou sobremaneira no desempenho da economia no segundo semestre de 2021, tendo possibilitado a retoma de todos os sectores de actividade - incluindo os sectores cíclicos mais afectados pela pandemia (ex: restaurantes, hotéis e similares) - e a melhoria da procura externa. Projecta-se um crescimento de 2,50% em 2021 e 4,20% em 2022. A perspectiva para 2022 está assente no aumento da produção do carvão resultante do impacto do aumento da procura global e no aumento do investimento em sectores auxiliares (incluindo serviços financeiros e construção) para a indústria de gás.

O desempenho positivo dos sectores cíclicos justificou a saída da economia de um estado recessivo, tendo a actividade de Hotéis & Restaurantes se evidenciado com o mais alto padrão de crescimento real de cerca de 5,09% no terceiro trimestre de 2021. Contudo, mantem-se ainda elevados os riscos e incertezas associados as projecções dos principais indicadores económicos. A nível doméstico, a instabilidade militar em Cabo Delgado continua sendo uma preocupação mesmo num contexto de relativo abrandamento de ataques insurgentes a uma força de defesa e segurança reforçada pelas tropas do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Prevalecem incertezas quanto a duração e magnitude do impacto da Covid-19, num contexto de desafios na obtenção de vacinas junto da comunidade internacional, comprometendo a celeridade da campanha de vacinação em curso. Prevalecem riscos associados aos fenómenos climáticos adversos, nomeadamente, chuvas, ventos fortes, inundações urbanas e seca, sendo expectável que cerca de um milhão e seiscentas mil pessoas sejam afectadas (Plano de Contingência para a Época Chuvosa 2021-2022).

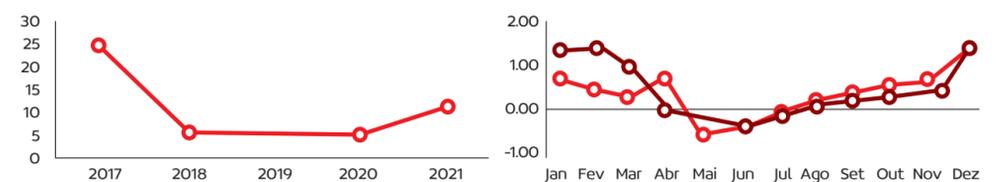
Inflação

Em Dezembro, o país registou uma inflação mensal na ordem de 1,49%, tendo contribuído com maior destaque a divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas (+1,08 pontos percentuais).

A inflação anual do país referente a 2021 situou-se em 6,74% (a mais alta observada desde 2016), decorrente essencialmente da evolução dos preços dos produtos alimentares (+3,24 pontos percentuais), restaurantes, hotéis, cafés e similares (+0,93 pontos percentuais) e transportes (+0,90 pontos percentuais). A inflação anual fixou-se acima das projecções avançadas pelos agentes económicos respondentes do inquérito mensal do Banco de Moçambique sobre as expectativas macroeconómicas (6,58%).

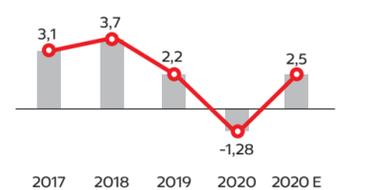
Embora a inflação anual tenha acelerado de forma expressiva, passando de 3,52% em 2020 para 6,74% em 2021, a mesma mantém-se dentro da meta de 10% do Banco de Moçambique. O efeito conjugado de adopção de postura monetária restritiva - manifestada pelo aumento da taxa de política monetária (Taxa MIMO), na ordem de 300 pontos base, passando de 10,25% para 13,25% - e a manutenção de relativa estabilidade das taxas de câmbio - particularmente no segundo semestre - foram elementos cruciais na contenção das pressões inflacionárias em 2021 - subida expressiva dos preços das mercadorias, agudização dos conflitos militares no norte do país, estrangulamentos na cadeia de valor de distribuição ao nível mundial.

Evolução Inflação Mensal (%)



Nota: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2021

Evolução do PIB - Moçambique (%)



Nota: INE - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (III Trimestre 2021)
FMI - World Economic Outlook Out. 2021
Fonte: E - Estimativa

Mercado Monetário

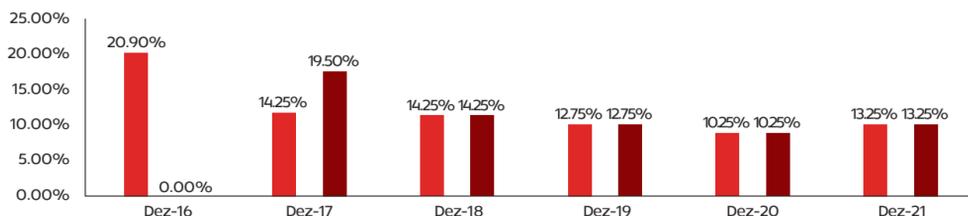
Após a revisão em alta das taxas de referência monetária em 300 pontos base em Janeiro de 2021, a autoridade monetária não realizou ajustes adicionais na mesma até ao final do ano, embora as expectativas de inflação tenham sido revistas em alta, mas dentro da meta do Banco de Moçambique de manutenção em um dígito.

Contudo, em Setembro, o Comité de Política Monetária (CPMO) decidiu reduzir os coeficientes das reservas obrigatórias para os passivos em moeda nacional, passando de 11,50% para 10,50%, e em moeda estrangeira, passando de 34,50% para 11,50%, reflectindo uma postura mais acomodativa de política monetária.

O ajuste em baixa do coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional conduziu a redução do prémio de custo - indicador determinante para o cálculo trimestral da Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) - em 30 pontos base, tendo-se fixado a PRSF a partir de Outubro em 18,60%.

Taxas-MIMO e Mercado Monetário Interbancário

■ Taxas de Juros Interbancário Overnight
■ MIMO



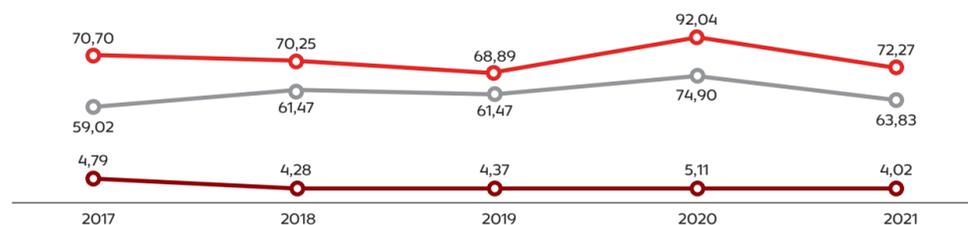
Fonte: Banco de Moçambique, Dezembro 2021

Mercado Cambial

Os primeiros dois trimestres de 2021 assistiram à apreciação vertiginosa do metical contra o dólar norte-americano e rand sul africano - devido ao efeito combinado de adopção de uma política monetária restritiva e uma política cambial mais interventiva (no sentido de promover maior disponibilidade de divisas no mercado cambial interbancário para a cobertura das importações) por parte do Banco de Moçambique. Ao longo dos meses subsequentes, o mercado cambial manteve uma postura de crescente estabilização na variação dos câmbios, num cenário de recuperação mais célere das exportações acumuladas a Setembro (41,20%) em comparação com as importações (22,56%) no mesmo período. O metical apreciou 14,78% contra o dólar e 21,33% contra o rand sul africano em 2021.

Taxa de Câmbio do Metical

● MZN/USD ● MZN/EUR ● MZN/ZAR



Estabilidade Financeira

O índice de estabilidade financeira é calculado pela ponderação do risco macroeconómico, risco soberano, risco de rentabilidade e solvência, risco de financiamento e liquidez e risco de mercado. De acordo com o Banco de Moçambique, o índice de estabilidade financeira reduziu de 39,58% em Dezembro de 2020 para 39,24% em Junho de 2021, contudo, mantendo-se ainda no nível moderado. A deterioração ocorrida no período em referência foi influenciada pelo aumento do risco de mercado - aumento da volatilidade cambial (MZN/USD) que passou do risco moderado, em Dezembro de 2020, para alto, em Junho de 2021, face a depreciação vertiginosa do metical contra o dólar norte-americano nesse período. A degradação do índice de mercado superou o efeito positivo de redução do índice de risco de rentabilidade e solvência - resultado da redução dos níveis de risco dos indicadores *cost to income* bancário e cobertura de NPL (crédito em incumprimento) pelas provisões.

Todavia, embora o risco das restantes categorias não tenha sido alterado, destacamos que a categoria do risco soberano mantém-se severo devido ao facto do rácio da dívida pública permanecer elevado (cerca de 87,11% em Junho de 2021) e o peso do crédito ao estado também ter evoluído, passando de 39,76% para 44,65%.

Política Fiscal

De acordo com o Relatório de Execução Orçamental de Janeiro a Junho de 2021, as receitas fiscais (receitas do estado e mais valias) aumentaram 15,64% em termos homólogos, para MZN 127,4 mil milhões. Entretanto, no mesmo período, o défice orçamental duplicou para MZN 34,4 mil milhões. O crédito interno também aumentou substancialmente, passando de MZN 15,2 mil milhões para MZN 25,5 mil milhões, representando um aumento de 67,8%.

Esta evolução do crédito interno é praticamente financiada na sua totalidade pelas instituições de crédito nacionais, principalmente mediante aplicações em títulos do tesouro (bilhetes de tesouro e obrigações de tesouro). Em contrapartida, o crédito externo reduziu em cerca de 83,06%, passando de MZN 30,6 mil milhões para MZN 5,2 mil milhões, observando-se deste modo um exercício por parte do estado de reduzir significativamente a sua exposição ao crédito externo e melhorar o rácio da dívida pública sobre o PIB.

Todavia, para 2022, o orçamento do estado prevê o aumento do défice orçamental em 50,91%, para MZN 151,7 mil milhões, apontando ainda desafios elevados para a orientação do estado para o aprofundamento da consolidação fiscal. Cerca de 35,00% do défice orçamental será coberto com recurso ao crédito interno, indicando também o menor apetite do estado em contrair crédito externo, que se espera reduzir em 54,13%, para MZN 11,7 mil milhões (equivalentes a apenas 11,89% do peso dos recursos externos, sendo que o valor remanescente é representado por donativos).

9.4 Perspectivas Económicas para 2022

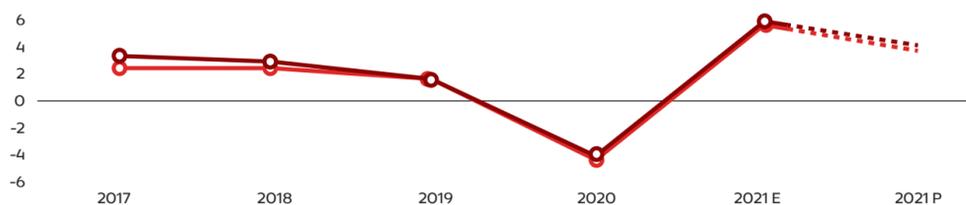
a) Economia Global

A economia global entra em 2022 em uma posição mais fraca do que o esperado anteriormente, condicionada pela propagação da nova variante da Covid-19 "Ómicron" que reintroduz bloqueios na mobilidade de pessoas e bens, pelo aumento dos preços das *commodities* energéticas e as interrupções nas cadeias de fornecimento que resultaram em uma inflação mais alta e mais ampla do que o previsto, principalmente nos Estados Unidos e em muitos mercados emergentes, bem como a retracção em curso do sector imobiliário da China.

Espera-se um crescimento global de 4,4% em 2022 (IMF - World Economic Outlook, January 2022) que reflecte as reduções previstas nas duas maiores economias.

PIB Económica Global (%)

● Banco Mundial ● FMI



Nota: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2022

FMI - World Economic Outlook, January 2022

Fonte: E - Estimativa, P - Projecção

Espera-se que a inflação elevada persista por mais tempo influenciada pelas interrupções contínuas na cadeia de suprimentos e pelas contínuas perspectivas de altos preços das *commodities* de energia em 2022. Supondo que as expectativas de inflação permaneçam bem ancoradas, a inflação deve diminuir gradualmente à medida que os desequilíbrios entre oferta e procura diminuem em 2022 e a política monetária nas principais economias tenha efeitos.

Economias Desenvolvidas

O crescimento robusto na maioria das economias avançadas desacelerou inesperadamente no segundo semestre do ano passado como resultado do ressurgimento da pandemia e das perturbações nas cadeias de abastecimento global - marcadas pela insuficiência de logística de transporte marítimo, armazenamento e mão-de-obra, esta última particularmente nos principais portos internacionais. Contudo, antecipa-se que o crescimento real das economias avançadas em 2022 (3,9%) será marginalmente inferior comparativamente a 2021 (5,0%) mas seguramente superior a 2019 (-3,1%). Adicionalmente, as pressões inflacionárias escalaram em alta nas economias avançadas devido ao efeito combinado dos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento, aumento dos preços de energia, libertação das poupanças forçadas durante a pandemia e implementação de fortes estímulos fiscais - principalmente nos Estados Unidos da América (aprovação pelo Senado do pacote de estímulo financeiro de 1,9 biliões de dólares) e na Zona Euro (Plano de recuperação no valor de 750 biliões de euros). Nos Estados Unidos, a inflação anual de 2021 (7,0%) reflecte um máximo histórico desde Junho de 1982. Na Zona Euro, a inflação anual acelerou de -0,3% em 2020 para 5,0% em 2021, colocando-se substancialmente acima da meta definida pelo Banco Central Europeu. Desta forma, é expectável que os bancos centrais das principais economias optem pela moderação dos estímulos fiscais e monetários em 2022 para contenção da inflação. Nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, já se antecipa a subida contida das taxas de juros de referência. Na Zona Euro, os estímulos fiscais deverão continuar, mas é expectável que o Banco Central Europeu reduza as compras mensais de activos para controlar a liquidez e crédito às economias da região.

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Na China, o efeito conjugado da intensificação da guerra comercial, tecnológica e política com os Estados Unidos da América, crises nos sectores imobiliário e energético, restrições regulamentares (contenção na produção de aço para minimizar a poluição) deverá contribuir para uma desaceleração do crescimento económico, passando de cerca de 8,1% em 2021 para 4,8% em 2022. O abrandamento do ritmo de crescimento económico na China - segundo maior importador mundial - deverá afectar grande parte das economias emergentes e em desenvolvimento. A título de exemplo, a China é o maior parceiro económico dos 10 membros da Associação dos Países do Sudeste da Ásia (ASEAN) e o maior destino das exportações do Brasil, uma das principais economias emergentes.

As perspectivas de crescimento real das economias emergentes e em desenvolvimento deverão ainda ser condicionadas pelas pressões inflacionárias prevalentes. Assim sendo, antecipa-se uma tendência generalizada de adopção de política monetária mais restritiva (ex: Brasil) e abrandamento dos apoios fiscais (ex: Chile) com potencial impacto na redução do consumo. Adicionalmente, prevê-se que as economias emergentes enfrentem um ambiente externo menos favorável em 2022, num contexto de desaceleração da procura externa por parte das economias avançadas e tendência de redução das cotações internacionais das *commodities* não energéticas. Todavia, é expectável que os preços internacionais das *commodities* se mantenham acima dos registos observados no período pré-pandemia.

Perspectiva do PIB - Economia Mundial (Em %)

	2017	2018	2019	2020	2021 E	2022 P
Mundo	3,1	3,0	2,3	-3,1	5,9	4,4
Economias Avançadas	2,3	2,2	1,6	-4,5	5,0	3,9
EUA	2,2	2,9	2,2	-3,4	5,6	4,0
Zona do Euro	2,4	1,9	1,3	-6,4	5,2	3,9
Japão	1,9	0,8	0,3	-4,5	1,6	3,3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,3	4,3	3,6	-2,0	6,5	4,8
China	6,9	6,8	6,0	2,3	8,1	4,8
Rússia	1,5	2,3	1,3	-2,7	4,5	2,8
Brasil	1,1	1,3	1,4	-3,9	4,7	0,3
África Subsaariana	2,6	2,6	2,4	-1,7	4,0	3,7

b) Economia Regional

O crescimento económico real da região da África Subsaariana está projectado para 3,7% em 2022 contra 4,0% em 2021. Espera-se que a recuperação económica das economias se mantenha em curso, embora a um ritmo marginalmente inferior ao observado em 2021. O desempenho positivo das economias africanas deverá ser suportado pela manutenção de preços relativamente altos das suas principais *commodities* de exportação (embora inferiores em comparação aos preços registados em 2021) e aumento das quantidades exportadas, num contexto de gradual melhoria dos estrangulamentos nas cadeias globais de abastecimento. As perspectivas também estão assentes numa recuperação gradual do turismo, num ambiente de maior cobertura de população imunizada face também a aceleração do ritmo das campanhas de vacinação em comparação ao observado em 2021.

Contudo, a prevalência de tensões político-militares, atrasos nos investimentos em diversas infra-estruturas, ocorrência de eventos climáticos adversos, bem como uma implementação lenta de reformas estruturais continuarão a representar factores de risco ao desempenho económico dos países da região.

c) Economia Nacional

Numa perspectiva moderada, o Gabinete de Estudos Económicos do Moza Banco antevê uma aceleração da actividade económica nacional, passando de cerca de 2,50% em 2021 para 4,20% em 2022. Esta evolução deverá ser suportada principalmente pelo comissionamento e entrada em produção do projecto de exploração de gás natural Coral Sul, na Baía do Rovuma, na província de Cabo Delgado. O projecto - formado por um consórcio de empresas liderado pela ENI (ENH, Kogas e Galp) - é constituído por uma plataforma flutuante de liquefacção de gás natural (FNLG), com capacidade para produção de 3,4 milhões de toneladas por ano, representando um investimento global de cerca de 7 mil milhões de dólares. O início da exportação de gás natural está previsto a ocorrer em meados de 2022. Dada a sua grande dimensão, antecipa-se que o projecto Coral Sul tenha um impacto estruturante em toda a economia moçambicana, com efeitos multiplicadores na geração de cadeias de abastecimento diversificadas, associadas directa e indirectamente ao sector energético.

Adicionalmente, o recente acordo de aquisição dos activos da Vale Moçambique por parte da Jindal (através da sua subsidiária, Vulcan) também representa uma oportunidade para aumento substancial da actividade de exploração de carvão no país e da capacidade de geração de rendimentos das empresas prestadoras de bens e serviços e aumento do emprego. A indústria extractiva do carvão deverá continuar a gerar elevadas receitas de exportação devido ao efeito combinado da manutenção de altos preços internacionais do carvão mineral (térmico e metalúrgico) e aumento das quantidades vendidas num contexto de expectável gradual melhoria das perturbações das cadeias globais de abastecimento. Por outro lado, a China mantém a restrição de compra de carvão oriundo da Austrália, factor que condiciona a oferta internacional do minério e tem estimulado a manutenção de preços altos.

Paradoxalmente, o movimento que se assiste mundialmente na implementação de políticas que estimulam a transição para o uso de energias renováveis, se apresenta como uma oportunidade para os operadores da indústria extractiva de carvão manterem preços relativamente altos a mais longo prazo. Isto deve-se a potencial limitação da oferta de carvão nos mercados na medida que os grandes financiadores de projectos de energia (ex: Banco Mundial) tem cada vez menos apetite para o desenvolvimento de projectos de carvão. Adicionalmente, ainda num cenário moderado, a pandemia da Covid-19 passará a ter a classificação de endemia, sendo expectável que ocorram alívios nas restrições de mobilidade das pessoas para contenção do vírus. Assim, a maior liberdade de movimentação das pessoas e menos restrições à actividade económica - num contexto de maior cobertura da população imunizada - deverá impulsionar uma aceleração no crescimento real da economia em 2022.

Todavia, a ocorrência de eventos climáticos adversos, conflitos militares no norte do país e sua extensão para outras províncias e ainda o surgimento de novas vagas de Covid - precipitando o aperto das medidas de confinamento, com impactos no tecido social, económico e político do país - representam elementos de risco ao crescimento económico durante 2022. Adicionalmente, o elevado nível da dívida pública (actualmente considerado insustentável) requer uma postura fiscal cada vez mais conservadora nos próximos anos, sendo que o contrário representa um risco ao desempenho da economia. É importante realçar também que o Fundo Monetário Internacional e Governo de Moçambique iniciarão no primeiro trimestre de 2022 discussões sobre o apoio ao programa do Governo. De acordo com a declaração de final da visita do Fundo Monetário Internacional, emitida no dia 21 de Dezembro, o apoio em referência cinge-se na abertura de uma linha de financiamento (ECF - Extended Credit Facility) com o objectivo de aliviar as pressões de financiamento ao país num contexto de recuperação e desenvolvimento económico.

No âmbito da Política Monetária, o Banco de Moçambique continuará a calibrar os seus instrumentos de política monetária, com destaque para a taxa de juro de referência da política monetária (taxa MIMO) para contenção da inflação. O Gabinete de Estudos Económicos projecta uma desaceleração marginal da inflação em 2022 em comparação com 2021, devido essencialmente a estabilização generalizada dos preços internacionais das commodities (embora ainda se mantenham altos relativamente a 2020) e maior estabilidade cambial entre metical e dólar norte-americano - aumento mais expressivo das exportações (ex: gás da plataforma Coral Sul; maior produção do carvão e vendas a preços ainda altos; aumento das receitas de exportações da indústria extractiva no geral em função do aumento da procura global); prevê-se a manutenção de uma postura cambial conservadora por parte do sistema financeiro, introdução de novas políticas cambiais por parte do Banco de Moçambique, sendo expectável que a Lei Cambial seja revista.

Face ao acima exposto, em 2022 é expectável que as taxas de juro de referência monetária se mantenham inalteradas ou sejam revistas em baixa, até ao máximo de 100 pontos base.

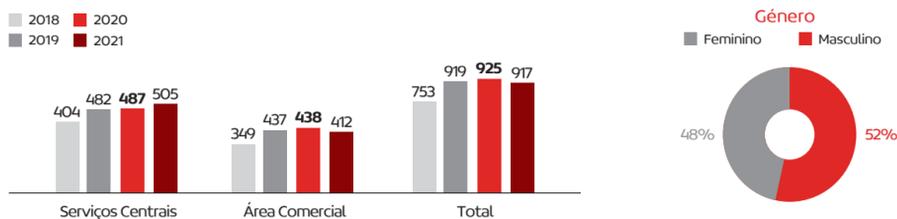
No que concerne ao crédito ao sector privado, perspectiva-se um aumento do mesmo em 2022, perante melhores condições de funcionamento da economia nacional relativamente à 2021, face a tendência para imunização colectiva a nível global e nacional, e consequente reabertura das economias, com o avanço nos programas de vacinação contra a Covid-19.

Relativamente ao sistema financeiro, antecipa-se a continuação de reformas por parte do Banco de Moçambique, com destaque para o reforço da supervisão bancária e mecanismos de detecção de operações de branqueamento de capitais (AML). Adicionalmente, é expectável que se proceda com a revisão da política cambial durante 2022 de modo que a mesma proporcione um ambiente de maior transparência na gestão cambial e maior estabilidade dos câmbios.

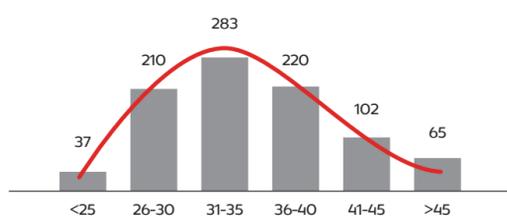
10. Actividades de Suporte ao Negócio

10.1 Gestão de Recursos Humanos

O Banco iniciou o ano de 2021 com 925 colaboradores, encerrando o ano civil com 917 colaboradores, o que significou uma redução de 8 colaboradores quando comparado com o mesmo período de 2020. Desta forma, o quadro de pessoal está distribuído actualmente em 412 colaboradores na área comercial e 505 nos serviços centrais.



Respeitando o princípio do equilíbrio e igualdade de oportunidades de género na sua política de captação e retenção do Capital Humano, posicionamento que se encontra em perfeita sintonia com os seus valores corporativos, o Moza apresenta uma estrutura muito equilibrada, sendo de referir que 48% dos seus quadros são do género Feminino e 52% do género Masculino. Importa destacar que 30% das colaboradoras do género feminino ocupam lugares estratégicos e/ou de liderança, evidenciando deste modo o compromisso do Banco no empoderamento da mulher.



Por outro lado, a irreverência da sua actuação no mercado, que se alia a uma forte pré-disposição para promover a inovação, associada às novas tecnologias, constitui um traço diferenciador do Moza Banco. A composição maioritariamente jovem do seu quadro de pessoal reflecte este facto, como é ilustrado no gráfico ao lado. Com efeito, a maior concentração dos seus Colaboradores (cerca de 78%) está posicionada na faixa etária entre os 25 e os 40 anos, sendo a idade média dos Colaboradores de 35 anos.

Formação

O Moza Banco encara a formação profissional dos seus colaboradores como uma ferramenta indispensável de elevação da motivação, crescimento profissional e aumento da produtividade. Em contexto macroeconómico particularmente adverso, de forte apelo à racionalização do investimento e de maior aposta em formações on-line devido às barreiras impostas pela Covid-19, as acções de formação desenvolvidas foram prioritariamente endereçadas, específicas, inadiáveis e centradas em temáticas relevantes da actividade do Banco.

Deste modo, e apesar do Banco encontrar-se num estágio de racionalização e economicidade interna, assegurou uma capacidade para realizar 115 acções de formação em cerca de 11.815 horas realizadas preferencialmente com recurso à Plataforma Digital interna do Moza. As acções foram direccionadas para o cumprimento das orientações estratégicas de promover a optimização e racionalização de custos, conformidade regulamentar, melhoria de aptidões no domínio de aplicações e processos.

Nota de realce é a contínua aposta da instituição na capacitação de formadores internos que, de forma crescente, têm vindo a assumir um papel de maior preponderância na monitoria de parte significativa destas acções, aliando a sua experiência e profundo conhecimento das necessidades do Banco à desejável qualidade e aplicabilidade dos conhecimentos partilhados.

Acções Sociais

Durante o ano foram realizadas várias actividades a nível social que visavam garantir o bem-estar dos colaboradores, melhorar a sua qualidade de vida, reduzir o tempo de ausências no tratamento de documentação mitigando a exposição de colaboradores à aglomerações, incluindo a própria gestão financeira no seu dia-a-dia, tais como:

- ▶ Palestras de saúde e sócio-educativas;
- ▶ Disponibilização de vacinas da Covid-19 para todos os colaboradores e dependentes a custo zero bem como o acompanhamento de todo o processo de vacinação;
- ▶ Acompanhamento personalizado dos casos de Covid-19 dos Colaboradores bem como dos seus dependentes que estiveram infectados.

Iniciativas a destacar

- ▶ Criação e implementação dos critérios do **Plano de Gestão de Carreiras** e início da concepção e definição das famílias funcionais do Banco.
- ▶ Conclusão e implementação do **Plano de Sucessão Moza**, dando início à formação dos Colaboradores identificados.
- ▶ Implementação do **Programa de Mentoria Moza**, onde foram identificados e formados Mentores dentro de perfis e critérios pré-definidos, com o objectivo de receber, orientar e acompanhar as carreiras dos Colaboradores.
- ▶ Formação e desenvolvimento de **Gestores da Relação (Business Partners)** afectos à Direcção de Recursos Humanos.

10.2 Rede de Distribuição

No final de 2021, o Moza Banco contava com uma rede comercial composta por **63 Agências Bancárias**, das quais 61 de Retailho, 1 Centro Corporate e 1 Centro Private.

Em 2021 o Moza Banco concretizou a abertura ao Público de 2 novas Agências: Zumbo (tipologia rural, no quadro do programa "Um Distrito, um Banco", em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) no âmbito do protocolo assinado com o FNDS) e Nacala Ontupuaia (tipologia convencional).

Assim, no final de 2021 a cobertura geográfica, por Província, era a seguinte:



10.3 Actividade Comercial

As projecções da actividade comercial do Banco para 2021 foram realizadas com base no cenário moderado, em que o surto da Covid-19 estaria controlado, e não haveria necessidade de reforço de políticas de distanciamento social. Todavia, em resultado dos impactos da segunda e terceira vaga da pandemia, o Estado manteve ao longo de 2021 algumas medidas restritivas para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19. Neste âmbito, a actividade comercial do Moza Banco continuou a ser desenvolvida num ambiente desafiante e de incerteza.

A nível da Rede de agências do Banco, verificou-se a manutenção, até o mês de Setembro de 2021, do encerramento temporário de um conjunto de 10 agências bancárias, bem como o encerramento da actividade aos sábados de diversas agências bancárias localizadas em diversos pontos do país, reflectindo a estratégia do Banco em assegurar uma maior protecção dos colaboradores, Clientes e público em geral, oferecendo alternativamente soluções adequadas às suas necessidades, destacando-se a aposta nos Canais Digitais.

De assinalar, neste período, o lançamento do novo serviço WhatsApp Banking, denominado "AZAPP", evidenciando o compromisso que o Banco tem de manter o seu processo de transformação digital, potenciado pelo contexto da pandemia, tendo como principal objectivo assegurar maior proximidade os Clientes e a simplificação de processos através de soluções digitais.

Assim, no final de 2021 o Banco apresentava para a generalidade dos indicadores de Canais Digitais um crescimento expressivo quando comparado ao período homólogo.

A gradual reabertura de comércio, restauração, hotelaria e turismo e restantes actividades económicas, que se verificou ao longo de 2021, suportou o crescimento do número de utilizadores e volume de transacções nas ATM's, POS e cartões bancários.

No que respeita ao volume de negócio, o Banco registou uma contracção do seu balanço comercial face ao período homólogo, em linha com a estratégia centrada na optimização do balanço e sustentabilidade do seu modelo de negócio. Apesar da contracção registada no balanço comercial, o Moza Banco mantém uma sólida quota de mercado, permanecendo no ranking dos 5 maiores Bancos a operar no país, com uma quota de crédito e de recursos de Cliente de 8,49% e 5,67%, respectivamente.

10.3.1 Áreas de Negócio

O Moza Banco desenvolve a sua estratégia comercial nas áreas de negócio da Banca Retailho (engloba Clientes particulares e empresas), Private Banking, Banca Institucional, Corporate Banking e Banca de Investimento. O ano de 2021 continuou a ser desafiante para as áreas comerciais, em resultado da manutenção da situação da pandemia, tendo as equipas trabalhado em modelo de rotatividade durante grande período do ano.

Assim, o foco da actividade comercial do Banco em 2021 esteve assente numa maior aposta na Banca à distância, por via de desenvolvimento de uma relação digital e remota com os Clientes, assegurando a melhoria da experiência do Cliente na utilização das soluções digitais e remotas que o Banco oferece. Neste âmbito, assistiu-se a uma redução do número de agências, maioritariamente as que estavam localizadas nos mercados informais, garantindo o Banco uma resposta adequada às necessidades dos Clientes.

Ao lado de suporte ao negócio, tendo por objectivo dotar a área comercial de ferramentas para o alcance dos objectivos comerciais, foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas, das quais se destacam:

- ▶ Lançamento de novos produtos digitais, com destaque para o WhatsApp Banking, melhorias de algumas funcionalidades nos Canais Digitais. Estas iniciativas visam contribuir para o aumento da experiência e satisfação dos Clientes na utilização dos Canais;
- ▶ Programa interno de motivação e dinamização das equipas comerciais, designado "Moza Txampions", que consistiu na criação de competição ou ligas em que as equipas competiam entre si;
- ▶ Envolvimento do Call Center Moza como criador de oportunidades de negócio e dinamização na colocação e utilização dos equipamentos;
- ▶ Campanhas externas de adesão e utilização dos Canais Digitais e cartões;
- ▶ Manutenção do programa de fiabilidade da base de dados de Clientes, visando reforçar o envolvimento comercial e cross selling dos Clientes. Esta acção resultou no encerramento de um conjunto de contas inactivas a mais de 1 ano, tendo contribuído para a redução anual do número de Clientes face a igual período de 2020.

10.3.2 Iniciativas da oferta

Os esforços pela continuidade da simplificação e optimização da oferta mantiveram-se ao longo de 2021. Das acções levadas a cabo para melhor servir os Clientes, destacam-se as seguintes:

Conta Moza Salário

Lançado a nova Conta Salário que concede um conjunto de vantagens aos Clientes que domicíliam salário no Moza, destacando-se a possibilidade de um descoberto autorizado de até 60% do salário líquido dos Clientes, descontos no valor de comissões cobradas nas transferências intrabancárias, realizadas no internet banking.

Obrigações para novos negócios

O Moza emitiu 7.5 milhões de dólares norte-americanos em obrigações para apoiar novos negócios, com especial enfoque para o trade finance.

Trade Finance

Com o intuito de reforçar a capacidade das empresas se posicionarem nos mercados internacionais, o Moza criou uma oferta especial direccionada aos Clientes Exportadores e Importadores. Esta oferta disponibiliza aos Clientes produtos essenciais de Trade Finance, com preços e níveis de serviço distintos face ao mercado, bem como um serviço de consultoria e suporte individual.

Crédito + Funcionário

Crédito destinado aos Funcionários Públicos que oferece aos Clientes até 1.5 Milhão de Meticals para reembolso até 72 meses, a uma taxa de juro fixa. Em 2021, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus Clientes Funcionários Públicos, o Banco reviu em baixa a taxa de juro, apresentando-se actualmente competitiva face as taxas praticadas pelo mercado.

10.3.3 Resultados obtidos pelas áreas de negócio

Em 2021, e apesar do contexto socioeconómico adverso, verificou-se uma evolução positiva dos principais indicadores de negócio, num contexto em que o Banco adoptou a estratégia tendente à optimização do balanço comercial.

Crédito a Clientes

No contexto de incerteza macroeconómica e imprevisibilidade em torno dos impactos da Covid-19, com novas vagas a afectarem a generalidade das economias, dos conflitos na região norte do país e calamidades naturais, com impacto no tecido empresarial nacional originou uma maior necessidade de cobertura de risco de crédito. Neste âmbito, o Banco efectuou o reforço de imparidade, e procedeu igualmente ao saneamento ao activo de algumas operações de crédito vencido que se encontravam totalmente cobertas, com o intuito de reduzir a exposição a empréstimos não produtivos. Esta medida resultou na redução da carteira de crédito em 10% face a igual período de 2020. Excluindo estas operações, a carteira de crédito apresentaria um crescimento homólogo de 2%.

Recursos de Clientes

No que respeita aos recursos de Clientes, no final de 2021 o mesmo totalizava MZN 32.753 milhões de Meticals, face aos 35.150 milhões de Meticals registado no final de 2020. Parte deste decréscimo resulta da estratégia do Banco em reduzir o custo de funding, por via de uma política adequada de remuneração de recursos, num contexto de aumento da competitividade na captação de recursos de montantes expressivos ao nível do mercado por via de preço.

Canais Digitais

Em complemento ao serviço prestado pela rede distribuição tradicional, o Moza Banco tem apostado nos canais digitais, revelando-se essencial no acesso dos Clientes ao Banco, num cenário da pandemia. Em 2021, para além do lançamento de um novo canal digital, AZAPP, o Banco criou uma nova parceria de interoperabilidade com a E-mola. Assim, como forma de assegurar uma maior proximidade junto dos Clientes particulares e empresa, o Banco efectuou o lançamento da campanha de incentivo a utilização dos Canais:

Campanha de “Utilização dos Canais Digitais Moza”

O Moza disponibiliza aos seus Clientes 4 Canais Digitais para permitir que estes acedam às suas contas e façam os seus movimentos, nomeadamente, Moza Já (USSD), Moza Net (Internet Banking), Moza Mobile (Mobile Banking) e o AZAPP (WhatsApp Banking). Assim, com o objectivo de incentivar a utilização de todos os Canais Digitais, o Banco lançou no último trimestre de 2021 uma campanha de premiação onde foram sorteados 9 Clientes, sendo que os sorteios foram feitos quinzenalmente.

De salientar que este tipo de campanha é recorrente e demonstra o compromisso do Banco em aumentar a sua oferta digital para os Clientes.

Interoperabilidade com as Carteiras Móveis

Desde 2020, o Moza vem trabalhando afinadamente na criação de parcerias e integrações com as principais carteiras móveis contribuindo para a inclusão financeira das classes mais desfavorecidas. Em 2021 foi criada a parceria com o E-Mola, aumentando assim o leque de serviços a partir dos Canais Moza, oferecendo desta forma mais alternativas para o Cliente. Este ano foi também marcado pela forte afirmação do serviço de interoperabilidade, tornando-se, no período de 1 ano, o serviço mais usado no Moza Já e o segundo mais usado no Moza Net.

Lançamento do AZAPP

Como forma de oferecer serviços ajustados às necessidades dos Clientes, foi lançado o serviço de WhatsApp Banking, denominado AZAPP. Este serviço assemelha-se ao serviço USSD, entretanto explora algumas funcionalidades do WhatsApp, aumentando desta forma as possibilidades do Cliente interagir com o Banco. Para além das funcionalidades de consulta e transaccionais, o AZAPP apresenta uma funcionalidade revolucionária no mercado que permite que o Cliente consulte o estado dos seus documentos e envie imagens ou ficheiros pelo WhatsApp para actualizar os seus dados.

Assim, no final de 2021, o Banco apresentava um crescimento robusto para a generalidade dos indicadores de Canais Digitais. Para o Moza Net e Moza Já, no final de 2021 o Banco registou um incremento de 64% e 30% no número de utilizadores face a 2020, respectivamente.

Ao nível da transacção, houve igualmente um crescimento assinalável, tendo o Moza Net e Moza Já registado um crescimento em termos homólogos de 30% e 171%, respectivamente, tendo igualmente contribuído para este incremento a interoperabilidade com as carteiras digitais.

Meios e Canais electrónicos

O ano de 2021 foi caracterizado pela recuperação do negócio dos produtos de meios e canais electrónicos, nomeadamente, POS, ATM, Quiosques e Cartões, em resultado principalmente do alívio das medidas de restrições contra a Covid-19 e da estratégia adoptada pelo Banco para recuperação e rentabilização do negócio, reflectindo-se na evolução positiva do número e volume de transacções:

POS

O Banco registou um crescimento a todos os níveis, comparativamente ao ano de 2020, desde o parque instalado até ao número e volume de transacções, com crescimento de 25%, 15% e 20%, respectivamente. Este resultado foi possível alcançar através de várias iniciativas de dinamização a nível interno, com destaque para objectivos de colocação e transaccionalidade, chamadas de outbound pelo Call Center para Comerciantes com POS sem movimento, e retirada de POS com fraca transaccionalidade e realocação em outros Clientes.

ATM

No final de 2021, o Banco detinha um parque activo de 108 ATM's, representando uma redução de 10 unidades face ao período homólogo de 2020. A redução do parque deriva essencialmente do encerramento dos balcões dos mercados informais e, da estratégia de rentabilização deste serviço que passa pela retirada das ATM's Remotas não rentáveis.

Não obstante a redução do parque, o número e volume de transacções nas ATM do Moza cresceu face ao ano de 2020 em 19% e 32%, respectivamente.

Quiosques

No final de 2021, o Banco apresentava um parque de 21 unidades de quiosques. Em resultado do gradual levantamento das medidas de prevenção contra a Covid-19, verificou-se um crescimento anual do volume de transacções de 4%.

Cartões

Em 2021, o Banco manteve iniciativas que tem levado a cabo anualmente, tendo por objectivo garantir a contínua evolução do seu parque de cartões, bem como o crescimento da transaccionalidade dos mesmos, apesar da actual conjuntura propiciar a utilização dos Canais Digitais. Desta forma, destacam-se as seguintes iniciativas:

Campanha de incentivo à utilização de Cartões

A Campanha foi realizada entre os meses de Junho à Agosto (3 meses de duração), tendo resultado na premiação de 27 Clientes em valores monetários disponibilizados em cartões pré-pagos, também oferecidos aos Clientes.

Esta campanha contribuiu para o crescimento anual do parque total de cartões (Débito, Crédito e Pré-Pago) em 24%, tendo igualmente o número de transacções apresentado um crescimento de 14%.

Outro factor que contribuiu para o aumento do parque de cartões na sua globalidade, foi a continuidade das medidas que visam otimizar o parque de cartões activos por via da sensibilização dos Clientes para procederem com o levantamento dos cartões nas Unidades de Negócio através do envio de SMS, contacto e leads comerciais.

10.4 Inovação e Transformação

Os eventos recentes, ligados à pandemia da Covid, posicionaram a transformação digital num patamar diferenciador. A nível Global, a transformação digital é hoje incontornável, e o Moza continua a posicionar a Inovação, como um dos seus principais pilares de crescimento e desenvolvimento. Entende o Moza que a Inovação seja centrada nas pessoas e na realidade local, sobretudo garantindo mais-valia efectiva e sustentabilidade.

Há que assegurar que as mais valias trazidas por esta transformação, se traduzam em mais-valia efectiva no dia-a-dia dos Clientes, Colaboradores e de todos outros Stakeholders.

Principais realizações ocorridas em 2021 e seu impacto na actividade do MOZA

INTEROPERABILIDADE

Depois da introdução do serviço de Interoperabilidade em 2020, em 2021 o Moza garantiu a continuidade da expansão e melhoria destes serviços.

Expandimos em 2021 o serviço de interoperabilidade para o segmento de Empresas e PME's, garantindo maior comodidade e simplicidade nas operações dos nossos Clientes.

SUSTENTA

O Moza assinou um acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), para Gestão da linha SUSTENTA, que é um programa (o maior) nacional de integração da agricultara familiar em cadeias de valor produtivas, que tem como o objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambientalmente). Em 2021, o Moza iniciou a operação que permitiu realizar o processo de gestão de crédito e Grant aos Clientes contemplados.

Este acordo, representa o compromisso do Moza em apoiar aquele que é o sector primário da Economia, fazendo valer as valias obtidas do processo de fusão com o Banco Terra. O Moza deverá continuar a apoiar o segmento Agro-negócio, de forma estruturada, garantindo sustentabilidade no seu envolvimento.

Estratégia de implementação do projecto "um distrito um banco" (MADER - FNDS);

No âmbito do acordo assinado entre o Moza e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), para o projecto de bancarização rural - "Um distrito, um banco", em 2021 o Moza procedeu com a inauguração da Agência de Zumbo, sendo esta uma Agência com um simbolismo especial - pois com a abertura da mesma, o Moza passou a estender a sua presença, do Zumbo ao Índico.

10.5 Sistemas, Tecnologias de Informação e Continuidade de Negócio

No que concerne à gestão de sistemas e tecnologias de informação, o Banco manteve a sua actuação com objectivo de garantir o reforço de infra-estrutura tecnológica que suporta toda a operação do Banco.

Com intuito de dar continuidade ao processo de melhoria dos seus sistemas de informação, o Banco desenvolveu, neste período, um conjunto de iniciativas estruturantes destacando-se, entre outras, as seguintes:

Renovação de Infra-estrutura

Com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços de infra-estrutura, o Banco tem vindo a efectuar a renovação do equipamento de comunicação e sistemas. Dando seguimento a este processo, em 2021, foi implementada a renovação da infra-estrutura do Data Center Principal. Referir que a implementação desta renovação contribuiu na melhoria da capacidade de resposta em caso de activação do plano de continuidade. Desta forma a renovação permitiu ao Banco, a implementação de novos produtos e serviços que pela natureza requeriam recursos tecnológicos específicos.

Adopção da tecnologia SD-WAN

Software Defined Wide Area Network (SD-WAN) trata-se de uma abordagem onde as definições de tráfego são controladas por software de forma a ser criada uma sobreposição virtual para permitir a conectividade no âmbito de redes WAN.

Em 2021, foi implementada esta tecnologia nas agências do Banco, destacando-se as seguintes melhorias:

- ▶ Elevação da capacidade de transmissão de dados das unidades de negócio, permitindo desta forma melhorar a qualidade e performance dos sistemas;
- ▶ Integração efectiva de múltiplos provedores por forma a otimizar a estabilidade da rede de comunicações;
- ▶ Redução significativa de custos de manutenção dos circuitos; e
- ▶ Segurança - A tecnologia SD-WAN é um modelo com alto nível de encriptação de dados permitindo desta forma maior segurança de informação.

Teste de continuidade de negócio e avaliação do Disaster Recovery Site

Teste de Continuidade de Negócio - Esta actividade visa aferir a real capacidade de resposta do Banco a eventos de desastre que impossibilitem a utilização do centro de processamentos de dados principal e, com base nos resultados, estabelecer passos subsequentes para melhoria contínua da capacidade de resposta do Centro de Recuperação de dados (DRS - Disaster Recovery Site) a eventos de desastre.



10.6 Gestão de Imagem e Comunicação

Em 2021, o Cliente continuou a ser o foco principal na estratégia da comunicação, pelo que grande parte dos investimentos e acções foram desenhadas e implementadas inspiradas nele. Enquanto Banco Relacional, procuramos estabelecer uma conexão progressiva com os nossos parceiros, conquistando e retribuindo a sua confiança e a sua preferência.

Seguindo essa visão, procurou-se assegurar a consistência e reforço da notoriedade da marca, através da realização de um conjunto de acções, nomeadamente:

- ▶ Estabelecimento de vínculos de relacionamento com os Clientes, através de acções de comunicação dirigida;
- ▶ Comunicação transversal de produtos e serviços;
- ▶ Promoção e apoio a programas de responsabilidade social para o público interno e externo.

Notoriedade da Marca

A notoriedade da marca Moza Banco tem evoluído contínua e consistentemente ao longo dos anos o que pressupõe que existe um elo com os nossos Clientes e com o mercado, revelando reconhecimento e confiança.

Fruto dessa confiança, alicerçada por um serviço de qualidade, o Moza foi em 2021, e pelo segundo ano consecutivo, eleito o melhor Banco regional da África Austral num evento que premia os melhores intervenientes do sector da Banca e Finanças no continente, em cada ano.

As distinções são promovidas pela *African Banker Magazine* com o alto patrocínio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e visam fundamentalmente enaltecer as realizações de empresas e indivíduos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do sector financeiro ao nível do continente africano. Foi neste contexto que o Moza Banco foi distinguido como o melhor a nível da região Austral do continente africano. Pesou para esta distinção a evolução dos indicadores da actividade comercial que o Banco tem vindo a registar, a expansão da rede de balcões, a qualidade de serviço prestado, consubstanciada pela disponibilização de produtos e serviços de valor acrescentado para os Clientes e o mercado alargado.

A expansão dos nossos serviços para mais pontos do País, através da implantação de novos balcões em locais que, até então não tinham cobertura bancária, contribuiu igualmente para fortalecimento da Marca Moza.

Outro aspecto de realce é o processo iniciado em meados do ano, de renovação da imagem exterior das nossas Agências ao longo do país, ajustando-as aos novos elementos da Marca Moza. Com esta iniciativa procuramos transmitir mais eficazmente a vivacidade e o dinamismo intrínseco à marca aumentando a notoriedade e facilitando a identificação.

Principais Campanhas em 2021

Com o intuito de promover os nossos valores, produtos e serviços, recorremos aos meios de comunicação do Banco (website corporativo, ATM's, Tv's e painéis digitais no interior das Agências), às redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube e Twitter) e meios externos, para alcançar o nosso público. Ao longo do ano de 2021 destacam-se as seguintes campanhas:

▶ Campanhas Institucionais

Valores Moza

De modo a oferecer os melhores valores financeiros é imprescindível projectar bons valores humanos aos Clientes e à sociedade no geral. Seguindo este princípio, procuramos ao longo do ano partilhar os valores que nos inspiram e nos movem: Relação; Inovação; Integridade; Rigor; Proximidade.

#Divulgação de medidas preventivas à Covid-19

Ao longo do ano foram partilhadas através das plataformas comunicacionais do Banco, um conjunto de informações úteis para que os nossos stakeholders estejam melhor protegidos e preparados para lidar com a pandemia.

#Natal Solidário

No âmbito da quadra festiva, e por forma a assinalar o fim de mais um ano, espalhar energias positivas, esperança e optimismo para o ano que se segue, foi desenvolvida uma campanha institucional solidária neste período, aproveitando o espírito festivo para aproximar o Banco às famílias moçambicanas, aos Clientes e demais stakeholders de forma emocional e envolvente. A campanha em alusão englobou uma componente de Responsabilidade Social, permitindo assim beneficiar pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade.

▶ Campanhas de comunicação de Produtos e Serviços

Na vertente de Comunicação de produtos e serviços, destacam-se as seguintes campanhas:

- Interoperabilidade com M-Pesa
- WhatsApp Banking - AZAPP;
- Cartões Moza;
- Crédito Super Moza;
- Conta Moza Salário;
- Oferta Funcionário Público;
- Seguros de Acidentes Pessoais;
- Canais Digitais (com premiação);
- Crédito Boas Festas;
- Interoperabilidade com o E-Mola;
- Campanhas de Depósitos a Prazo.

As campanhas acima mencionadas estiveram patentes em vários meios, desde os tradicionais aos digitais e tinham por objectivo anunciar aos Clientes e ao mercado a disponibilidade destes produtos e serviços, alguns dos quais exclusivos do Moza, como é o caso da **interoperabilidade com o E-Mola**, destacando as suas principais vantagens.

As mesmas pautam por uma linha visual, mais humanizada, e integraram diferentes meios de divulgação, quer internos quer externos, ajustados aos targets específicos de cada produto/serviço e aos objectivos definidos.

Acreditamos que o público é movido pela identificação e pela confiança, procurando quem o entende e inspira, quem impulsiona os seus sonhos e ambições. É o que procuramos oferecer.

Com esta abordagem procuramos um posicionamento distinto no mercado o que exige que os nossos "Clientes" e o público em geral entendam de uma forma simples, cativante e emocional o que o Moza oferece e o que o faz ser a razão da sua escolha.

▶ Comunicação Interna e externa

A relevância do Moza no ano 2021 pode ser evidenciada através de um conjunto de conteúdos de comunicação que obtiveram grande impacto junto ao público, tornando-o mais envolvido e, por consequência, mais fiel à marca. Este facto fica evidente na notável performance do Banco nos media tradicionais e redes sociais.

Nos media tradicionais, inúmeros temas positivos repercutiram ao longo do ano, desde inaugurações de novas Agências, passando pela assinatura de Memorandos de entendimento e acordos entre o Moza e outras instituições, e incluindo acções de Responsabilidade Social, o que evidencia a preocupação do Banco em participar activamente na transformação e no desenvolvimento do país.

No concernente às Redes Sociais, demos seguimento à implementação da Estratégia Digital definida para o ano 2021, que visa solidificar e expandir a nossa presença, aumentar a visibilidade e alcance da marca e conteúdos do Banco, fidelizar os Clientes, bem como promover a Banca à distância e assegurar a inovação. Outrossim, mantivemos a aposta na divulgação regular de conteúdos institucionais e divulgação da Oferta, numa estratégia alinhada com o Plano de Campanhas definido para o período. De realçar que o Moza continua a apresentar uma performance assinalável a nível das redes sociais, particularmente no Facebook, onde a página oficial segue destacada como líder do sector da Banca a nível de reacções (gostos, comentários e partilhas).

Ainda no contexto de interacção com os nossos públicos, destaca-se a publicação e partilha regular do **Moza News** - a newsletter do Banco, cujo principal objectivo é manter os Colaboradores e Clientes a par dos acontecimentos e eventos mais relevantes da instituição, bem como divulgar a Oferta, educação financeira, entre outra informação; e o Boletim Económico, sendo ambas publicações mensais e que permitem manter o vínculo relacional com o nosso público, através de partilha de conteúdos de bastante utilidade e actualidade.

A nível da comunicação interna, continuamos a apostar numa comunicação permanente e regular com todos os colaboradores do Banco, dando a conhecer em primeira mão os principais objectivos, realizações e marcos do Banco.

10.7 Qualidade de Serviço e proximidade aos seus Clientes

Estratégia de adequação de um serviço de excelência assente no Cliente

A estratégia do Moza Banco está alinhada à Gestão de Qualidade, como sendo um dos pilares de crescimento, desenvolvimento assim como de sustentabilidade do Banco, que garante uma vantagem competitiva no mercado, pois, por um lado na angariação de Clientes, por outro na retenção, motivo pelo qual o exercício financeiro de 2021, ficou assente nos seguintes pressupostos:

- ▶ Adequação dos processos de Gestão de Reclamações no âmbito da entrada em vigor do Aviso nº 9/GBM/2020 - Regulamento de tratamento de reclamações;
- ▶ Manutenção da Monitoria de desempenho de Níveis de Serviço (SLA) dos processos críticos com impacto directo no serviço ao Cliente e na fidelização dos Clientes;
- ▶ Realização de inquéritos de satisfação para aferir a satisfação dos Clientes em relação aos seus serviços e produtos para a melhoria da Qualidade do serviço prestado.
- ▶ Empoderamento da área que gere a qualidade com a criação do Departamento de monitoria de Serviço ao Cliente e com meios humanos e técnicos adequados.

10.7.1. Proximidade aos Clientes

O Moza incrementou as actividades para melhoria da qualidade de serviços de Canais Digitais, concretamente no auto atendimento, dada a situação de pandemia da Covid-19, tendo igualmente adoptado uma estratégia para uma maior proximidade e audiência das preferências e preocupações dos Clientes, onde foram capitalizados cada vez mais os pilares:

- ▶ Monitoria permanente dos Níveis de Serviços ao Cliente;
- ▶ Implementação das Acções Correctivas, no âmbito do ciclo **PDCA** (Ciclo de melhoria contínua);
- ▶ Realização de Inquéritos estratégicos aos Clientes, permitindo:
 - Apurar a taxa de satisfação em relação às diferentes variáveis de actuação do Banco;
 - Obter informações, que permitiram que as diferentes áreas técnicas desenvolvessem de forma directa, ou indirecta, acções concretas tanto para a melhoria dos serviços, assim como, para um maior ajuste às preferências e preocupações dos Clientes.

10.7.2. Capacitação do "Capital Humano"

Por outro lado, com o objectivo de capitalizar a sua rede de balcões e o seu "Capital Humano" interno, no fornecimento de produtos/serviços com valor acrescentado para o Cliente, tomando em conta os desafios estabelecidos nas normas do serviço ao Cliente, foram desenvolvidas pelo Moza, acções de formação/capacitação aos colaboradores das áreas comerciais e responsáveis das Unidades de Negócio:

- ▶ Em matérias gerais; e
- ▶ De forma individualizada, nas matérias específicas em resposta a necessidade temática de cada equipa, com enfoque na melhoria do Serviço ao Cliente, Gestão de reclamações nos termos do Aviso nº 9/GBM/2020 - Regulamento de tratamento de reclamações do Banco de Moçambique e norma interna que regula os padrões de Níveis de Serviço.

10.7.3. Monitoria intercalar "dos resultados"

No Moza, o planeamento das acções que visam a melhoria do serviço ao Cliente, foram sempre resultado da análise do desempenho dos KPIs (Indicadores Chave de Desempenho) previamente definidos, nomeadamente:

- ▶ Níveis de Serviço (SLAs) no tratamento dos processos de venda e tratamento das reclamações;
- ▶ Número de reclamações por processo; e
- ▶ As respectivas taxas de satisfação dos Clientes nos processos;

Os resultados obtidos ao longo de 2021 tem sido úteis para a implementação de Medidas/Acções Correctivas de melhoria contínua. Observando a evolução dos níveis de satisfação dos Clientes, os mesmos, colocam o Moza Banco como um dos Bancos preferidos pelos moçambicanos, fazendo jus à Excelência do Banco nas suas escolhas.

10.8 Compliance e Branqueamento de Capitais

A função Compliance encontra-se instituída no Moza Banco de forma permanente e efectiva. O Compliance deu continuidade ao cumprimento da sua missão principal de promover e assegurar que o Moza cumpra com as exigências legais, regulamentares, estatutárias, normativas, éticas, de boa conduta e das boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, assim como, de assegurar a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, que são aplicáveis aos Órgãos Sociais, Directores e todos os Colaboradores, num quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

O ano de 2021 foi um ano caracterizado por muitos desafios, no que tange a questões de produtividade profissional devido à pandemia da Covid-19, o Moza Banco manteve o trabalho remoto, como forma de conter a propagação da doença dentro da instituição, mas também conferindo a continuidade do negócio.

Do lado do Compliance, foram assegurados meios tecnológicos, por forma a adequar-se ao trabalho à distância sem afectar os objectivos de garantir que o Banco continuasse em conformidade com todo o quadro Legal e, por outro, que o Banco não estivesse a ser utilizado como um meio para Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Destacamos como alguns dos aspectos positivos, as formações ministradas aos colaboradores do Banco, no âmbito do programa de alinhamento, participação do Compliance no processo de criação e revisão de produtos e com vista a garantir que os mesmos estão em conformidade com a legislação em vigor e boas práticas vigentes, introdução de declarações de conflitos de interesses no âmbito da Política de Conflito de Interesses.

Igual destaque vai para participação activa na Avaliação Nacional de Risco (ANR) e Processos de Avaliação Mútua, mediante o preenchimento de Questionário em Matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, solicitado pelo Banco Central.

Monitoria de Contas e transacções

Durante o ano, foram analisados vários alertas e elaboradas fichas e respectivos relatórios de monitoria. Para além das recomendações habituais (actualização dos processos físicos, abertura de contas correspondentes à actividade desenvolvida, monitoria contínua específica, etc.), as análises também culminaram com o encerramento de algumas contas.

Apesar das dificuldades referentes ao método de trabalho, em 2021 houve um aumento significativo de análises efectuadas e consequentemente dos documentos elaborados (fichas e relatórios de monitoria) comparativamente ao ano de 2020, facto relacionado com os sistemas automáticos de detecção de comportamentos ou movimentações atípicas. Foram levantadas constatações dos constrangimentos encontrados, e respectivas recomendações de melhorias.

Comunicações e Reportes ao GIFiM

No ano de 2021, o Moza relacionou-se com o GIFiM (Gabinete de Informação Financeira de Moçambique) nas seguintes vertentes:

- ▶ **Resposta às solicitações do GIFiM:** o Compliance recebeu e respondeu a todas as solicitações enviadas pelo GIFiM entidades (particulares e empresas), referentes a elementos de identificação de entidades, contas, informação sobre contas bancárias (transacções, cheques, transferências, etc.), entre outras questões.
- ▶ **Reporte de Entidades/Operações Suspeitas:** em 2021, houve continuidade de reporte de clientes ao GIFiM, por apresentarem comportamentos transaccionais suspeitos/atípicos, sendo na sua maioria, situações de movimentações de valores provenientes da actividade comercial nas contas particulares, para além de estar em estágio avançado a questão de reporte de limiares.

Filtragem de Fornecedores (Empresas e seus respectivos representantes)

Actividade efectuada pontualmente, sempre que solicitada por alguma Direcção, tendo o Compliance filtrado Empresas e Particulares (representantes das empresas) com o intuito de aferir se as mesmas poderiam ter alguma informação relevante em relação a Hit's no Worldcheck, facto que pudesse auxiliar na decisão sobre o início ou continuidade dessas relações com o Banco. Importa referir que das análises efectuadas, todas tiveram um parecer favorável do lado da Direcção de Compliance.

Operações SWIFT - Filtragem Sanctions Screening

Em 2021 foram analisadas e aprovadas analisadas operações com o estrangeiro (OPÉ's e OPR's). Este processo foi efectuado, através da avaliação da filtragem automática contra listas internacionais (com registo de incidentes de crimes financeiros e/ou países sancionados, no âmbito das operações com estrangeiro (via SWIFT)).

Análise de Entidades no Processo de Abertura de Contas

Durante o ano de 2021, e com o objectivo de salvaguardar que o Banco não iniciasse relações com Clientes que estivessem em listas negras ou de observação, bem como, para garantir a correcta identificação e registo de entidades de risco como os PEP's (Pessoas Politicamente Expostas), foram analisados vários hits provenientes dos aplicativos de filtragem.

Ainda no âmbito das análises efectuadas, foram encerradas algumas contas por recomendação do Compliance, por não estarem em conformidade com as políticas e fora do perfil transaccional.

Contas de Pessoas Politicamente Expostas (PEP's)

Em relação aos PEP's, de modo a cumprir com as obrigações de acordo com as leis e regulamentos de AML/CFT de forma eficiente e económica, o Banco passou a efectuar com maior atenção a triagem e avaliação dos riscos que os PEP's apresentam para o Banco, através de um processo de KYC (Know Your Customer) e KYT (Know Your Transaction) mais rígidos, permitindo registos e actualizações mensais destas entidades, e do reporte obrigatório mensal.

Relação com Bancos Correspondentes e outras Entidades Financeiras

O Compliance respondeu às solicitações de várias Instituições Financeiras, que mantêm com o Moza relações de Banca Correspondente, serviço de «gestão da relação bilateral» facultado pela Relationship Management Application (RMA) da SWIFT, troca de chaves, etc., como também para outras que demonstraram interesse em iniciar relações, mediante o envio prévio de determinadas informações e/ou documentações do Banco, e vice-versa.

Testes e Relatórios de Conformidade

Em 2021, foram feitos testes de conformidade e elaborados respectivos relatórios, com o intuito de se aferir o grau de cumprimento da legislação em vigor das diferentes áreas do Banco, e de prover um alinhamento interno através do envio de recomendações e verificação do cumprimento, no sentido de se encetar esforços para correcção das anomalias detectadas, de modo a que o Banco esteja em conformidade, evitando sancionamentos, o que pode acarretar riscos reputacionais e financeiros daí decorrentes.

Conformidade Regulamentar

No que tange a actividade de Conformidade Regulamentar, procedeu-se com a revisão de políticas existentes, e elaboração de novas políticas, de acordo com as exigências legais e regulamentares, com enfoque para a revisão anual do Código de Ética e de Conduta, e revisão de vários normativos vigentes para que estivessem de acordo as novas legislações, criação de novos formulários em conformidade com os ditames da lei e regulamentos, e emissão de alertas/ comunicados/ notas explicativas, à rede e Banco no geral, atinentes à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Formação sobre temáticas Compliance

A legislação de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo refere que devem ser ministradas formações sobre o tema de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, refere ainda que devem ser efectuadas anualmente e abranger todos os colaboradores do Banco, pelo que houve continuidade do processo formativo.

De referir que as formações foram ministradas pelos colaboradores da Direcção de Compliance, dotando os colaboradores abrangidos de conhecimentos necessários sobre prevenção, detecção e combate destes crimes, reforçando sobre a necessidade do cumprimento da Lei, e, garantindo também, o cumprimento do requisito da obrigatoriedade legal de formar todos os colaboradores do Banco.

10.9 Controlo e Racionalização de Custos

A prevalência da situação pandémica da Covid-19 em 2021, constituiu uma oportunidade para o Banco consolidar e monitorar as iniciativas implementadas para a mitigação do seu impacto. Através do Departamento de Controlo e Racionalização de Custos e com vista a assegurar o alcance de um dos seus objectivos estratégicos, nomeadamente, a racionalização dos custos, o Banco garantiu o acompanhamento das medidas já identificadas e necessárias para um maior controlo dos seus custos.

Nesta perspectiva, foi promovida uma maior interacção entre a área de controlo de custos e as Unidades Orgânicas do Banco por forma a garantir melhor percepção e identificação de alternativas na perspectiva de cada responsável, o que tornou o processo de busca de alternativas de economicidade mais participativo ao nível do Banco e contribuiu para maior priorização de fornecedores locais, a nível de Distrito, para consumíveis tais como: água canalizada, itens de cafetaria, entre outros.

Foi igualmente adoptada uma abordagem mais proactiva de análise das propostas de custos e investimento, incorporando dentro do processo, fases de análise e parecer prévia de todos os processos de aquisição, o que contribuiu para o reforço do controlo e gestão dos custos operacionais e de investimentos. Esta iniciativa permitiu:

- ▶ Avaliação crítica das propostas antes da sua aprovação por parte da área de controlo de custos;
- ▶ Identificar e corrigir desvios e falhas identificados no processo de procurement por forma a permitir a sua correcção atempada;
- ▶ Gerar sinergias tendentes a busca das opções de custos mais eficientes;
- ▶ Dotar a (Comissão Executiva) de subsídios para alicerçar a tomada de decisões.

11. Gestão do Risco

11.1 Introdução

A gestão de riscos é encarada no Moza Banco como um processo fundamental para responder a perigos e incertezas nos mais variados domínios, que compreendem as actividades que afectam o seu perfil de risco. Muito associado ao risco, o Moza Banco está permanentemente atento à vulnerabilidades que caracterizam a potencialidade de perdas que pode ocorrer no seu negócio, resultantes do impacto de eventos não esperados sobre o património que lhe está afecto. Nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegia o princípio de Governação Corporativa. A definição, acompanhamento e aplicação da política de gestão de riscos do Banco, conta com o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão dos riscos financeiros e não financeiros, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em harmonia com as melhores práticas internacionais, de onde resulta a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites, que conduzem a actividade do Banco para a sua esfera de actuação nos vários segmentos de negócio: Retail, Private, Corporate e Institucional até às actividades conduzidas pela Sala de Mercados, nomeadamente, nos Mercados Cambiais, Monetários e de Capitais, e pela Banca de Investimento através de uma oferta especializada de serviços financeiros transversais às áreas comerciais (Empresas, Top Corporate, Clientes Institucionais e Private Banking) e de produtos de Mercado (Nacional e Internacional), proporcionando aos nossos Clientes uma oferta global e integrada de serviços financeiros de crescente exigência e sofisticação, e apoiando-os no desenvolvimento dos seus negócios, dentro e fora de Moçambique.

Tendo em vista o cumprimento dos objectivos estratégicos e dado o perfil dos riscos a que o Moza Banco se encontra exposto, a condução da sua gestão é feita de acordo com o modelo de Gestão de Risco implementado na instituição, a partir do qual são identificados os riscos existentes e os potenciais. Este processo inclui a análise, a monitorização, a medição e o controlo, bem como a determinação do impacto positivo ou negativo desses riscos nos resultados e/ou no capital.

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende nove tipologias de risco, nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco de Taxa de Juro; Risco de Taxa de Câmbio; Risco Operacional; Risco Estratégico; Risco Reputacional; Risco de Compliance; e Risco de Tecnologias de Informação, incluindo os processos, sistemas e procedimentos para a sua gestão, como também as atribuições e responsabilidades dos órgãos envolvidos. Ainda neste quadro, inclui-se o Risco de Concentração, regulado pelo Banco de Moçambique, através da Circular número 3/SCO/2013 de 31 de Dezembro.

No âmbito do quadro conceptual, o Moza Banco deu início ao processo de elaboração e implementação de políticas sobre o Risco Social e Risco Ambiental, o que implica, doravante, a análise dos riscos sociais e ambientais de suas operações de financiamento, alargando assim a gestão para doze tipologias de risco.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- ▶ Acompanhamento dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo e ao nível do Comité de Risco;
- ▶ Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites;
- ▶ Sistemas de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- ▶ Sistema de Controlo Interno.

A responsabilidade em matéria de coordenação da execução dos processos de Identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento de todos os riscos, bem como a implementação dos controlos de risco em todas as áreas de negócio ou áreas funcionais de apoio ao negócio, recai sobre a Direcção de Gestão de Risco (DGR). Em termos de linhas de reporte e comunicação, a DGR presta suporte ao Comité de Risco e à Comissão Executiva, em linha com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

O Comité de Risco, que emana do Conselho de Administração, é presidida por um Administrador não Executivo, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Banco, com enfoque no acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e no cumprimento das políticas, regulamentos e limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

11.2 Perfil de Risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio e da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios e legais.

O Moza Banco procede de forma contínua e prudente ao controlo do seu perfil de risco e ao cumprimento dos limites definidos em relação aos riscos da actividade.

A evolução do sistema financeiro e as constantes transformações tecnológicas obrigam à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, consubstanciadas nas boas práticas internacionais e na observância dos princípios emanados pelo Órgão Regulador do Sistema Bancário. Para o efeito, o Moza Banco procura, de forma constante, dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Para dar resposta a cada vez mais exigente regulamentação e visando estar em linha com as melhores práticas, em 2021 o Banco desenvolveu uma série de acções relevantes no âmbito de gestão de risco, das quais se destacam:

- ▶ A revisão do Modelo de Governança de Gestão de Riscos do Banco em linha com as melhores práticas, observando o princípio de segregação de funções entre a originação e a gestão/controlo dos riscos assumidos, o qual será implementado em 2022;
- ▶ A revisão das funções e responsabilidades da Direcção de Gestão de Risco do Banco, criando condições (técnicas e de recursos humanos) necessárias para a implementação de um Framework de Gestão de Risco igualmente alinhado as melhores práticas. No âmbito deste projecto foram listadas propostas de projectos estruturantes e transversais ao Banco, a serem implementados a curto, médio e longo prazos, visando dotar o Banco de Ferramentas, Modelos, Metodologias, Métricas, Políticas e Procedimentos adequados à gestão equilibrada dos riscos inerentes à sua actividade;
- ▶ A revisão do Manual de Funções e Responsabilidades da Direcção de Gestão de Riscos e elaboração do Manual de Princípios, Normas e Procedimentos de Gestão de Riscos do Banco, os quais serão implementados em 2022;

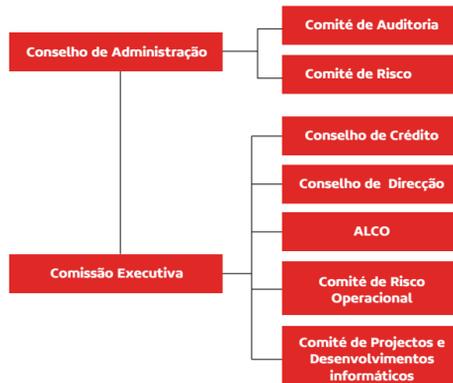
- ▶ Capacitação do Banco em matérias de risco, de onde se destacam: i. início e conclusão do Projecto RAF (Risk Appetite Framework), ii. início do Projecto de Melhoria dos Processos de Crédito (incluindo Modelos de Rating e Credit Scoring), com a conclusão prevista para Agosto de 2022, e iii. início do Projecto ESG (Environmental, Social and Governance) com a conclusão prevista para segundo semestre de 2022;
- ▶ Início de formações sobre risco operacional na plataforma de e-learning aos colaboradores do Banco.

- ▶ Monitorar o cumprimento de toda a legislação local e as melhores práticas de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e a existência e cumprimento de políticas de *compliance* adequados, ao nível do Banco;
- ▶ Analisar os relatórios periódicos elaborados pela Direcção de *Compliance* do Banco, em matéria de conflitos de interesse, de comunicação de irregularidades e de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (AML/CFT) e emissão do respectivo parecer/comentário;
- ▶ Disponibilizar ao CA a documentação analisada na Comissão de Avaliação de Risco (CAVR).

11.3 Responsabilidades pela Gestão do Risco

No domínio da gestão dos riscos, o Conselho de Administração do Moza Banco é o órgão responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível sobre a matéria, assim como a definição das linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio, cabendo à Comissão Executiva a responsabilidade pela operacionalização dessa política e pela decisão executiva relativa às medidas e acções do âmbito da gestão de risco.

O organograma abaixo descreve o modelo de governo e logo a seguir as funções/competências dos órgãos relevantes no âmbito da função de gestão de risco no Banco:



Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria é presidido por um Administrador não Executivo e tem as seguintes responsabilidades:

- ▶ Monitorar o processo de produção das demonstrações financeiras anuais e intercalares;
- ▶ Fiscalizar o estabelecimento das políticas e práticas contabilísticas pelo Banco;
- ▶ Monitorar a integridade das demonstrações financeiras anuais e intercalares;
- ▶ Rever julgamentos contabilísticos relevantes contidos nas demonstrações financeiras;
- ▶ Assegurar que a Comissão Executiva estabeleça e mantenha um adequado e efectivo processo de controlos internos que assegure em matéria de reporte (financeiro, operacional e risco), a observância das leis, regulamentos e normativos internos, bem como eficiência e efectividade das operações e protecção dos activos;
- ▶ Aprovar critérios para a indicação do auditor externo e recomendar ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral dos Accionistas, a contratação, renovação e desvinculação do auditor externo;
- ▶ Supervisionar a auditoria às contas anuais e intercalares e discutir com o auditor externo matérias chave despoletadas pelo processo de auditoria;
- ▶ Assegurar que a gestão cimeira está a tomar as acções correctivas necessárias face as constatações e recomendações da auditoria interna e externa;
- ▶ Assegurar que as deficiências apontadas pelas autoridades de supervisão no que concerne à função de auditoria interna sejam corrigidas dentro dos períodos recomendados, bem como reportar ao Conselho de Administração o progresso das acções em curso;
- ▶ Analisar os relatórios periódicos elaborados pelas funções de controlo interno, em matéria de conflitos de interesse, de comunicação de irregularidades e de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (AML/CTF) e emissão do respectivo parecer/comentário.

Comité de Risco

O Comité de Risco é igualmente presidido por um Administrador não Executivo e é responsável por assessorar o Conselho de Administração na gestão eficaz dos riscos, conforme as melhores práticas de organização neste domínio e as exigências do Aviso n.º 4/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco, propondo políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Cabe ainda ao Comité de Risco a responsabilidade de:

- ▶ Propor e rever os indicadores e limites da RAS (*Risk Appetite Statement*) do Banco ao Conselho de Administração;
- ▶ Assegurar a revisão independente do ICAAP, reportando ao Conselho de Administração as respectivas conclusões.

Comissão de Avaliação de Risco

Contudo, já em 2022 o Conselho de Administração do Banco, tendo em vista o robustecimento do Modelo de *Governance* de gestão de risco e, por forma a responder à cada vez mais exigente regulamentação, visando estar em linha com as melhores práticas, criou a Comissão de Avaliação de Riscos, em substituição do Comité de Risco, a qual tem um vasto conjunto de funções e responsabilidades, sendo de destacar as seguintes:

- ▶ Acompanhar a evolução dos diferentes riscos e cumprimento das políticas, regulamentos e limites aplicáveis;
- ▶ Rever os princípios, políticas, regras, limites e práticas aplicadas na Gestão de Riscos;
- ▶ Aconselhar o CA sobre a apetência para o risco e a estratégia de riscos gerais, actuais e futuras, e políticas relativas à assunção, gestão, controlo, cobertura e factores de redução de risco, genéricos, actuais e futuros do Banco;
- ▶ Acompanhar a actividade da Direcção de Gestão de Riscos do Banco;
- ▶ Acompanhar o processo de identificação de riscos e de desenvolvimento de métricas para a sua medição e de limites para o seu controlo, emitindo pareceres para o CA sobre a sua adequação, sempre que necessário;
- ▶ Emitir parecer prévio para o CA, sobre o Relatório de Disciplina de mercado;
- ▶ Emitir parecer para o CA, sobre o processo de revisão do *Risk Appetite Framework* (RAF) e acompanhar a evolução dos indicadores do *Risk Appetite Statement* (RAS);
- ▶ Analisar todas as categorias de risco reguladas na lei das instituições de crédito e das sociedades financeiras e avisos do BM, com a mesma relevância;
- ▶ Auxiliar o CA na supervisão da execução, pela Direcção de topo, da estratégia de risco do Banco;
- ▶ Analisar se as condições dos produtos e serviços oferecidos aos Clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de Risco do Banco;
- ▶ Analisar a adequação da afectação dos recursos à gestão dos riscos regulados nos avisos do BM, e demais legislação aplicável;
- ▶ Monitorar e garantir que os sistemas de gestão de risco do Banco são adequados ao perfil e estratégia do Banco;
- ▶ Assegurar a revisão independente do ICAAP, emitindo pareceres para o CA, sobre os processos de planeamento de capital e Liquidez e respectivas conclusões;
- ▶ Recomendar à Comissão Executiva do Banco para que elabore e submeta ao Conselho de Administração o Relatório Final do ICAAP, acompanhando depois o processo de monitorização do ICAAP;
- ▶ Monitorar os principais indicadores de *Compliance* e apreciar o trabalho da Direcção de *Compliance* do Banco e propor ao CA a adopção de medidas ou correcções que entenda pertinentes;

Conselho de Crédito

Compete ao Conselho de Crédito do Moza Banco tomar decisões de crédito ou emitir despacho ou parecer único nos termos que se encontram definidos no Regulamento de Crédito do Banco.

Conselho de Direcção

É um órgão de carácter consultivo, que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Banco, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo uma gestão participativa e alargada.

Comité de Activos e Passivos (ALCO)

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) tem a responsabilidade de executar a política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, *repricing*) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa, ou seja, assegura a identificação de medidas necessárias para que a posição estrutural do Banco em termos de liquidez e/ou riscos de mercado se enquadre dentro dos limites definidos.

Comité de Risco Operacional

O Comité de Risco Operacional é responsável pela gestão do risco operacional (incluindo as componentes de risco de *compliance*, reputacional e de tecnologias de informação) conforme estipulado pelo Banco de Moçambique através do Aviso 04/GBM/2013 de 18 de Setembro sobre as Directrizes de Gestão de Risco.

Comité de Projectos e Desenvolvimentos Informáticos

É um órgão de carácter consultivo, que tem como principal função apreciar os projectos de desenvolvimento informático do Banco, fazendo o alinhamento da capacidade de resposta do IT face aos diferentes pedidos de desenvolvimento informático submetidos pelas diferentes Unidades Orgânicas do Banco em cada ciclo informático. Tem como objectivo garantir que sejam atendidas as prioridades estratégicas do Banco, em matéria de IT, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na Direcção Sistemas e Tecnologias de Informação, garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portfólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de IT (priorização).

De um modo geral, todos os colaboradores, no âmbito do exercício das suas funções, participam do controlo e da gestão dos riscos, cabendo-lhes a responsabilidade pela disseminação da Política de Gestão de Riscos, verificação da ocorrência de eventos de risco e partilha de informação quando existam factos materialmente relevantes, e ainda, colaborar com a Direcção de Gestão de Risco na correcta identificação, avaliação e mitigação do Risco Operacional.

Conforme referido acima está em processo de aprovação a proposta do novo Modelo de *Governance* de Gestão de Riscos do Banco, o qual está em linha com as melhores práticas. Em suma, na nova estrutura de governação estão estabelecidos os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a fiscalização de forma eficaz. Além disso a estrutura ora proposta, se conforma com a nova lei das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matéria de governação, especificamente no que se refere aos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco.

Governo da Gestão de Risco e Linhas de Defesa

O Moza Banco adopta o modelo de 3 (três) linhas de defesa para a gestão dos diferentes riscos, o que garante transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco:

- ▶ A primeira linha de defesa são as **Unidades de Negócio e as Unidades que geram Exposições aos Riscos** (tomadores de risco), que têm como responsabilidades: identificar, acompanhar, e mitigar os riscos dos negócios, mantendo os controlos eficientes.
- ▶ A segunda linha de defesa é composta pelas seguintes Direcções:
 - **Direcção de Gestão de Risco (DGR)**, que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital da Instituição, no que se refere à exposição aos riscos de crédito, mercado (taxa de juro e cambial), liquidez e operacional, entre outros, verificando a todo o momento se o risco do Banco se mantém dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração, operando em conjunto com as diferentes Unidades de Negócio a fim de garantir que a primeira linha de defesa (áreas comerciais) identifica, avalia e reporta os riscos das suas actividades de forma correcta.
 - **Direcção de Compliance**, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões de prevenção e combate aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo).
- ▶ A terceira linha de defesa cabe à **Direcção de Auditoria**, responsável por rever, de forma independente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, identificando as áreas de maior risco e na avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos nos órgãos de estrutura e de apoio.

Principais actividades desenvolvidas e intervenções mais relevantes da Gestão de Risco

As principais actividades desenvolvidas e as intervenções mais relevantes da Gestão de Risco, bem como algumas concretizações relevantes para o reforço e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Risco do Moza Banco em 2021 foram as seguintes:

- ▶ Início do Programa de Capacitação da Função de Gestão de Risco do Moza Banco (PCFR), apesar da adversidade imposta pela pandemia. Este programa é sustentado em Cinco Pilares de actuação:
 - **Governance** - O Primeiro Pilar do Programa de Capacitação da Função de Risco do Moza Banco tem a ver com a implementação de um novo Modelo de *Governance* de Gestão de Risco. Este modelo foi desenhado em 2021 tendo sido aprovado na reunião do Conselho de Administração. O novo Modelo de *Governance* de Gestão de Risco do Moza Banco é um modelo mais robusto e devidamente alinhado às melhores práticas e ajustado a lei 20/20 de 31 de Dezembro, especialmente no que se refere aos Comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco;
 - **Organização** - O Segundo Pilar deste programa assenta na implementação do projecto de Reestruturação da Direcção de Gestão de Risco do Moza Banco (DGR). No âmbito deste projecto, foi definido e implementado um novo Organograma da DGR, que incorpora dois novos Departamentos (Acompanhamento dos Acordos de Basileia e Normas de Supervisão e, o Departamento de Modelos e *Reporting*) e também foram criadas condições técnicas necessárias, para uma completa segregação de funções, entre as áreas de gestão de risco e as áreas de reporte ao Banco de Moçambique, de informação de carácter prudencial;

• **Infra-estrutura Tecnológica para a Gestão de Risco** - O Terceiro Pilar do Programa de Capacitação da Função de Risco do Moza Banco tem a ver com a implementação de Modelos para a mensuração dos riscos inerentes à actividade do Banco. Impunha-se à necessidade de revisão de processos críticos de gestão de risco do Banco, como é o caso do processo de imparidade. O Banco vai implementar um Modelo de Imparidade que incorpora não só o Módulo de Cálculo da Imparidade do Segmento da Análise Colectiva, como também, os Módulos de Cálculo da Imparidade do Segmento da Análise Individual, de Estimação de Factores de Risco e de *Backtesting*. O Banco aprovou, igualmente a implementação de outros dois projectos informáticos estruturais e transversais ao processo de Imparidade, nomeadamente:

- * O Modelo de Credit Scoring; e
- * O Modelo de EWS - Sinais de Alerta.

Adicionalmente o Banco está a implementar um *Risk Datamart*, para a produção de relatórios críticos de gestão e controlo de Risco (RWA - Activos Ponderados pelo Risco), Indicadores RAS - Indicadores da Declaração de Apetite de Risco, etc, bem como a automatização e optimização de um conjunto de processos e reportes, o que irá permitir às várias equipas, maior disponibilidade, para análise e gestão dos temas inerentes às suas áreas de actuação) e adopção das melhores práticas para gestão e controlo do Risco (BCBA's RDARR Principles).

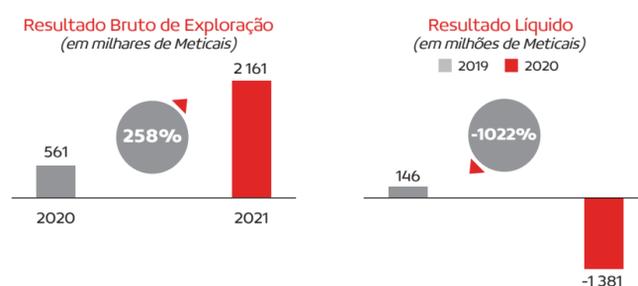
• **Procedimentos/Processos** - O Quarto Pilar deste programa assenta na implementação de Procedimentos de Gestão de Risco, ajustados às Directrizes de Gestão de Riscos (Aviso 4/GBM/2013 de 18 de Setembro) no que respeita aos 4 processos chave de gestão de risco (Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento). A este respeito, registaram-se os seguintes progressos:

- * Elaboração, em 2021, do Manual de Política e Normas de Gestão de Risco do Moza Banco (o Manual incorpora a definição da Taxonomia de Riscos do Banco, a definição dos Indicadores da Declaração de Apetite de Risco - *Risk Appetite Statement* - RAS e da Matriz de Tolerância de Risco - RAM, para a avaliação do Risco Operacional), o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 24/02/22;
- * Ao nível dos Processos, o Banco aprovou a implementação do Projecto de Controlo Interno (Identificação de Processos Críticos do Banco, Catalogação das Actividades e Controlos desses processos na perspectiva *end-to-end*, identificação dos riscos associados, bem como dos planos de acção para a mitigação destes). O arranque deste projecto previsto para 2022.

• **Pessoas/Recursos Humanos** - O Quinto e último Pilar do Programa de Capacitação da Função de Risco do Moza Banco diz respeito à contratação de pessoal especializado em matérias específicas de risco, nomeadamente:

- * Estudos Económicos e Desenvolvimento de Modelos e Cálculo e Actualização de Factores de Risco (IFRS9);
- * Implementação de Procedimentos de Basileia e Normas Prudenciais relacionadas com a gestão de risco (Taxonomia de Riscos / Riscos Materialmente Relevantes para efeitos de ICAAP, Revisão de Métricas e Metodologias para a quantificação dos requisitos de capital para a cobertura desses riscos, no âmbito dos Testes de Esforço e ICAAP, Elaboração de propostas de revisão da RAS, dos relatórios de Testes de Esforço, ICAAP, Disciplina de Mercado e Programa de Gestão de Risco, entre outras actividades);
- * Desenvolvimento e manutenção do *DataMart* de Risco;
- * Acompanhamento de Modelos Integrados de Imparidade (Análise Individual e Colectiva).

Todavia, o resultado bruto de exploração positivo é absorvido na totalidade pelas imparidades constituídas durante o ano, face à necessidade de cobertura do risco associado à exposição vencida, cuja recuperabilidade será demorada e complexa, bem como o impacto negativo da Covid-19.

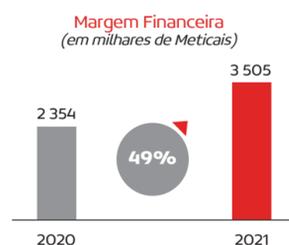


Demonstração de Resultados
(em milhares de Meticals)

	2020	2021	Variação
Juros e rendimentos similares	4 920 874	5 307 010	8%
Juros e gastos similares	-2 566 598	-1 802 351	-30%
Margem Financeira	2 354 276	3 504 659	49%
Serviços e comissões líquidas	475 034	519 701	9%
Operações financeiras líquidas	160 367	491 240	206%
Produto Bancário	2 989 677	4 515 600	51%
Gastos com pessoal	-1 716 161	-1 733 513	1%
Outros gastos operacionais	-1 103 318	-1 159 876	5%
Outros ganhos operacionais	390 587	538 405	38%
Resultado Bruto de Exploração	560 785	2 160 616	285%
Depreciações e Amortizações	-576 277	-505 148	-12%
Imparidade e Provisões do exercício	240 706	-2 904 983	-1307%
Resultado Antes do Imposto	225 214	-1 249 515	-655%
Imposto	-79 667	-131 506	65%
Resultado Líquido	145 547	-1 381 021	-1049%

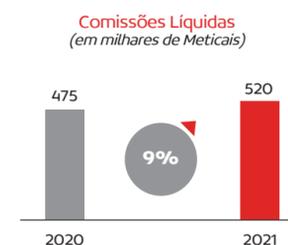
Margem Financeira

A margem financeira atingiu MZN 3 505 Milhões, um crescimento de 49% face a 2020. O nível alcançado, resulta do esforço do Banco na manutenção das taxas de depósitos a prazo e a preferência em depósitos à ordem remunerados, estratégia assente na redução de custos de funding e na melhoria do rácio DO/DP. Esta trajectória, responde à estratégia do Banco em assegurar sustentabilidade e uma melhoria dos resultados do Banco e contribuir para o alcance dos objectivos estabelecidos à nível estratégico.



Comissões Líquidas

Em 2021, as comissões líquidas atingiram MZN 520 Milhões, reflectindo um aumento de 9% comparativamente aos MZN 475 Milhões registados em igual período de 2020. O aumento das comissões líquidas é influenciado essencialmente pela melhoria no nível da transaccionalidade nos diversos canais e serviços disponibilizados pelo Banco, aliado a optimização da estrutura de custos directamente associados aos mesmos.



12. Análise Financeira

12.1 Nota Introdutória

Conforme temos vindo a referir, actividade económica do ano de 2021 foi influenciada pela manutenção e ressurgência da pandemia da Covid-19 que continuou a impactar negativamente a economia nacional. A actividade económica do Moza foi desenvolvida num ambiente desafiante e de incertezas, contudo com a implementação de diversas iniciativas em linha com os objectivos estratégicos definidos pelo Banco.

Desta forma, o Banco, viu-se na contingência de implementar e manter uma estratégia mais prudente na actividade creditícia, o que implicou a realização de ajustamentos na carteira de crédito que contribuíram para uma redução em cerca de 10%, face ao igual período de 2020. Neste âmbito, o Banco efectuou o reforço de imparidades, e procedeu igualmente ao saneamento de algumas operações de crédito vencido que se encontravam totalmente cobertas, com o intuito de reduzir a exposição a empréstimos não geradores de proveitos e melhorar o rácio de crédito vencido.

Relativamente aos recursos de Clientes, em Dezembro de 2021, o Banco apresenta uma redução em 7%, situando-se em MZN 32,8 Mil Mio, contra MZN 35,2 Mil Mio registados em igual período de 2020. Este decréscimo está assente na estratégia de redução de custos de funding, por via de uma política adequada de remuneração de recursos num contexto de aumento de competitividade, especialmente em montantes expressivos a nível de mercado.

O rácio de transformação global, medido pela carteira de crédito bruto sobre o total de recursos de Clientes, fixou-se em 75% no final de 2021, uma melhoria de 7 pp face ao ano 2020 resultante da estratégia de optimização do balanço e postura mais prudente face ao crédito.

Actividade e Resultados

Em 2021, o Banco obteve um resultado bruto de exploração positivo, mantendo a tendência que tem vindo a registar desde 2019, reflexo de um aumento na geração de receitas (disponibilização de novos produtos e serviços e pela maior proximidade junto dos Clientes assegurando assim, um maior nível de fidelização e envolvimento dos mesmos), maior controlo e racionalização de custos operacionais e de investimentos e optimização do Balanço. Não obstante o impacto da Covid-19, em 2021 o Moza continuou a registar uma melhoria significativa na geração de receitas, tendo o produto bancário comercial atingido MZN 4 516 Milhões, um crescimento de 51% face ao ano anterior (2020: MZN 2 990 Milhões). Os resultados brutos de exploração registados do exercício económico atingiram MZN 2 161 Milhões (2020: MZN 561 Milhões).

O Activo do Banco totalizou MZN 45,1 mil Milhões, reflectindo uma redução homóloga de 5%, derivado da estratégia de optimização do balanço, num contexto de maior prudência na concessão do crédito que culminou com a redução do mesmo, não obstante uma evolução positiva de carteira de aplicações, resultantes do excedente de liquidez disponível. A estratégia de aplicação de activos mais líquidos, visa igualmente criar condições para o Banco responder à eventuais pressões resultantes da evolução do contexto macroeconómico menos favorável para actividade económica.

O Passivo do Banco apresentou igualmente uma redução, comparativamente a igual período de 2020 passando de MZN 39 608 Milhões para MZN 36 610 Milhões, em resultado da estratégia do Banco em reduzir o custo de funding, por via de uma política adequada de remuneração de recursos, num contexto de aumento da competitividade na captação de recursos de montantes expressivos ao nível do mercado, assim como da reclassificação e ajustamentos na carteira de depósitos.

Em termos prudenciais, no final de 2021, o rácio de solvabilidade fixou-se nos 23,21%, mais 8,3 pp. face ao ano anterior (2020: 14,83%), acima dos requisitos regulamentares definidos pelo Regulador de 12%. Adicionalmente, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 44,55% (2020: 42,53%), igualmente acima do nível mínimo regulamentar, exigido pelo Banco de Moçambique, 25%. Trata-se de níveis considerados adequados face aos requisitos e aos benchmarks, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.

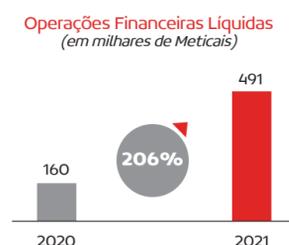
12.2 Análise de Rendibilidade

Resultado Bruto de Exploração

Em 2021, o Moza manteve a consistência na geração de resultado bruto de exploração positivo, tendo atingido MZN 2 161 Milhões, uma evolução significativa face ao período homólogo de 285%, influenciada pela melhoria do Produto Bancário conjugado pela consolidação de boas práticas na gestão dos custos operacionais.

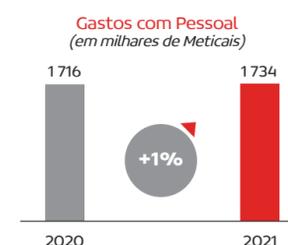
Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas, que agregam os resultados cambiais e operações de negociação e de cobertura, totalizaram MZN 491 Milhões em 2021, os quais comparam com os MZN 160 Milhões registados em 2020, evidenciando um aumento significativo de 206%. O aumento expressivo dos resultados das operações financeiras é explicado em grande parte pelos ganhos de reavaliação cambial dos passivos de locação denominados em moeda estrangeira, à luz de IFRS 16, resultante da apreciação do Metical face ao Dólar norte americano (MZN 303 Mio).



Gastos com Pessoal

A nível dos custos com pessoal verifica-se o esforço do Banco na racionalização de custos de estrutura, tendo os mesmos apresentado um aumento de 1% face a igual período de 2020, fixando em MZN 1 734 Milhões, um aumento muito abaixo da taxa de inflação média para o período em análise.



Outros Gastos Operacionais

Os outros gastos operacionais totalizaram MZN 1.160 Milhões em 2021, representando um aumento de 5% face ao período homólogo. Destaque para o aumento dos serviços especializados, serviços jurídicos no âmbito de reestruturação de contratos de financiamentos.



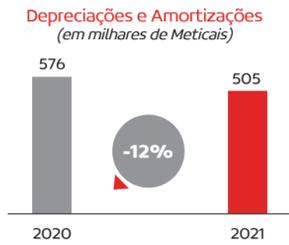
Outros Ganhos Operacionais

A rubrica de outros ganhos operacionais inclui, essencialmente, os ajustamentos às contas relativos aos exercícios anteriores. Durante o ano 2021, o Banco implementou diversas iniciativas que culminaram com a recuperação de créditos vencidos e de outros activos, o que significou o reconhecimento de proveitos extraordinários, anteriormente registados como perdas. Os Outros Ganhos Operacionais totalizaram MZN 538 Milhões positivos, o que representa um aumento de 38% face a 2020.



Depreciações e Amortizações

Em 2021, as depreciações e amortizações do exercício evidenciaram uma redução de 12% comparativamente ao ano anterior, totalizando MZN 505 Milhões o que compara com MZN 576 Milhões registados em 2020. Para esta redução, contribuíram os activos tangíveis que atingiram a sua vida útil em 2021, assim como o processo de abates de bens ociosos resultantes do processo de encerramento das agências dos mercados informais.



As dotações para imparidades e provisões apresentam um aumento de MZN 3 146 Milhões, uma variação significativa face ao período homólogo, reflectindo a necessidade de cobertura ao risco da carteira de crédito, incluindo exposições de crédito vencido.

(em milhares de Metical)	2020	2021	Varição
Imparidades e Provisões Globais	-241	2 905	-1307%
Imparidade de crédito	(191)	2 659	-1489%
Activos disponíveis para venda	(40)	193	-586%
Outros activos	(16)	81	-596%
Provisões	7	(28)	-519%

Imparidade de crédito

Durante o ano de 2021, no âmbito de gestão de risco de crédito e da estratégia de optimização do Balanço do Banco, o Moza desencadeou acções com vista a contínua procura na eficiência da gestão de risco e assegurar os níveis de cobertura necessários face a potenciais riscos. Desta forma, o Banco reforçou significativamente as imparidades de crédito visando cobrir risco de exposições e de crédito vencido, incluindo o potencial impacto da Covid-19.

Em resultado da optimização do Balanço que inclui saneamento de operações vencidas, totalmente cobertas por imparidades de crédito, o rácio de cobertura reduziu de 16,0% para 19,9%, reflectindo uma redução de 5,1 pp, ainda assim, indicador da manutenção do perfil de risco definido.

Qualidade do Crédito a Clientes

	Evolução anual				
	2018	2019	2020	2021	Varição
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	174,0%	132,2%	101,9%	71,4%	-30, pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	179,1%	139,9%	103,3%	74,3%	-28, pp
Custo médio de imparidade	1,4%	2,9%	-0,7%	-9,9%	-9,2 pp
Crédito vencido/Crédito Total	10,5%	12,8%	15,7%	15,2%	-0,4 pp
Imparidades acumuladas do Balanço/Crédito Total	18,3%	16,9%	16,0%	10,9%	-5,1 pp

No final de 2021, o rácio de crédito vencido fixou-se em 15,2%, que compara com os 15,7% registados em 2020. Esta redução reflecte ainda os efeitos da estratégia de optimização do Balanço, num contexto em que ao nível do sector bancário, mantém-se a tendência do aumento dos níveis de sinistralidade, traduzindo-se numa menor apetência das instituições financeiras em geral na concessão de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido por imparidade reduziu em 30 pp, passando de 101,9% para 71,4%. Esta redução resulta de utilização das imparidades de crédito no processo de saneamento de operações de crédito vencido.

Imparidades de activos disponíveis para venda

Ao longo do ano 2021, registou-se um aumento das imparidades constituídas dos títulos detidos pelo Moza no montante de MZN 234 Milhões. O aumento de imparidades de Outros Activos resulta da necessidade de cobertura ao risco de desvalorização de activos financeiros face às avaliações efectuadas através de preços de mercado (Mark-to-Market).

Outras Imparidades e Provisões

Relativamente às provisões, o Banco registou reversões no montante global de cerca de MZN 28 Milhões, em resultado de desfecho favorável para o Banco de processos em curso em 2020.

12.2 Análise do Balanço

Activo Total

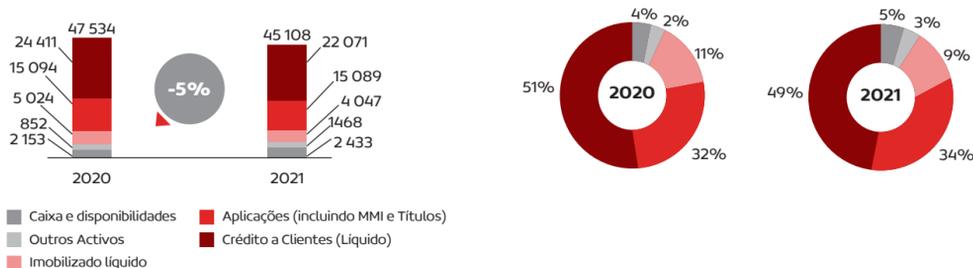
Os activos totais do Moza Banco, apresentam uma redução de 5% quando comparado com o período homólogo, atingindo em 2021 MZN 45 108 Milhões, o que compara com MZN 47 534 Milhões registados em 2020.

A redução da carteira de crédito em resultado da estratégia de optimização do balanço, contribuíram significativamente para a redução dos Activos.

Relativamente ao sector bancário, a actividade desenvolvida em 2021 continuou a ser condicionada pela evolução desfavorável de crédito mal parado, derivado da crise pandémica, reflectindo-se na maior apetência dos Bancos na aplicação do excesso de tesouraria em títulos no Mercado Interbancário.

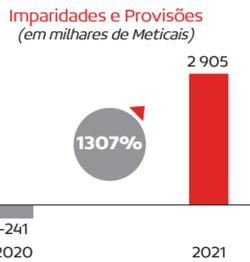
Como resultado da redução do Balanço, no final de 2021, o Moza Banco passou da 5ª para 6ª posição de maiores instituições financeiras em Moçambique em termos de activos, com uma quota de mercado de 5,6% (2020: 6,1%).

Estrutura do Activo
(em milhares de Metical)



Imparidades e Provisões do exercício

As imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidades de crédito, imparidades de activos disponíveis para venda, imparidades de outros activos, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente de resolução de contratos com Clientes, bem como as dotações para outras provisões.



Em termos de estrutura do activo, em 2021, a rubrica de crédito reduziu o seu peso relativo passando a representar 49% do total do activo (2020: 51%), o que responde igualmente para a estratégia de diversificação do portfólio de activos.

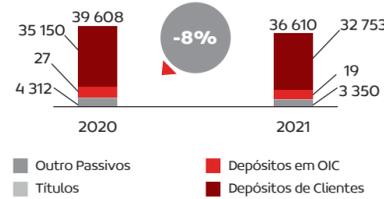
O contexto derivado da crise pandémica proporcionou os desafios que foram respondidos pela capacidade de resiliência do Banco, que resultou na definição de um plano específico para responder e atender as necessidades dos sectores de actividades resilientes.

A composição do activo do Banco demonstra a estratégia levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Moza Banco em garantir uma adequada diversificação de aplicações de fundos e dos respectivos prazos de vencimento tendo em vista garantir a manutenção de um elevado nível de liquidez para fazer face a eventuais desequilíbrios do mercado.

Passivo total

Em 2021, o Passivo do Banco fixou-se em MZN 36 610 Milhões, que compara com os MZN 39 608 Milhões registados em igual período de 2020. A diminuição do passivo ficou muito a dever-se à redução da carteira de depósitos. Ainda assim, o Moza Banco continua na 5ª posição dos maiores Bancos do sistema financeiro em termos de depósitos com uma quota de 5,7% (2020: 6,1%).

Estrutura do Passivo
(em milhares de Metical)



No período em análise, os depósitos de Clientes mantiveram-se como principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 89% do total do passivo. Em 2021, os depósitos de Clientes atingiram MZN 32 753 Milhões, traduzindo uma redução de 7% face ao período homólogo. Esta redução é explicada parcialmente pela reclassificação parcial dos mesmos para rubrica de recursos consignados, assim como pela estratégia do Banco em reduzir o custo de funding, por via de uma política adequada de remuneração de recursos, num contexto de aumento da competitividade na captação de recursos de montantes expressivos ao nível do mercado.

Os outros passivos, que agregam os recursos consignados e passivos de arrendamento (IFRS 16), impostos correntes e diferidos e outras responsabilidades, fixaram-se em MZN 2 987 Milhões, que se comparam com os MZN 3 991 Milhões registados no período homólogo.

Capitais Próprios

Em 2021, os capitais próprios foram reforçados através de injeção de Capital por parte dos accionistas, no valor de MZN 1,95 mil Milhões. Desta forma, os Capitais Próprios, que agregam o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, evidenciaram uma melhoria, significativa, totalizando MZN 8 498 Milhões, que compara com MZN 7 926 Milhões apurados em 2020.

Adequação do Capital

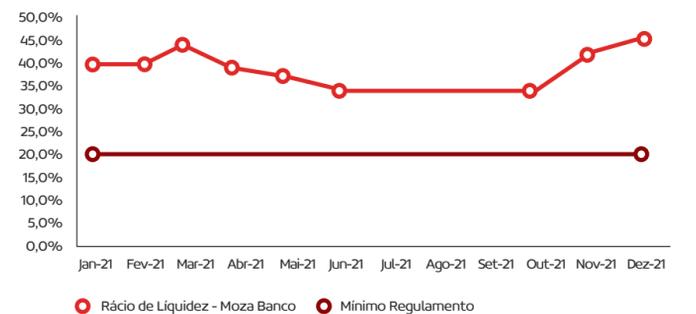
Em 2021, os fundos próprios regulamentares apresentaram um aumento de 51%, face a 2020, situando-se nos níveis de MZN 5 585 Milhões, o que mantém o Banco num nível de solidez confortável. A 31 de Dezembro de 2021, o Moza Banco apresentava um rácio Tier 1 de 26,42% (2020: 19,09%).

Ao longo do ano 2021, o Moza Banco continuou a demonstrar uma situação de solvência adequada, tendo o rácio de solvabilidade situado em 23,21%, acima do limite Regulamentar exigido (12,0%), o que permite o desenvolvimento sustentado da actividade comercial.

(em milhares de Metical)	2020	2021	Varição
Total de Fundos Próprios Regulamentares	3 707	5 585	51%
Fundos Próprios de Base	4 774	6 358	33%
Fundos Próprios Complementares	121	3	-98%
Outras deduções	-1 188	-776	-35%
Activos Ponderados pelo Risco	25 002	24 061	24 061
Rácio Core Capital (Tier 1)	19,09%	26,42%	7,32 pp
Rácio de solvabilidade	14,83%	23,21%	8,38 pp

Liquidez

No final de 2021, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 44,55% (mínimo: 25%) uma evidência de que o Banco detém uma posição adequada de liquidez, o que permite ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.



13. Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2021, originou resultados negativos, após impostos, no valor de **1.381.020.906** (Mil trezentos oitenta e um milhões, vinte mil, novecentos e seis Metical), considerando tal facto assim como as disposições legais e estatutárias em vigor, vem desta forma o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propor, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação do resultado do exercício:

▶ 100% do Resultado negativo do exercício económico de 2021, no valor de **1.381.020.906** (Mil trezentos oitenta e um milhões, vinte mil, novecentos e seis Metical), seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima proposta, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

	Saldo a 31.Dez.2021	Proposta Utilização do Prémio de emissão	Resultados acumulados	Saldo a 31.Dez.2021
Capital	5 896 250 000	-	-	5 896 250 000
Reserva legal	4 661 842 392	-	-	4 661 842 392
Prémio de emissão	1 993 740 399	-	-	1 993 740 399
Resultados acumulados dos exercícios anteriores	(2 672 992 256)	-	(1 381 020 906)	(4 054 013 162)
Resultados do exercício	(1 381 020 906)	-	1 381 020 906	-
	8 497 819 629			8 497 819 629

Administrador do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A. que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2021, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2022 e vão assinadas em seu nome, por:


 Administrador do Conselho de Administração


 Presidente do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021

	NOTAS	2021	2020
Juros e rendimentos similares	4	5 307 010	4 920 874
Juros e gastos similares	4	(1 802 351)	(2 566 598)
Margem financeira	4	3 504 659	2 354 276
Rendimentos de serviços e comissões	5	667 316	641 444
Encargos com serviços e comissões	5	(147 615)	(166 410)
Serviços e comissões líquidas	5	519 701	475 034
Operações financeiras líquidas	6	491 240	160 367
Rendimentos operacionais	-	4 515 600	2 989 677
Imparidade líquida do exercício	17,18,19,20,28	(2 933 034)	247 405
Rendimentos operacionais líquidos	-	1 582 566	3 237 082
Gastos com pessoal	7	(1 733 513)	(1 716 161)
Depreciações e amortizações	21,22,23	(505 148)	(576 277)
Outros gastos operacionais	8	(1 159 876)	(1 103 318)
Outros ganhos operacionais	9	538 405	390 587
Provisões	10	28 051	(6 699)
Resultado antes de imposto	-	(1 249 515)	225 214
Imposto sobre rendimento	-	-	-
IRPC- Taxa liberatória	12	(131 506)	(79 667)
Lucro/prejuízo do exercício	-	(1 381 021)	145 547
Resultados por acção			
Básicos	13	(1,68)	0,18
Diluídos	13	(1,68)	0,18

Contabilista Certificado

 OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020
Resultado líquido	(1 381 021)	145 547
	(1 381 021)	145 547

Contabilista Certificado

 OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

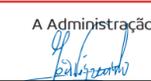
A Administração


DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DEZEMBRO DE 2021

	NOTAS	2021	2020
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	14	2 250 359	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	15	182 543	747 639
Aplicações em instituições de crédito	16	8 344 160	10 873 091
Activos financeiros	17	6 744 716	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18	22 070 821	24 410 709
Outros activos	19	856 148	384 766
Activos não correntes detidos para venda	20	837 106	788 538
Propriedades de Investimento	21	351 936	903 288
Activos tangíveis	22	2 706 547	3 182 984
Activos intangíveis	23	151 503	149 486
Impostos correntes	24	517 274	372 037
Impostos diferidos	11	95 000	95 000
Total do activo		45 108 113	47 533 516
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	25	19 102	27 314
Depósitos e contas correntes	26	32 753 139	35 150 178
Recursos consignados	27	354 281	311 925
Outros passivos	28	2 987 259	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	29	487 674	118 639
Impostos diferidos	11	8 839	8 839
Total do passivo		36 610 294	39 607 676
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	30	5 896 250	3 943 250
Reserva legal	31	4 661 843	4 661 843
Prémio de emissão	31	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados	-	(4 054 014)	(2 672 993)
Total do capital próprio		8 497 819	7 925 840
Total do capital próprio e passivo		45 108 113	47 533 516

Contabilista Certificado

 OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração


DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 30)	Reserva legal (nota 31)	Prémio de emissão (nota 31)	Resultados transitados (nota 31)	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	3 943 250	4 661 843	1 993 740	(2 818 540)	7 780 293
Operações financeiras líquidas	-	-	-	145 547	145 547
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	3 943 250	4 661 843	1 993 740	(2 672 993)	7 925 840
Aumento do Capital Social	1 953 000	-	-	-	1 953 000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1 381 021)	(1 381 021)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	5 896 250	4 661 843	1 993 740	4 054 014	8 497 819

Contabilista Certificado

 OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Lucro/prejuízo antes de imposto	(1 381 021)	145 547
Ajustamentos de:		
Depreciações e amortizações	505 148	576 277
Perdas por imparidade de crédito	2 933 034	(247 405)
	2 057 161	474 419
Movimentos em:		
Empréstimos e adiantamentos	(319 340)	(344 054)
Activos financeiros	(2 564 752)	(461 300)
Outros activos	(616 618)	446 384
Activos não correntes disponíveis para venda	(241 602)	157 103
Recursos de instituições de crédito	(8 212)	(952 538)
Depósitos e contas correntes	(2 397 039)	5 804 054
Outros passivos	(1 043 277)	716 471
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	(5 133 679)	5 840 539
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de propriedade de investimentos	521 202	(789 453)
Aquisição de activos tangíveis	31 217	(72 398)
Aquisição de activos intangíveis	(31 795)	(52 280)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	520 624	(914 131)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Reembolso de recursos consignados	42 356	18 874
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	369 035	82
Aumento do capital social	1 953 000	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	2 364 391	18 956
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2 248 664)	4 945 364
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	13 025 726	8 080 362
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	10 777 062	13 025 726

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2 250 359	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	182 543	747 639
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	10 873 091
	10 777 062	13 025 726

Contabilista Certificado

 OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração


1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V., Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S., S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

O Banco presta serviços financeiros orientados para clientes empresas e individuais, com especial incidência para os segmentos Retalho, Corporate e Institucionais.

O exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, caracterizou-se pela manutenção das medidas de mitigação dos impactos da pandemia da Covid 19, num cenário em que os efeitos da segunda e terceira vagas da pandemia impactaram negativamente as actividades do Moza Banco.

Ao nível da Rede de agências do Banco, verificou-se a manutenção do encerramento temporário de um conjunto de 10 agências bancárias, até ao final do terceiro trimestre de 2021, bem como o encerramento da actividade aos sábados de diversas agências bancárias, reflectindo a estratégia do Banco em assegurar uma maior protecção dos colaboradores, clientes e público em geral.

Actualmente o Banco possui 63 agências e 108 ATM's distribuídas ao longo de todas as províncias de Moçambique (2020: 70 agências), sendo ainda de salientar que 16 dessas agências localizam-se em zonas rurais e as remanescentes em zonas urbanas.

1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, SA para o ano findo a 31 de Dezembro de 2021, foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de Março de 2022.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as Demonstrações Financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticais, excepto quando mencionado em contrário.



1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração usou os seus julgamentos, estimativas e premissas que afectam a aplicação das políticas contabilísticas do Banco e os valores reportados dos activos, passivos, rendimentos e despesas. Os resultados apurados podem diferir dos reais.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

Julgamentos

O Banco usa o julgamento no estabelecimento dos critérios para determinar se o risco de crédito sobre um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, para determinar a metodologia a incorporar na informação prospectiva para mensuração da perda de crédito esperada (ECL), e na selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

- ▶ **Nota 3:** estabelece os critérios de determinação do risco de crédito sobre um activo financeiro de modo a apurar se o mesmo aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial;

Pandemia da Covid 19

Com a Pandemia da Covid 19, o Banco ajustou para algumas entidades, abrangidas pelos impactos da Covid 19, as suas premissas de determinação do risco de crédito sobre um activo financeiro de modo a poder identificar se o mesmo aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial conforme é descrito no parágrafo 3.1 Risco de Crédito.

Pressupostos

Imparidade dos instrumentos financeiros – determinado através dos inputs no modelo de mensuração da perda de crédito esperada (ECL), incluindo a incorporação de informações prospectivas;

Activos por impostos diferidos – reconhecimento dos activos por impostos diferidos através da disponibilidade dos rendimentos tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais reportáveis. Durante o exercício económico de 2021, o Banco não reconheceu Activo por impostos diferidos sobre o prejuízo gerado no próprio ano.

- ▶ **Nota 32.1:** Justo valor de instrumentos financeiros;
- ▶ **Nota 11 e 12:** Imposto sobre o rendimento;
- ▶ **Nota 1.4 (f):** Imparidade de instrumentos financeiros.

1.4. Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, sendo descritas como se segue:

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data do relato.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros, imparidades e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

Activos e Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não a Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção

Classificação

Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de Outro Rendimento Integral ou justo valor através de Lucros ou Prejuízos.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- ▶ O activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- ▶ Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo justo valor através de outros rendimentos integrais somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- ▶ O activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- ▶ Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em Outro Rendimento Integral. Esta decisão é feita numa base de investimento por investimento.

Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma, satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente uma incompatibilidade contabilística que de outra forma surgiria.

Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido na carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- ▶ As políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- ▶ Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- ▶ Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- ▶ E como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- ▶ A frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

As actividades da banca de Retalho e de Corporate do Banco incluem principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca Retalho os empréstimos compreendem os destinados para a habitação, descobertos, empréstimos ao consumo sem hipoteca e facilidades de cartão de crédito. Vendas de empréstimos destas carteiras são muito raras.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco numa carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da maturidade dos títulos. Estes títulos podem ser vendidos, entretanto estas vendas não são frequentes. O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para colectar os fluxos de caixa contratuais.

Activos financeiros que são mantidos ou geridos para negociação cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais nem para recolher fluxos de caixa contratuais e para vender activos.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “juros” são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaz a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- ▶ Eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- ▶ Outros recursos;
- ▶ Pré-pagamento e condições de extensão;
- ▶ Termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- ▶ Recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI, considerando que a opção varia a taxa de juro de uma maneira que é a consideração pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

Reclassificações

Os activos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais associados aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de Outro Rendimento Integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

Modificações de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários recebidos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- ▶ Custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- ▶ Outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (vide abaixo a política de abates). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se tal modificação é efectuada devido as dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

Mensuração do justo valor

“Justo Valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração no principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso para o qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ‘activo’ se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção - ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer ‘inputs’ não observáveis são julgados como insignificante em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no nível da carteira portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

Imparidade

O Banco reconhece as provisões respeitantes a Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- ▶ Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- ▶ Locações a receber;
- ▶ Contratos de garantia financeira emitidos; e
- ▶ Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, excepto pelo seguinte, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses:

- ▶ Garantias de investimento da dívida que são determinadas tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- ▶ Outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida.

O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de ‘grau de investimento’. O Banco não aplica a isenção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por ‘Instrumentos financeiros da Fase 1’. Os instrumentos financeiros alocados a Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de Tempo de Vida Útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por ‘instrumentos financeiros da Fase 2’. Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.

Os instrumentos financeiros para os quais a perda de crédito de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados “Instrumentos Financeiros da Fase 3”.

Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito as quais são mensuradas da seguinte forma:

- ▶ Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- ▶ Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- ▶ Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- ▶ Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- ▶ Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juro efectiva original ou a uma taxa aproximada;
- ▶ Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- ▶ Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e
- ▶ Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- ▶ Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- ▶ Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas desde a data prevista de desreconhecimento até a data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado, os activos financeiros de dívida escriturados pelo justo valor através de resultado Integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como “activos financeiros de fase 3”).

Um activo financeiro está ‘em imparidade de crédito’ quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- ▶ dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- ▶ uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- ▶ a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Banco em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- ▶ é provável que o mutuário declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- ▶ o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração na condição do mutuário é normalmente considerado em imparidade, a menos que haja evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não existam outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considerou os seguintes factores:

- ▶ A avaliação do risco do mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- ▶ As avaliações das classificações das agências respeitantes a idoneidade creditícia.
- ▶ A capacidade do país em aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- ▶ A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- ▶ Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como ‘credor de última instância’ a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira

As provisões respeitantes a Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- ▶ Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos; compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- ▶ Quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada de capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles da fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- ▶ Instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. A provisão para perdas é divulgada e é reconhecida na reserva do justo valor.

Desreconhecimento

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Essa avaliação é realizada ao nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente abatidos são incluídas em "perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros" na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral.

Os activos financeiros que são abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- ▶ a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- ▶ a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- ▶ a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- ▶ a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da garantia ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia foi adquirida. Esses activos são reconhecidos em "outros activos". O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item "perdas por imparidade em instrumentos financeiros".

Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O conhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

Juros

Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- ▶ a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- ▶ o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O 'custo amortizado' de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados por qualquer provisão para perda de crédito esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de perda de crédito esperada.

Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral inclui:

- ▶ juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- ▶ juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral.

Outras receitas de juros apresentadas na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentados na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

Comissões

- ▶ **Rendimentos provenientes de serviços e comissões**
O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:
- ▶ **Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo**
São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.
- ▶ **Comissões cobradas pela prestação de serviços**
A receita de honorários e comissões de Contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente. O Banco reconhece o rédito quando o serviço é prestado. Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.
- ▶ **Rendimento líquido em operações financeiras**
O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.

IFRS 16 - Locações

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma IFRS 16 que diz "um contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição". Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

O Banco está aplicar a emenda de IFRS 16 relacionado ao tratamento das locações em momento de pandemia do Covid 19, com aplicação efectiva a 01 de Janeiro de 2021.

Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina sua taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- ▶ Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos in-substance;
- ▶ Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- ▶ Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- ▶ Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tem certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa in-substance.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em "Activos Tangíveis" e passivos de arrendamento em "outros passivos" na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

Banco como Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratada como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizadas pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da sua venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- ▶ A probabilidade de venda seja elevada;
- ▶ O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- ▶ Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

Activos tangíveis

Propriedades e equipamentos

As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se partes significativas de um item do imobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros rendimentos nos lucros ou prejuízos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

	Anos	
Imóveis	25	O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.
Edifícios arrendados	10	
Equipamentos	10	
Activo de direito de uso	10	
Outros	4-5	

Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e depreciadas em linha recta. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo.

Quando o uso de uma propriedade muda de modo que seja reclassificada como activo tangível, o valor líquido do activo na data de reclassificação torna-se o seu custo para contabilização subsequente.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de software (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é tecnicamente e comercialmente viável, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultados.

O Banco determina os juros e penalizações decorrentes do apuramento de imposto, e quaisquer diferenças apuradas incluindo tratamento fiscais incertos, que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, são contabilizados de acordo com a IAS 37.

Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

Benefícios aos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida em emissão e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo de recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida em emissão e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de ganhos ou perdas (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível as alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

- ▶ as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas a mudanças no risco de crédito; com
- ▶ o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para o resultado. Quando esses instrumentos são desconhecidos, o valor acumulado relacionado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As "Garantias financeiras" são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os "compromissos de empréstimo" são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensurados pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com a IFRS 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

Capital social e reservas

Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.

Uma série de outros novos normativos foram efectivos a partir de 01 de Janeiro de 2020, contudo os mesmos não tiveram impacto material nas Demonstrações Financeiras do Banco.

- ▶ Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato - alterações à NIC 37 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Ciclo de melhorias (2018 - 2020) - alterações às NIRF 1, NIRF 9, NIRF 16 e NIC 41 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Produto de venda antes do uso pretendido - alterações à NIC 16 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Referência à estrutura conceptual - alterações às IFRS 3 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Classificação de passivos em corrente e não-correntes - alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ NIRF 17 - Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ Alterações à NIRF 17 - Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ IAS 8 - Alteração da definição de estimativas contabilísticas (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ Divulgação das políticas contabilísticas - alterações à IAS 1 e as divulgações das NIRF's (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ Imposto diferido relacionado a activos e passivos decorrentes de uma transacção - Alterações à NIC 12 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023).

Gestão do Risco, objectivos e políticas

A função de gestão de riscos no Moza Banco está suportada por um modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, e garantir solidez e eficácia ao sistema de Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros a que o Moza Banco está ou poderá vir a estar exposto, nomeadamente:

- ▶ Risco de Crédito;
- ▶ Risco de Liquidez;
- ▶ Risco de Taxa de Juro;
- ▶ Risco de Taxa de Cambio;
- ▶ Risco Operacional;
- ▶ Risco Estratégico;
- ▶ Risco de Reputação;
- ▶ Risco de Compliance;
- ▶ Risco de Tecnologias de Informação (TI);
- ▶ Risco de Concentração.

A gestão dos riscos é efectuada de forma transversal e apoiada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco, sob a responsabilidade de um membro da Comissão Executiva do Moza Banco.

O Moza Banco considera, no âmbito da gestão de riscos, as orientações da Entidade Reguladora do Sistema Financeiro Moçambicano (SFM), bem como as normas de risco globalmente aceites, tais como o Quadro Integrado de Gestão Corporativa de Risco COSO e os Princípios de Gestão de Risco ISO 31000, como referencial técnico e metodológico, para a Política de Gestão de Risco do Banco.

Quadro Conceptual de Gestão de Riscos do Moza Banco

O quadro conceptual de gestão de riscos implementado no Moza Banco compreende o âmbito dos riscos, os processos, os sistemas e procedimentos para gerir tais riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos do Banco envolvidos na sua gestão. O Moza Banco considera que o seu quadro conceptual de gestão de riscos se ajusta à sua dimensão e complexidade e é abrangente o suficiente para captar todos os riscos aos quais se encontra exposto e tem a flexibilidade necessária para acomodar qualquer alteração no sentido de melhoria das actividades do Banco.

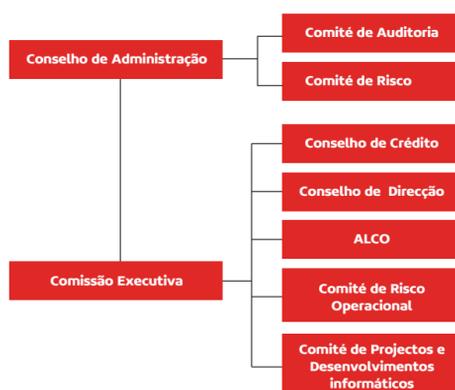
É neste contexto que o Conselho de Administração do Moza Banco detém a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pelo Banco, aprova as estratégias globais de negócio e as políticas de tomada e gestão de risco do Banco, fornecendo uma orientação clara relativamente aos níveis de exposição ao risco, através da Declaração de Apetite de Risco do Banco (RAS - Risk Appetite Statement). Adicionalmente, as políticas e procedimentos de gestão de riscos, bem como os limites de controlo do nível de exposição do Banco aos riscos inerentes à sua actividade, são concebidos por forma a serem consistentes com a complexidade e a dimensão de negócio, objectivos, metas e a robustez financeira do Banco.

O Banco efectua, regularmente, a revisão das políticas de gestão de risco, por forma a reflectir as alterações ocorridas ao nível dos mercados, produtos e as melhores práticas do sector em que se encontra inserido.

Modelo de Governo da Gestão de Risco do Moza Banco

No âmbito do controlo e gestão dos riscos, o Banco adoptou um modelo de Governança que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento dos níveis globais de risco. Além disso, a estrutura se conforma com a nova lei das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matérias de governação, especificamente no que se refere aos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco. O processo de acompanhamento assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

O organograma abaixo descreve o modelo de governo do Moza Banco o qual vigorou em 2021 e logo a seguir as funções/competências dos órgãos relevantes do referido modelo:



Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria é um órgão subordinado ao Conselho de Administração e tem as seguintes responsabilidades:

- ▶ Monitorar o processo de produção das demonstrações financeiras anuais e intercalares.
- ▶ Fiscalizar o estabelecimento das políticas e práticas contabilísticas pelo Banco;
- ▶ Monitorar a integridade das demonstrações financeiras anuais e intercalares;
- ▶ Rever julgamentos contabilísticos relevantes contidos nas demonstrações financeiras;
- ▶ Assegurar que a Comissão Executiva estabeleça e mantenha um adequado e efectivo processo de controlos internos que assegure em matéria de reporte (financeiro, operacional e risco), a observância das leis, regulamentos e normativos internos, bem como eficiência e efectividade das operações e protecção dos activos;
- ▶ Aprovar critérios para a indicação do auditor externo e recomendar ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral dos Accionistas, a contratação, renovação e desvinculação do auditor externo.

- ▶ Supervisionar a auditoria às contas anuais e intercalares e discutir com o auditor externo matérias chave despoletadas pelo processo de auditoria;
- ▶ Assegurar que a gestão cimeira está a tomar as acções correctivas necessárias faces as constatações recomendadas da auditoria interna e externa;
- ▶ Assegurar que as deficiências apontadas pelas autoridades de supervisão no que concerne à função de auditoria interna sejam corrigidas dentro dos períodos recomendados, bem como reportar ao Conselho de Administração o progresso das acções em curso;
- ▶ Analisar os relatórios periódicos elaborados pelas funções de controlo interno, em matéria de conflitos de interesse, de comunicação de irregularidades e de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (AML/CTF) e emissão do respectivo parecer/comentário.

Comité de Risco

O Comité de Risco é responsável por assessorar o Conselho de Administração na gestão eficaz dos riscos, conforme as melhores práticas de organização neste domínio e as exigências do Aviso n.º 4/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco, propondo políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Cabe ainda ao Comité de Risco a responsabilidade de:

- ▶ Propor e rever os indicadores e limites da RAS (Risk Appetite Statement) do Banco ao Conselho de Administração;
- ▶ Assegurar a revisão independente do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process), reportando ao Conselho de Administração as respectivas conclusões.

Conselho de Crédito

É um órgão que emana da Comissão Executiva do Moza Banco, ao qual compete tomar decisões de crédito ou emitir despacho ou parecer único nos termos que se encontram definidos no Regulamento de Crédito do Banco.

Conselho de Direcção

É um órgão de carácter consultivo, que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Banco, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo uma gestão participativa e alargada.

Comité de Activos e Passivos (ALCO)

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) é um órgão de suporte à Comissão Executiva que tem a responsabilidade de executar a política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa, ou seja, assegura a identificação de medidas necessárias para que a posição estrutural do Banco em termos de liquidez e/ou riscos de mercado se enquadre dentro dos limites definidos.

Comité de Risco Operacional

O Comité de Risco Operacional é responsável pela gestão do risco operacional (incluindo as componentes de risco de compliance, reputacional e de tecnologias de informação) conforme estipulado pelo Banco de Moçambique através do Aviso 04/GBM/2013 de 18 de Setembro sobre as Directrizes de Gestão de Risco. Trata-se de um órgão de apoio a Comissão Executiva.

Comité de Projectos e Desenvolvimentos Informáticos

É um órgão de carácter consultivo e emana da Comissão Executiva. Tem como principal função apreciar os projectos de desenvolvimento informático do Banco, fazendo o alinhamento da capacidade de resposta do IT face aos diferentes pedidos de desenvolvimento informático submetidos pelas diferentes Unidades Orgânicas do Banco em cada ciclo informático. Tem como objectivo garantir que sejam atendidas as prioridades estratégicas do Banco, em matéria de TI, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI), garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portfólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de TI (priorização).

Nota: Este modelo de governança está em processo de revisão, visando torná-lo mais robusto e devidamente alinhado as melhores práticas e ao actual estágio de desenvolvimento do Banco, estando prevista a sua entrada em vigor no primeiro Trimestre de 2022.

Capital Económico

Com vista a determinar o Capital Económico no Banco, com base nas melhores práticas, foi feita a revisão integral do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) através da introdução de novas metodologias internas para o apuramento de requisitos de capital, para a cobertura dos riscos de pilar I e II, do Basileia II. O objectivo principal do ICAAP é comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo-se assim da capacidade do Banco em absorver o risco, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou negócios criadores de valor.

O processo de revisão do ICAAP incorpora entre as várias actividades do processo:

- ▶ A definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado a realidade do Moza Banco;
- ▶ A definição da Taxonomia de riscos do Moza Banco através da listagem exaustiva dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- ▶ A definição da materialidade dos riscos. Sem prejuízo de alterações futuras, apresentamos abaixo a listagem dos riscos materialmente relevantes para efeitos do ICAAP (Pilar I - Basel II & Pilar II) e sobre os quais deverão ser quantificados os requisitos de capital para a sua cobertura:



* Acomoda os outros riscos materiais considerados na taxonomia de riscos do Banco e não quantificados com recurso a uma metodologia específica para o cálculo dos respectivos requisitos de capital.

- ▶ Definição dos cenários base e adverso, sendo este último caracterizado por uma deterioração dos indicadores macroeconómicos (aumento da pressão inflacionária, aumento das taxas directoras do mercado, uma forte desvalorização do Metical, um decréscimo acentuado do PIB, entre outros). É um cenário hipotético que é criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência a um ambiente económico desfavorável.

3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições de crédito, linhas de crédito, activos financeiros, garantias e derivados. Este risco emerge da relação do Banco com particulares, empresas, instituições financeiras e soberanos.

Embora a exposição ao risco de crédito surja pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito resultantes de compromissos, passivos contingentes e outros riscos que ocorram no decurso da sua actividade de intermediação financeira. Estes riscos são geridos de forma semelhante aos dos empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

O Banco tem políticas, procedimentos e processos, com base nos quais controla e monitoriza este risco.

Destacam-se, em 2021, as seguintes realizações/actividades desenvolvidas no âmbito do reforço das práticas de avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito, nos diversos segmentos da carteira:

Pandemia da Covid-19

O ano de 2021 continuou a ser marcado por diversos desafios inerentes à pandemia da Covid-19, traduzindo-se num aumento de exigências ao nível da gestão de riscos. O enfoque na orientação das actividades para a minimização dos impactos internos e económicos da pandemia foi acompanhado de exigências regulamentares sobre esta matéria, sendo de destacar os esforços envidados, decorrentes das orientações de reguladores e supervisores (Banco de Moçambique em Moçambique, EBA na União Europeia, entre outros), no sentido de ajustar os processos internos às medidas de resposta à pandemia.

Neste contexto destacam-se as políticas de apoio apresentadas pelo Banco de Moçambique que se consubstanciaram na não obrigatoriedade de constituição de provisões adicionais pelas instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), na abertura e posterior reabertura das moratórias de crédito sobre pagamentos de empréstimos aplicadas neste contexto de pandemia, em reconhecimento dos desafios que dele emergem.

Importa ainda referir que em resposta aos constrangimentos provenientes da pandemia da Covid-19, o Banco implementou, desde 2020, várias medidas de protecção não só da situação financeira das famílias e das empresas no geral, como também da saúde dos seus clientes, colaboradores e stakeholders.

De forma a endereçar com a rapidez necessária os temas relacionados com a pandemia da Covid-19, e para que o Banco pudesse acompanhar a evolução da situação e actuar de forma tempestiva na tomada de medidas apropriadas com a agilidade que a situação o exigia e ainda exige, foram criados dois Grupos de Trabalho (o Grupo de Trabalho de Âmbito Operacional e o Grupo de Trabalho de Âmbito Financeiro), com objectivos e níveis de acompanhamento distintos, embora complementares, os quais, para além de articulação directa com a Comissão Executiva, relacionam-se com os diversos stakeholders.

Estes grupos de trabalho foram constituídos no âmbito e em linha com os grupos criados no seio da Associação Moçambicana de Bancos - AMB, onde participam diversos elementos dos principais Bancos do Sistema Financeiro Moçambicano.

Medidas de carácter operacional

Do ponto de vista financeiro, o Banco manteve em vigor um conjunto de medidas que foram implementadas em 2020, com vista a garantir a boa gestão de liquidez, bem como proteger a situação financeira das famílias e das empresas, destacando-se as seguintes realizações:

- ▶ Manutenção das directrizes definidas para as reestruturações dos créditos, de forma a orientar e suportar as Direcções de Crédito e Comercial na apresentação de propostas para a decisão, dentro das competências delegadas e, actualmente em vigor, com moratórias de prazo máximo de 6 meses (de capital ou de capital e juros) em linha com as orientações regulamentares e de iniciativa privada (até Junho de 2021);
- ▶ Manutenção de mecanismos de acompanhamento e monitorização dos clientes inseridos em sectores com impacto directo e potencial, adoptando um posicionamento em função das necessidades dos clientes. Foram criados instrumentos de monitorização semanal dos pedidos de reestruturação e ponto de situação dos mutuários junto da Comissão Executiva e são igualmente apreciados e discutidos em sede de Grupo de Trabalho que acompanha e analisa a situação individual dos principais clientes, em especial, os que apresentam necessidades de reestruturações no âmbito do Covid-19;
- ▶ Avaliação semanal dos impactos das operações reestruturadas ao nível do Capital Regulamentar do Banco, por forma a permitir um maior e melhor acompanhamento semanal por parte da Comissão Executiva e tomar medidas tempestivas conducentes a protecção de Fundos Próprios.

No âmbito dos regimes de moratória regulamentar e de iniciativa privada

O Banco actuou no interesse dos seus clientes, através do acesso a medidas de suspensão temporária do pagamento de empréstimos (capital e/ou juros), às famílias e empresas elegíveis no decorrer das iniciativas adoptadas pelas instituições de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2021, estavam abrangidas mais de 400 operações naquelas condições, totalizando, em termos de responsabilidades, cerca de MZN 6,1 mil milhões, os quais representam cerca de 24,9% do total da carteira de crédito do Banco.

A exposição para os sectores mais afectados pela pandemia manteve-se nos cerca de 16% do total da carteira de crédito do Banco, sendo que a carteira com potencial de ser afectada apresentou uma redução para cerca de 41% do total da carteira de crédito, contra os cerca de 43% registados em 2020.

Em função das medidas temporárias acima referidas, o Banco continuou a acompanhar e a monitorizar regularmente a evolução dos clientes que aderiram a estes regimes de moratória, nas Reuniões quinzenais do Grupo de Acompanhamento de Crédito (que funciona desde 2017), de forma a identificar antecipadamente:

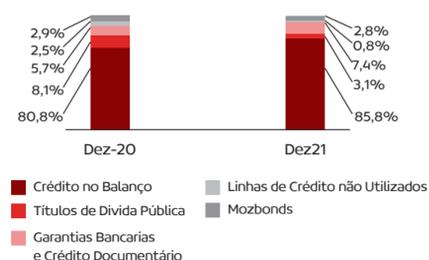
- ▶ Os clientes que não tendo capacidade de cumprir o serviço de dívida após o término do período da moratória, possam necessitar de: prorrogar o período da moratória inicial, ou de efectuar uma eventual reestruturação, ou de obter outras formas de apoio, prevenindo-se, desta forma e numa perspectiva prudencial, a entrada dos clientes em incumprimento; e;
- ▶ Os clientes que com sinais de resiliência, assim como de incapacidade temporária, analisando os impactos da pandemia na classificação de NPLs.

Nestes termos, o Banco manteve o processo de controlo interno que assegura, através da monitorização e acompanhamento dos clientes que apresentam dificuldades de pagamento das suas prestações nas datas acordadas, visando ter uma noção clara e uma adequada sensibilidade sobre o potencial risco associado a cada cliente, e assim reflectir o mesmo, se aplicável, na situação financeira e patrimonial do Banco.

Para efeitos de análise dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19, sobre as demonstrações financeiras do Banco é apresentado à Comissão Executiva, numa base semanal, o "Relatório de Acompanhamento do Crédito Reestruturado no Âmbito da Covid-19.

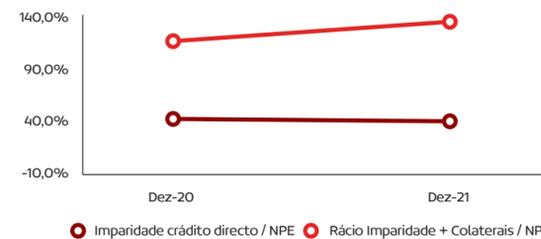
Distribuição das Exposições Sujeitas a Imparidade

As exposições de crédito do Moza Banco sujeitas a imparidade, encontram-se distribuídas como mostra o gráfico abaixo em conformidade com as estratégias internamente aprovadas para o tratamento de cada um dos itens que constituem a carteira de crédito do Banco:



Principais Indicadores de Risco de Crédito

No quadro abaixo apresenta-se a evolução trimestral dos principais indicadores de risco de crédito e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2021 e 2020:



Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

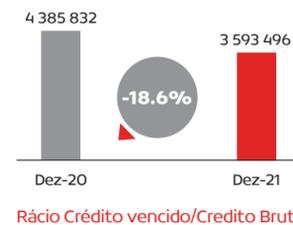
A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2021, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente hipotecas sobre propriedades, penhores sobre Depósitos (a ordem e a prazo) e penhoras de equipamentos:

	2021	2020
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2 250 359	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	182 543	747 639
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	10 873 091
Activos financeiros	6 744 716	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	22 070 821	24 410 709
Outros activos	740 848	290 044
	40 333 447	41 947 461
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais		
Garantias	5 580 842	5 463 013
Cartas de crédito	212 091	302 281
	5 792 933	5 765 294
	46 126 380	47 712 755

Qualidade do crédito:

O Moza Banco implementou em 2021 um processo inclusivo e bastante dinâmico de acompanhamento da carteira de crédito, incluindo a componente do crédito vencido, com o objectivo de melhorar a qualidade da carteira de crédito do Banco, como também de minimizar os efeitos adversos resultantes do contexto macroeconómico pouco favorável a que o mercado moçambicano se encontra. O Banco incrementou o volume de imparidades do crédito visando acautelar o potencial de incumprimento, como também efectuou o abate ao activo de créditos improdutos e elegíveis ao *write off*, de acordo com o Aviso 16/GBM/2013 de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique.

Esta postura, apesar de ter penalizado a rentabilidade do Banco, pelo aumento significativo das imparidades, contribuiu para robustecer o Balanço do Banco e melhorar os principais indicadores de crédito, conforme evidencia o gráfico:



No Moza Banco, o processo de concessão do crédito encontra-se definido através de diversos normativos internos, nomeadamente o Regulamento Geral de Crédito, de políticas, normas e procedimentos do Banco aprovados a nível do Conselho de Administração, que são actualizados sempre que se justifique. Os regulamentos em vigor, definem os critérios de concessão, bem como, a composição, competências e funcionamento dos diversos órgãos internos com responsabilidades ao nível do processo de concessão de crédito. No processo de avaliação, para além da conjuntura macroeconómica, são tidos em conta a estratégia e objectivos internamente definidos, considerando as diversas tipologias de produtos de crédito, os níveis de concentração, exposição global/ endividamento no Moza Banco e no Sistema Bancário, com vista a mitigação do risco de crédito.

Ao nível da operação de crédito considera-se os procedimentos descritos no Regulamento Geral de Crédito com vista a identificação do perfil de risco do cliente e da operação, dentre os elementos a analisar, existem 6 (seis) variáveis básicas que são objecto de análise nos diferentes escalões de decisão competentes para a aprovação das operações de crédito, nomeadamente:

- ▶ O limite máximo de exposição;
- ▶ O risco da operação;
- ▶ A capacidade previsional de reembolso do empréstimo;
- ▶ O prazo máximo da operação;
- ▶ A rentabilidade da operação;
- ▶ As garantias mínimas para a cobertura do risco de crédito.

Estão definidos quatro órgãos de decisão de crédito com poderes de concessão de crédito e devem respeitar os limites máximos acumulados fixados para cada órgão de decisão.

No processo de acompanhamento dos níveis de exposição do banco aos diferentes riscos inerentes à sua actividade, são elaborados relatórios periódicos com os respectivos níveis de risco e, esta informação é objecto de análise pelo:

- ▶ Comité de Controlo de Risco;
- ▶ Comissão de Avaliação de Riscos, de acordo com a periodicidade definida para a realização das respectivas reuniões.

Destas reuniões são elaboradas actas, que identificam os aspectos abordados, as vulnerabilidades e as respectivas recomendações, visando a melhoria do ambiente de gestão de riscos e de controlo interno do Banco.

Os relatórios acima referidos procuram sempre ser tempestivos, exactos e informativos e, são distribuídos aos diferentes órgãos de gestão do Banco, que asseguram a implementação de acções de melhoria ou de mitigação de risco, se necessário.

Adicionalmente, é feito um acompanhamento contínuo da evolução da carteira, com particular enfoque na análise da Concentração do Crédito (cliente/grupo, produto, sector de actividade, região e moeda), Crédito Correlacionado (accionistas, empresas participadas e intragrupo, e colaboradores) e Grandes Riscos (Créditos a Clientes/grupos com exposição igual ou superior a 10% do valor dos Fundos Próprios de Base do Banco), Crédito em default (NPL/NPE) e evolução das respectivas imparidades.



O quadro abaixo, mostra a qualidade da carteira de crédito do Banco sob ponto de vista dos estágios em que se encontram as operações/clientes, tendo em conta as regras adoptadas pelo Banco para a classificação dos mesmos, no âmbito da IFRS9:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
2021				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2 250 359	-	-	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	182 543	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	-	-	8 344 160
Activos financeiros	6 744 716	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13 451 179	4 907 745	3 711 896	22 070 821
Outros activos	856 148	-	-	856 148
	31 829 106	4 907 745	3 711 896	40 448 747
2020				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1 404 996	-	-	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	747 639	-	-	747 639
Aplicações em instituições de crédito	10 873 091	-	-	10 873 091
Activos financeiros	4 220 982	-	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 707 600	9 550 646	5 152 463	24 410 709
Outros activos	384 766	-	-	384 766
	27 339 074	9 550 646	5 152 463	42 042 183

Em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, a qualidade do crédito do Banco é apresentada conforme se segue:

	Valor Bruto	Imparidade	Exposição líquida
2021			
Crédito vincendo	16 365 232	(388 828)	15 976 404
Crédito vencido	8 361 083	(2 266 666)	6 094 417
Exposição vencida	3 705 686	-	3 705 686
Exposição com indicio de imparidade	4 655 397	-	4 655 397
	24 726 315	(2 655 494)	22 070 821
2020			
Crédito vincendo	18 938 836	(416 889)	18 521 947
Crédito vencido	10 001 640	(4 112 878)	5 888 762
Exposição vencida	4 476 837	-	4 476 837
Exposição com indicio de imparidade	5 524 803	-	5 524 803
	28 940 476	(4 529 767)	24 410 709

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição dos clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas.

Perda esperada de crédito

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades de crédito ao longo do ano:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
2021				
Saldo a 01 Janeiro de 2021	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768
Transferência para Stage 1	-	39 506	(611)	38 895
Transferência para Stage 2	11 040	-	(72 504)	(61 464)
Transferência para Stage 3	328	38 746	-	39 074
Reforços	50 292	171 594	5 648 944	5 870 830
Novas entradas	149 758	-	-	149 758
Reduções	(70 740)	(336 197)	(2 970 928)	(3 377 865)
Write-offs	-	-	(4 533 502)	(4 533 502)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	292 439	376 306	1 986 749	2 655 494
2020				
Saldo a 01 Janeiro de 2021	259 727	569 094	3 892 361	4 721 182
Transferência para Stage 1	-	189 754	148 481	338 235
Transferência para Stage 2	(6 496)	-	(195 033)	(201 529)
Transferência para Stage 3	(12 992)	(133 069)	-	(146 061)
Reforços	12 329	28 425	609 582	650 336
Novas entradas	59 110	-	-	59 110
Reduções	(159 917)	(191 547)	(437 217)	(788 681)
Write-offs	-	-	(102 824)	(102 824)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades dos compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras ao longo do ano:

O MOVIMENTO DAS IMPARIDADES DE GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS

	2021	2020
Saldo a 01 Janeiro de 2021	25 596	41 884
Reforço	70 804	38 703
Reversão	(31 049)	(54 991)
Regularização	1 393	-
Saldo a 31 Janeiro de 2021	66 744	25 596

Colaterais e outras garantias de crédito

As garantias ou colaterais visam assegurar que, em caso de não pagamento do crédito pelos mutuários, as instituições de crédito consigam, ainda assim, obter o reembolso do crédito através da execução ou apropriação do colateral ou garantia, com o intuito de seguidamente transformá-lo em liquidez, por alienação, venda ou outras opções aplicáveis. Um crédito com colateral é uma operação na qual o Banco possui uma exposição ou uma potencial exposição de crédito e essa exposição ou potencial exposição de crédito está total, ou

parcialmente coberta por um colateral oferecido pela contraparte, ou por uma terceira parte, agindo em nome da contraparte. Na listagem abaixo, encontram-se os tipos de colaterais elegíveis, para a cobertura do risco de crédito:

- ▶ Penhor de Depósitos (a ordem e a prazo) junto ao Banco;
- ▶ Garantias prestadas pelo Estado;
- ▶ Garantias prestadas por Outras Instituições de Crédito;
- ▶ Hipotecas sobre Propriedades (habitações, imóveis industriais e/ou comerciais, viaturas, etc.);
- ▶ Penhor de Equipamentos;
- ▶ Aval e/ou Fiança dos Sócios/Accionistas e/ou de Terceiros.

A análise da exposição de crédito face aos colaterais e outras garantias de crédito a favor do Banco, consta do quadro seguinte:

	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias líquidas	Exposição líquida
2021							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	2 250 359	-	-	-	-	-	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	182 543	-	-	-	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	-	-	-	-	-	8 344 160
Activos financeiros	6 744 716	-	-	-	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 835 884	38 604	660 000	1 448 753	2 318 006	4 465 363	4 370 521
Pequenas empresas	8 999 141	338 846	221 514	4 048 200	-	4 608 560	4 390 581
Particulares	4 228 505	126 994	124	145 682	-	272 800	3 955 705
Outros	7 291	-	-	-	-	-	7 291
Outros activos	740 848	-	-	-	-	-	740 848
	40 333 447	504 444	881 638	5 642 635	2 318 006	9 346 723	30 986 724
2020							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1 404 996	-	-	-	-	-	1 404 996
Disponibilidade sobre instituições de crédito	747 639	-	-	-	-	-	747 639
Aplicações em instituições de crédito	10 873 091	-	-	-	-	-	10 873 091
Activos financeiros	4 220 982	-	-	-	-	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	11 229 527	109 244	-	2 009 593	973 361	3 092 198	8 137 329
Pequenas empresas	9 255 661	564 234	65 000	6 093 712	303 290	7 026 236	2 229 425
Particulares	3 914 047	275 765	-	1 351 098	22 894	1 649 757	2 264 290
Outros	11 474	-	-	-	5 042	5 042	6 432
Outros activos	290 044	-	-	-	-	-	290 044
	41 947 461	949 243	65 000	9 454 403	1 304 587	11 773 233	30 174 228

O quadro abaixo apresenta as quantias escrituradas e o valor das garantias identificáveis (principalmente hipotecas de imóveis) a favor do Banco, para a cobertura do risco de crédito inerente à carteira de empréstimos e adiantamentos. Para cada empréstimo, o valor das propriedades objecto de hipoteca é limitado ao valor nominal contra o qual é detido:

	2021			2020		
	Quantia escriturada	Hipoteca de imóveis	Caução de DP	Quantia escriturada	Hipoteca de imóveis	Caução de DP
Estágio 01 e 02	19 027 669	3 715 812	481 299	19 866 958	6 600 214	915 565
Estágio 03	5 698 646	1 926 823	23 146	9 067 813	2 854 189	33 678
	24 726 315	5 642 635	504 445	28 934 771	9 454 403	949 243

Activos obtidos mediante a tomada de posse de garantias

Os detalhes dos activos financeiros e não financeiros obtidos pelo Banco durante o ano através de tomada de posse de colaterais detidos como garantias sobre empréstimos e adiantamentos no final do ano são apresentados.

	2021	2020
Imóveis	1 205 001	951 878
	1 205 001	951 878

Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera que existe informação razoável e sustentável que é relevante e disponível sem custos ou esforços excessivos. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito de especialistas, incluindo informações previsionais.

O objectivo da avaliação é identificar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição através da comparação entre:

- ▶ A probabilidade de incumprimento (PD) remanescente durante a vida útil na data do reporte; com
- ▶ A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante para esse período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando apropriado, para alterações nas expectativas de pré-pagamento).

Os seguintes critérios são utilizados para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito:

- ▶ Atrasos ou moras no pagamento das prestações superiores a 30 dias;
- ▶ Indicadores qualitativos.

Classificação de risco de crédito

O Banco aloca cada exposição a uma classificação de crédito com base numa variedade de dados que é determinada como preditiva do risco de incumprimento e aplicando a análise qualitativa de crédito. Essas classificações variam dependendo da natureza da exposição e do tipo de mutuário.

A cada exposição é atribuída um grau de risco de crédito no reconhecimento inicial e subsequentemente sujeito a uma monitoria contínua, o que pode resultar na transferência de uma exposição para um grau de risco de crédito diferente. A monitorização normalmente envolve o uso dos seguintes dados:

Exposições corporativas

Informações obtidas durante a revisão periódica dos arquivos dos clientes - por exemplo, demonstrações financeiras auditadas, contas da administração, orçamentos e projecções. Exemplos de áreas de particular enfoque são: margens de lucro bruto, rácios de alavancagem financeira, cobertura do serviço da dívida, cumprimento de acordos, qualidade da gestão, mudanças na gestão sénior

Dados de agências de referência de crédito, artigos de imprensa, alterações nas classificações de crédito externas

Mudanças significativas actuais e esperadas no ambiente político, regulamentar e tecnológico do mutuário ou nas suas actividades de negócio.

Exposições de retalho

Dados recolhidos internamente sobre o comportamento do cliente - por exemplo, uso de facilidades de cartão de crédito;

Métricas de acessibilidade de preços;

Dados externos de agências de referência de crédito.

Exposições de retalho

Registo de pagamento - inclui o estado de atraso, bem como uma série de variáveis sobre os rácios de pagamento;

Uso do limite concedido

Pedidos e concessão de tolerância

Mudanças existentes e previstas nas condições de negócio, financeiras e económicas.

Mensuração da ECL

A ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. É medida da seguinte forma:

- ▶ Activos financeiros que não são considerados créditos em imparidade até à data do reporte: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- ▶ Activos financeiros que estão em imparidade de crédito à data do balanço: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- ▶ Compromissos de empréstimo não realizados e contratos de garantia financeira: como o valor presente da diferença entre o valor contratual de fluxos de caixa que são devidos ao Banco se o compromisso for sacado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, é feita uma avaliação para saber se o activo financeiro deve ser desreconhecido, e a ECL é mensurada da seguinte forma:

- ▶ Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo dos fluxos de caixa deficitários do activo existente.
- ▶ Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é tratado como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente na data do seu desreconhecimento.

Activos financeiros que estão no estágio 3

A cada data de relato financeiro, o Banco avalia se os activos financeiros escriturados pelo custo amortizado e activos financeiros de dívida escriturada pelo *FVOCI (fair value through other comprehensive income)* e os créditos de locação financeira são créditos referidos como activos financeiros do estágio 3. Um activo financeiro está no estágio 3 quando existe um ou mais eventos que conduzem a um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está no estágio 3 inclui os seguintes dados observáveis:

- ▶ Dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- ▶ Quebra de contrato, tais como um evento de default ou vencido;
- ▶ Grandes probabilidades de falência, reestruturação financeira por parte do cliente;
- ▶ A perda de um activo mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo vencido há mais de 90 dias é considerado como crédito no estágio 3 mesmo se a definição do *default* do regulador for diferente.

Para fazer uma avaliação se um investimento em dívida soberana pode ser considerado como um crédito no estágio 3, o Banco considera os seguintes factores:

- ▶ A avaliação da qualidade de crédito do mercado, reflectida nos rendimentos dos títulos.
- ▶ Avaliação da credibilidade da Instituição de acordo com Agências de notação de rating.
- ▶ A capacidade de acesso do país ao mercado de capitais para novas emissões de dívida.
- ▶ A probabilidade de reestruturação da dívida resultar em uma perda ou perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- ▶ Os mecanismos de apoio internacional implementados para fornecer o apoio necessário como último recurso para aquele país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de Governos e Instituições para usar esses mecanismos. Isto inclui uma avaliação profunda desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se existe a capacidade de cumprir com os critérios exigidos.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a *write-off* (parcial ou total) quando não há expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parcialmente. Este é geralmente o caso em que o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos a *write-off*. Esta avaliação é realizada a nível do activo individual.

Os valores recuperados de operações anteriormente levados a *write-off* são incluídos em “perdas por imparidades dos instrumentos financeiros” na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

Os activos financeiros levados a *write-off* estão ainda sujeitos a actividades de execução a fim de seguir os procedimentos do Banco para recuperação dos valores devidos.

Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de colateral financeiro detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como componente desse instrumento ou é um contrato que é contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação são:

- ▶ Se o colateral/garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- ▶ Se a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento da dívida;
- ▶ Se a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- ▶ Se a garantia é dada pela empresa dentro do grupo mutuário.

Evidência objectiva da imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se há evidência objectiva de que os activos não mantidos ao justo valor através de resultados estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros é considerado em imparidade quando a evidência objectiva demonstra que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento do (s) activo (s) e que o evento de perda teve impacto nos fluxos de caixa futuros do activo (s) que poderiam ser estimados de forma confiável.

Adicionalmente, um empréstimo e adiantamento que esteja há 90 ou mais dias de atraso pode, igualmente, ser considerado em imparidade. Seguem abaixo os indicadores que determinam se um activo financeiro está ou não em condições de ser considerado em imparidade:

- ▶ dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- ▶ incumprimento do mutuário;
- ▶ indicadores de falência do tomador de empréstimo;
- ▶ a perda de um activo mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco avalia regularmente se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado esteja a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo na posição financeira e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- ▶ o Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito na íntegra, sem recurso a que tenha de exercer a opção sobre o colateral;
- ▶ se o mutuário entra em incumprimento em quaisquer das condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, ou colectivamente, para activos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de obtenção e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros, são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas reais.

Cálculo de Imparidade da Carteira de Crédito

Actualmente a maioria as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Central aplicam a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 “Instrumentos Financeiros” (IFRS 9) que em 2018 introduziu um conjunto de alterações significativas na metodologia e processo de cálculo de imparidades, estabelecendo, entre outros, os princípios para classificação e mensuração da carteira de crédito e quantificação das perdas de crédito esperadas.

Para o cálculo de perdas por imparidade, procede-se a uma segregação da carteira em função do segmento (Retail, Corporate, Institucional e Private). Para cada segmento é atribuído um ponderador em função das PDs de 12 meses, Life Time PD, LGD de 12 meses e Life Time LGD, que foram constituídos com base num histórico dos últimos 5 anos. Procede-se igualmente à segregação da carteira em termos de níveis de incumprimento em função da degradação abaixo:

- ▶ **Stage 01** - Todos empréstimos entre 0 a 30 dias de atraso;
- ▶ **Stage 02** - Empréstimos vencidos (de 31 a 90 dias de atraso);
- ▶ **Stage 03** - Empréstimos vencidos há mais de 90 dias - Empréstimos não realizados.

Adicionalmente, toma-se em consideração o efeito “contaminação” a partir do Stage 2, ou seja, os créditos são contaminados pelas classes mais gravosas do Cliente, implicando a evolução paulatina dos créditos menos graves para o Stage do cliente imediatamente a seguir.

Os créditos reestruturados são todos enquadrados no Stage 02 e caso estes verifiquem 9 meses de pagamento interrompido são tratados como curados sendo enquadrados no Stage 01.

Para o cálculo das exposições totais, são somadas as exposições do capital patrimonial, extrapatrimonial e os fluxos de caixa que se espera receber. Sobre o total da exposição extrapatrimonial é aplicado um CCF - Factor de Conversão de Crédito para a obtenção do EAD - *Exposure at Default*.

Para calcular a perda de crédito esperada (ECL) em cada período, ao longo do tempo de vida do crédito, o Loss Given Default (LGD) e Probability of Default (PD) são combinados com a *Exposure at Default* (EAD). Portanto, uma estimativa do saldo esperado de uma operação à data de incumprimento (EAD) é necessária no cálculo das Perdas de Crédito Esperadas (ECL).

Colaterais

Para o cálculo das imparidades são igualmente considerados os colaterais, cujos valores, no caso de garantias do governo local e financiamentos em moeda nacional são ponderados a uma taxa de 100%, assim como quando se trata de depósitos a prazo na mesma moeda e sem desfasamento de maturidades, o ponderador é igualmente de 100%. Nas situações em que se recebem hipotecas de imóveis habitacionais é aplicado um Haircut de 20% sobre o valor de mercado do imóvel, sendo 25% para casos de hipoteca de edifício comercial, 30% para as hipotecas de edifício fabril ou industrial e 50% para equipamentos.

Cenários Macroeconómicos

A IFRS 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, no cálculo das perdas de crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva deverá permitir que as imparidades do Banco se ajustem conforme o momento económico que o Banco atravessa, que daí resulta em cenários, sendo eles: “Base” com ponderação de 47%, “Optimista” com ponderação de 34% e “Pessimista” com ponderação de 19%.

A imparidade é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. Uma perda de crédito é a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber, descontados à taxa de juro efectiva original. Uma vez que a ECL toma em consideração o montante e a data dos pagamentos, uma perda de crédito é originada mesmo quando o Banco espera receber a totalidade do montante, mas num período posterior ao contratualizado. Neste caso a imparidade será o resultado da média da conjugação dos três (03) cenários resultantes das projecções económicas.

Incorporação de informações prospectivas

O Banco incorpora informações prospectivas tanto na avaliação de risco de crédito de um instrumento que aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, assim como na mensuração da perda de crédito esperada (ECL).

O Banco formula três cenários económicos: um cenário de base, que é o cenário central, desenvolvido internamente com base em previsões consensuais, e dois cenários menos prováveis, um optimista e um pessimista. A perda de crédito esperada está alinhada com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como o planeamento estratégico e a elaboração do orçamento. As informações externas consideradas incluem dados e previsões económicas publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias dos países onde o Banco opera e outras organizações supranacionais.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são como se segue.

	2021			2020		
	Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
Probabilidade dos cenários	19%	47%	34%	20%	60%	20%

Periodicamente, o Banco realiza testes de esforço de choques mais extremos para calibrar os cenários representativos ascendentes e descendentes. Uma revisão abrangente é realizada pelo menos anualmente sobre o desenho dos cenários.

Imparidade da Carteira de Crédito

Para calcular as imparidades, o índice de Classificação do País é levado em consideração de acordo com a Moody's:

- ▶ as PD's são estimadas utilizando o *S&P Global Corporate / Sovereign cumulative default*;
- ▶ as PD's são ajustadas utilizando o modelo macroeconómico utilizado para a carteira de crédito *Corporate Performing*;
- ▶ as LGD's aplicadas são de 45% de acordo com os LGD's de Basileia aplicados às carteiras soberanas;
- ▶ espera-se que a perda ocorra no meio do período de incumprimento e é descontada utilizando a Taxa de Juro Efectiva.

Desreconhecimento

Em regra, o Banco reconhece uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um crédito como estando em imparidade e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O desreconhecimento irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. A periodicidade e a extensão dos abates podem envolver alguma apreciação subjectiva. No entanto, o abate será sempre antecedido de um evento específico, como, o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que torna possível estabelecer se uma parte ou a totalidade da dívida vai além das perspectivas realistas de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do custo de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

2021	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 179 008	532 836	4 646 172
Construção civil	1 598 481	409 028	1 189 453
Energia	113 202	563	112 639
Turismo	609 907	25 012	584 895
Indústria transformadora	2 796 394	270 644	2 525 750
Particulares	4 765 970	536 789	4 229 181
Serviços	7 318 740	544 270	6 774 470
Transportes e Comunicações	1 492 272	244 566	1 247 706
Agricultura e Pescas	507 331	59 013	448 318
Outros	345 010	32 773	312 237
	24 726 315	2 655 494	22 070 821

2020	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 452 034	778 332	4 673 702
Construção civil	1 535 732	268 418	1 267 314
Energia	198 254	422	197 832
Turismo	666 362	77 568	588 794
Indústria transformadora	3 666 365	425 910	3 240 455
Particulares	5 316 935	1 400 587	3 916 348
Serviços	9 821 717	1 241 341	8 580 376
Transportes e Comunicações	1 627 697	210 084	1 417 613
Agricultura e Pescas	522 517	109 269	413 248
Outros	132 864	17 837	115 027
	28 940 477	4 529 768	24 410 709

Concentração do Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes esteja ligado a actividades semelhantes ou apresente características económicas similares, e onde a mesma adversidade possa colocar em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais, contudo, a concentração de risco de crédito não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito do Banco por indústria apresenta-se como se segue:

2021	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	6 397 227	306 100	-	6 703 327
Seguros	-	-	-	23 263	-	-	23 263
Financeiro	2 250 359	182 543	8 344 160	110 858	321 085	-	11 209 005
Retalho	-	-	-	-	4 646 172	-	4 646 172
Construção civil	-	-	-	-	1 189 453	-	1 189 453
Energia	-	-	-	-	112 638	-	112 638
Turismo	-	-	-	-	584 894	-	584 894
Indústria transformadora	-	-	-	-	2 525 750	-	2 525 750
Particulares	-	-	-	-	4 229 181	-	4 229 181
Serviços	-	-	-	-	6 468 370	-	6 468 370
Transportes e comunicações	-	-	-	213 368	1 247 706	-	1 461 074
Agricultura e pesca	-	-	-	-	352 889	-	352 889
Outros	-	-	-	-	86 583	740 848	827 431
	2 250 359	182 543	8 344 160	6 744 716	22 070 821	740 848	40 333 447

2020	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	3 892 550	415 514	-	4 308 064
Seguros	-	-	-	23 263	37	-	23 300
Financeiro	1 404 996	747 639	10 873 091	54 294	30 798	-	13 110 818
Retalho	-	-	-	-	4 673 702	-	4 673 702
Construção civil	-	-	-	-	1 267 314	-	1 267 314
Energia	-	-	-	-	197 832	-	197 832
Turismo	-	-	-	-	588 794	-	588 794
Indústria transformadora	-	-	-	-	3 240 455	-	3 240 455
Particulares	-	-	-	-	3 916 348	-	3 916 348
Serviços	-	-	-	-	8 164 862	-	8 164 862
Transportes e comunicações	-	-	-	250 875	1 417 613	-	1 668 488
Agricultura e pesca	-	-	-	-	413 247	-	413 247
Outros	-	-	-	-	84 193	290 044	374 237
	1 404 996	747 639	10 873 091	4 220 982	24 410 709	290 044	41 947 461

3.2. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações à medida que vencem ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (*funding liquidity risk*). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (*market liquidity risk*).

A política e estratégia de gestão do risco de liquidez é definida ao nível do Comité ALCO, implementada pela Direcção da Banca de Investimentos e Internacional (DBII) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR), com base nos procedimentos recomendados pelas directrizes definidas pelo Banco Central (Aviso nº4/GBM/2013).

O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) é um Órgão delegado da Comissão Executiva (CE) para a execução da política financeira definida para o Banco, responsável pelo processo de ALM (*Asset-Liability Management*), garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

Em suma, o processo de gestão de liquidez do Banco é realizado internamente e monitorado por uma equipa da Direcção da Banca de Investimentos e Internacional em estrita coordenação com a Comissão Executiva que tem como responsabilidades:

- ▶ Assegurar a existência de liquidez suficiente para financiar a actividade do Banco, sem prejuízo do cumprimento de todos os limites regulamentares, nomeadamente dos mínimos de reservas obrigatórias de acordo com a regulamentação vigente;
- ▶ Garantir a manutenção de saldos credores mínimos nos diversos correspondentes necessários para o cumprimento das obrigações do Banco e dos seus clientes;
- ▶ Assegurar a manutenção de um volume de títulos (Bilhetes e Obrigações de Tesouro) suficientes para a colateralização de operações de financiamento do Mercado Monetário Interbancário (MMI);
- ▶ Assegurar a diversificação da carteira de activos do Banco para a mitigação do risco de liquidez e que possam ser usados para operações de financiamento do Balanço;
- ▶ Manutenção de rácios de transformação global e em moeda nacional que promovam a estabilidade da posição de liquidez;
- ▶ Promover que os depósitos de clientes sejam a todo o momento a fonte de financiamento primária do Banco e que o crédito a clientes seja a principal linha de investimento;
- ▶ Manter uma oferta de produtos de poupança e investimento que potencie a obtenção de fontes de financiamento diversificadas, para todos os segmentos.

A monitorização é feita com base nos princípios, limites e métricas definidas no modelo de Gestão do Risco de Liquidez, que pressupõe indicadores de alerta prévio, instrumentos de mensuração e avaliação (relatórios de liquidez da DBII), com periodicidade diária, semanal e mensal.

Este processo é complementado com a execução dos testes de stress de liquidez pela Direcção de Gestão de Risco, com periodicidade mensal, semestral e anual.

Os resultados deste processo são comunicados à Comissão Executiva do Banco através do ALCO numa periodicidade mensal ou sempre que ocorram alterações relevantes, e ao Comité de Risco, que emana do Conselho de Administração, com uma periodicidade trimestral.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	855 794	-	1 394 565	-	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	182 543	-	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 286 685	57 475	-	-	8 344 160
Activos financeiros	1 823 828	3 084 057	1 800 914	35 918	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	2 233 441	1 590 784	18 246 596	-	22 070 821
Outros activos	-	-	-	856 148	856 148
Total dos activos não descontados	13 382 290	4 732 316	21 442 075	892 066	40 448 747

Passivo financeiro	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Recursos de instituições de crédito	8 650	-	-	10 452	19 102
Depósitos e contas correntes	23 980 484	8 772 205	451	-	32 753 140
Recursos consignados	-	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	1 851	30 514	1 922 213	1 032 681	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	-	487 674	-	487 674
Total dos activos não descontados	23 990 985	8 802 719	2 764 619	1 043 133	36 601 455

Gap de liquidez	-10 608 695	-4 070 403	18 677 456	-151 067	3 847 292
Gap Cumulativo de liquidez	-10 608 695	-14 679 098	3 998 358	3 847 292	

2020	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Mais de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1 404 996	-	-	-	-	1 404 996
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	747 639	-	-	-	747 639
Aplicações em instituições de crédito	-	10 575 427	297 664	-	-	10 873 091
Activos financeiros	-	2 289 499	260 771	1 670 712	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	7 317 990	3 344 232	13 748 487	-	24 410 709
Outros activos	290 044	-	-	-	-	290 044
Total dos activos não descontados	1 695 040	20 930 555	3 902 667	15 419 199	-	41 947 461

Passivo financeiro	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Mais de 5 anos	Total
Recursos de instituições de crédito	23 432	3 882	-	-	27 314
Depósitos e contas correntes	12 924 078	15 002 952	7 216 457	6 691	35 150 178
Recursos consignados	-	311 925	-	-	311 925
Outros passivos	-	3 990 781	-	-	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	118 639	118 639
Total dos passivos não descontados	12 947 510	19 309 540	7 216 457	125 330	39 598 837

Gap de liquidez	-11 252 470	1 621 015	-3 313 790	15 293 869	-	2 348 624
Gap Cumulativo de liquidez	-11 252 470	-9 631 455	-12 945 245	2 348 624	2 348 624	

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

3.3. Risco de Mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial resultante das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a oscilações das variáveis do mercado do activo ou mesmo de factores exógenos que influenciam os preços de mercados. São exemplos desses factores de risco: os riscos relacionados com a variação das taxas de câmbio, taxas de juros, preços de obrigações e acções, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

3.3.1 Risco de taxa de juro

Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A política e estratégia de gestão do risco Taxa de juro é definida pelo ALCO, implementado pela Direcção da Banca de Investimentos e Internacional e controlado pela Direcção de Gestão de Risco.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	2 250 359	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	182 543	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 286 696	57 464	-	-	8 344 160
Activos financeiros	1 823 827	3 084 057	1 800 914	35 918	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	16 385 930	340 373	-	5 344 518	22 070 821
Outros activos	-	-	-	856 148	856 148
Total	26 496 453	3 481 894	1 800 914	8 669 486	40 448 747
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	8 650	-	-	10 452	19 102
Depósitos e contas correntes	16 317 668	7 550 503	376	8 884 592	32 753 139
Recursos consignados	-	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	1 851	30 514	1 924 426	1 030 468	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	-	487 674	-	487 674
Total	16 328 169	7 581 017	2 766 757	9 925 512	36 601 455

Sensibilidade da taxa de juros na posição financeira 10 168 284 -4 099 123 -965 843 -1 256 026 3 847 292

2020

2020	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	1 404 996	1 404 996
Disponibilidade sobre instituições de crédito	747 639	-	-	-	747 639
Aplicações em instituições de crédito	10 575 427	297 664	-	-	10 873 091
Activos financeiros	2 289 499	260 771	1 670 712	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamento a clientes	7 317 990	3 344 232	13 748 487	-	24 410 709
Outros activos	-	-	-	290 044	290 044
Total	20 930 555	3 902 667	15 419 199	1 695 040	41 947 461
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	3 882	-	-	23 432	27 314
Depósitos e contas correntes	15 002 952	7 216 457	6 691	12 924 078	35 150 178
Recursos consignados	-	-	311 925	-	311 925
Outros passivos	1 275 929	-	2 714 852	-	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	-	-	118 639	-	118 639
Total	16 282 763	7 216 457	3 152 107	12 947 510	39 598 837

Sensibilidade da taxa de juros na posição financeira -16 282 763 -7 216 457 -3 152 107 -12 947 510 -39 598 837

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos
2021	+200 pb	193 874
	-200 pb	(193 874)
2020	+200 pb	121 703
	-200 pb	(121 703)

No exercício económico de 2021, o Banco mudou de metodologia no apuramento dos impactos da alteração das taxas de juros, aplicando o previsto na circular n.º 4/SCO/2013 do Banco de Moçambique.

3.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocadas por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Isto envolve o risco de liquidação que surge quando uma contraparte se vê impossibilitada de cumprir com os termos do contracto no prazo acordado.

As posições cambiais são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites quer sejam eles regulamentares ou de gestão.

A política e estratégia de gestão do risco de taxa de câmbio é definida pelo ALCO, implementado pela Direcção da Banca de Investimentos e Internacional sob acompanhamento e controlo da Direcção de Gestão de Risco.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

2021	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	2 126 949	106 316	3 128	13 959	7	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	7 068	38 415	1 496	128 209	7 355	182 543
Aplicações em instituições de crédito	5 578 714	2 721 527	15 405	6 100	22 414	8 344 160
Activos financeiros	5 879 187	865 529	-	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	21 146 077	924 744	-	-	-	22 070 821
Outros activos	658 870	19 224	16 107	52 815	109 132	856 148
Total	35 396 865	4 675 755	36 136	201 083	138 908	40 448 747
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	19 102	-	-	-	-	19 102
Depósitos e contas correntes	29 269 177	3 319 195	8 170	133 488	23 109	32 753 139
Recursos consignados	354 281	-	-	-	-	354 281
Outros passivos	1 887 512	873 264	28 035	67 620	130 828	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	-	-	487 674
Total	31 530 072	4 680 133	36 205	201 108	153 937	36 601 455
Exposição líquida						
	3 866 793	(4 378)	(69)	(25)	(15 029)	3 847 292

2020

	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1 275 095	96 905	16 872	16 108	16	1 404 996
Disponibilidade sobre instituições de crédito	112 506	467 197	959	155 870	11 107	747 639
Aplicações em instituições de crédito	8 336 591	2 469 522	36 984	3 428	26 566	10 873 091
Activos financeiros	3 167 349	1 053 633	-	-	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamento a clientes	20 106 839	4 303 865	3	2	-	24 410 709
Outros activos	370 108	1 198	13 237	221	2	384 766
Total	33 368 488	8 392 320	68 055	175 629	37 691	42 042 183
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	27 314	-	-	-	-	27 314
Depósitos e contas correntes	29 772 164	5 181 592	26 285	143 011	27 126	35 150 178
Recursos consignados	311 925	-	-	-	-	311 925
Outros passivos	687 666	3 215 429	41 857	31 365	14 464	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	118 639	-	-	-	-	118 639
Total	30 917 708	8 397 021	68 142	174 376	41 590	39 598 837
Exposição líquida						
	2 450 780	(4 701)	(87)	1 253	-3 899	2 443 346

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2021	+5%	(86 324)	(129 548)
	-5%	86 699	86 699
2020	+5%	(113 927)	(128 334)
	-5%	113 927	113 927

A tabela ao lado demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital próprio:

No exercício económico de 2021, o Banco mudou de metodologia no apuramento dos impactos da alteração das taxas de câmbio, aplicando a metodologia interna do stress testing para a variação da taxa de câmbio, onde são apuradas as variações no Balanço, incluindo o impacto da variação cambial nos custos com as rendas sob IFRS 16 e imparidade de crédito.

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

	2021	2020
Dólar Norte-Americano	63,83	74,9
Euro	72,27	92,04
Rand Sul africano	4,02	4,04

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira foram as seguintes:

3.4. Risco Operacional

O risco operacional é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros ou falhas nos processos de análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade dos sistemas.

O risco operacional tem origem em 4 grandes fontes nomeadamente: processos, recursos humanos, sistemas de informação e eventos externos e pode ser despoletado igualmente por questões de Compliance, Reputacional e Tecnologias de Informação.

Importa referir que o risco operacional deve ser considerado de forma transversal a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência existe em todas as unidades de estrutura do Banco, pelo que, a sua gestão é suportada por um modelo de Governance, níveis de apetite e tolerância ao risco, melhoria na cultura por acções de sensibilização e formações, que se traduzem em actividades como recolha de dados de perdas, auto avaliação de riscos e controlos (RCSA), análise de cenários e acompanhamento de indicadores pré definidos para posterior apresentação em Comité Específico (Comité de Risco).

O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através de uma forte estrutura governativa e controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, acessos, autorizações e processos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação, para além de manter actualizado um plano de continuidade de negócio, de forma a garantir a capacidade de operar continuamente e limitar as perdas em caso de uma grave interrupção dos negócios.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das políticas internas contendo procedimentos a adoptar nos vários processos, cuja revisão é efectuada periodicamente, tendo em conta a necessidade de adequação à realidade.

3.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas, os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital visam que o Banco:

- ▶ Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- ▶ Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- ▶ Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique em matérias de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco de Moçambique requer que cada Banco cumpra um mínimo de rácio de adequação de capital acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é controlado pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas tiers:

- ▶ **Tier 1 capital:** capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- ▶ **Tier 2 capital:** dívida subordinada, provisões genéricas e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de treze riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.



A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique:

	2021	2020
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)		
Capital social	5 896 250	3 943 250
Reservas elegíveis e resultados transitados	4 619 438	4 584 339
Activos intangíveis	(151 503)	(149 486)
Insuficiência de provisões (*)	(4 006 649)	(3 604 263)
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)	6 357 536	4 773 840
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		
Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado	6 357 536	4 773 840
Fundos próprios complementares		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	-	118 000
Outros	2 921	3 058
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada	-	-
Fundos próprios complementares	2 921	121 058
Outros elementos a deduzir	(775 764)	(1 187 689)
Fundos próprios de base e complementares	5 584 693	3 707 209
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	20 133 311	21 353 405
Fora da posição financeira	3 236 806	3 112 135
Risco operacional e de mercado	691 253	535 212
Total dos activos ponderados	24 061 370	25 000 752
Rácios prudenciais		
CORE TIER 1 CAPITAL	43,10%	34,11%
TIER 1 CAPITAL	26,42%	19,09%
RÁCIO GLOBAL	23,21%	14,83%
Rácio de solvência requerido	12,00%	12,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do (BdM) Banco de Moçambique e o modelo interno.

4. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3 940 710	3 830 313
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	750 928	615 075
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	615 372	475 486
	5 307 010	4 920 874
Juros e rendimentos similares		
Juros de recursos de clientes	1 594 062	1 901 016
Juros de passivos subordinados	29 387	20 388
Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito	194	10 720
Juros de locação	178 708	634 474
	1 802 351	2 566 598
	3 504 659	2 354 276

No exercício económico de 2021, o Banco procedeu com a reclassificação dos impactos cambiais que eram registados na rubrica de Juros de locação para a rubrica de Outros ganhos em operações financeira. Esta alteração levou a redução acentuada da rubrica de Juros de locação.

5. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	155 128	158 425
Por serviços bancários realizados	281 439	256 508
Outros rendimentos de serviços e comissões	230 749	226 511
	667 316	641 444
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	17 083	13 778
Por serviços bancários prestados por terceiros	6 345	10 727
VISA e Mastercard	89 731	76 120
Outros encargos com serviços e comissões	34 456	65 785
	147 615	166 410
	519 701	475 034

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito sob a NIRF 15
Serviços bancários de retalho e empresas	O Banco presta serviços bancários de retalho e empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços. As taxas respeitantes a gestão contínua das contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas separadamente para Clientes bancários de retalho e empresas. As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.	O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. O rédito relacionado às transacções é reconhecida no momento em que a transacção ocorre.
Serviços de banca de investimento	O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicalizado, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários. As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento. As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.	O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

6. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	17 154 950	10 634 470
Outros ganhos em operações financeiras	588 372	99 516
	17 743 322	10 733 986
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	17 069 860	10 573 619
Outras perdas em operações financeiras	182 222	-
	17 252 082	10 573 619
Operações financeira líquidas	491 240	160 367

No exercício económico de 2021, o Banco procedeu com a reclassificação dos impactos cambiais que eram registados na rubrica de Juros de locação para a rubrica de Outros ganhos em operações financeira e por este facto, esta rubrica apresenta variação acentuada quando comparado ao ano de 2020.

7. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Vencimentos e salários	1 676 780	1 660 819
Encargos sociais obrigatórios	56 733	55 342
	1 733 513	1 716 161

Colaboradores

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Serviços Centrais	505	489
Área Comercial	412	438
	917	927

8. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Comunicações	129 151	125 408
Honorários profissionais	307 947	252 176
Consumíveis	36 934	40 634
Manutenção e serviços relacionados	331 900	354 028
Despesas de marketing	39 799	37 488
Rendas e alugueres	29 578	24 997
Água, energia e combustíveis	73 575	81 640
Despesas de deslocação e representação	11 021	16 617
Despesas de formação	8 701	1 042
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	80 012	74 193
Donativos e quotizações	8 406	10 998
Seguros	16 855	17 504
Outros	85 997	66 593
	1 159 876	1 103 318

9. Outros ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Serviços prestados	71 759	106 579
Outros ganhos	466 646	284 008
	538 405	390 587

A rubrica Outros ganhos inclui, ganhos extraordinários, ganhos relativos a exercícios anteriores e juros de mora.

10. Provisões

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Provisões para perdas potenciais	(28 051)	6 699
	(28 051)	6 699

Durante o exercício económico de 2021, procedeu-se com a reversão de provisões no valor de 28.051 milhares de Meticals devido à redução do risco de perda relacionados aos factores que condicionaram a criação das provisões nos exercícios económicos anteriores.

11. Activos e Passivos por Impostos diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuízos fiscais os quais, em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuízos conferem direito de reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizados para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

O plano de negócios do Banco demonstraram o alcance de resultados positivos nos exercícios seguintes, contudo, a Administração não optou por reconhecer nas demonstrações financeiras de 2021 o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos através do registo do activo por imposto diferido. A Administração acredita ainda ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Activos por Impostos diferidos	95 000	95 000
	95 000	95 000

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	01.01.2021	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2021
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
	95 000	-	-	-	-	95 000
Activos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)
	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)

	01.01.2020	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2020
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
	95 000	-	-	-	-	95 000
Activos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)
	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro é como se segue:

	2021		2020	
	%	Valor	%	Valor
Lucro/ prejuízo do exercício		(1 381 021)		145 547
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto (32%)	32%	(441 927)	32%	46 575
Benefício fiscal (16%)	16%	220 963	16%	(23 288)
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-7,0%	96 775	79,2%	115 281
Rendimentos não tributados	16,0%	(220 512)	-169,3%	(246 464)
Imposto corrente	25,0%	(344 700)	-133,5%	(194 337)
Prejuízos fiscais a ser reportados/(utilizados)	-25,0%	344 700	133,5%	194 337
		(344 700)		(107 896)

12. Imposto corrente

	2021	2020
IRPC-Taxa liberatória	131 506	79 667
	131 506	79 667

O valor do IRPC- Taxa liberatória refere-se ao imposto sobre o juro de aplicações em Bilhetes de Tesouros, Obrigações de Tesouros e outras aplicações no Mercado Monetário Interbancário e o valor cresceu devido ao volume de aplicações ocorrido no ano de 2021.

13. Resultados por acção

Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no prejuízo atribuído aos accionistas ordinários do Banco no valor de 1.381.021 Milhares de Meticals (2020: Lucro: 145.547 Milhares de Meticals), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2021 que é de 821.200 (2020: 788.650), calculado como se segue:

Perda atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias

	2021	2020
Resultado líquido	(1 381 021)	145 547
Número médio ponderado de acções ordinárias	821 200	788 650
Activos por impostos diferidos		
Básicos	(1,68)	0,18
Diluídos	(1,68)	0,18

14. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Caixa	801 658	511 176
Disponibilidades no Banco Central	81 564	103 709
Reservas obrigatória	1 367 137	790 111
	2 250 359	1 404 996

15. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Disponibilidades em Bancos Nacionais	9 242	114 343
Disponibilidades em Bancos Estrangeiros	173 301	633 296
	182 543	747 639

16. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Aplicações em Bancos Centrais	5 565 506	8 333 555
Aplicações em Outras instituições de crédito	2 778 654	2 539 536
	8 344 160	10 873 091

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Até 3 meses	8 182 029	10 575 427
3 meses a 1 ano	162 131	297 664
	8 344 160	10 873 091

17. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2021		2020	
	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuízos	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuízos
Bilhetes de Tesouro	4 685 382	-	2 289 498	-
Obrigações de Tesouro	974 360	-	636 445	-
Obrigações Corporativas				
Visabeira 2020-2026	213 368	-	250 875	-
BAYPORT 2020-2026	42 187	-	41 639	-
BAYPORT 2021-2025	56 016	-	-	-
MOZ BOND	865 529	-	1 053 633	-
Imparidade	(128 044)	-	(87 026)	-
Acções				
Emose 2013	-	23 263	-	23 263
SIMO	-	12 655	-	12 655
	6 708 798	35 918	4 185 064	35 918
Total		6 744 716		4 220 982

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2021, a carteira de Bilhetes de Tesouro, apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Maturidade de 1 mês	275 235	347 020
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	3 116 538	1 942 478
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	1 293 609	-
	4 685 382	2 289 498

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2021, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	221 870	-
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	-	260 772
Maturidade superior a 12 meses	752 490	375 673
	974 360	636 445

A 31 de Dezembro de 2021, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2019-2a serie	95 116	94 110
Obrigações de Tesouro 2020-2a serie	157 671	156 200
Obrigações de Tesouro 2019-3a serie	75 675	74 691
Obrigações de Tesouro 2018-5a serie	-	104 733
Obrigações de Tesouro 2018-6a serie	-	156 038
Obrigações de Tesouro 2019-6a serie	51 079	50 673
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	93 360	-
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	114 106	-
Obrigações de Tesouro 2021-4a serie	102 725	-
Obrigações de Tesouro 2021-5a serie	128 448	-
Obrigações de Tesouro 2021-8a serie	156 180	-
	974 360	636 445

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2021 apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	4 220 982	3 794 181
Aquisições	9 356 845	3 340 956
Acréscimo de juros	171 866	113 376
Alienações/reembolso	(7 004 977)	(3 027 531)
Saldo final	6 744 716	4 220 982

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro de 2021 apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	87 026	52 527
Reforço	108 442	282 445
Reversão	(67 424)	(247 946)
Saldo final	128 044	87 026

Em 31 de Dezembro de 2021, as imparidades do exercício apresentaram um reforço de 41.018 milhares de Meticais (2020: reforço de 34.499 milhares de Meticais), em resultado da depreciação do preço de títulos com destaque para as Obrigações da Mozbond (2021: 85%; 2020: 91.64%).

17.1 Obrigações de Tesouro

Obrigações do Tesouro 2018 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. As Obrigações de Tesouro foram reembolsadas durante o período de 2021. (em 2019 era 106.311 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2018 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 22 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. As Obrigações de Tesouro foram reembolsadas durante o período de 2021 (em 2019 era de 158.733 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2019 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 13 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 95.116 milhares de Meticais (em 2020 era de 94.110 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2019 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 27 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 75.675 milhares de Meticais (em 2020 era de 75.690 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2019 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Maio de 2019 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 51.079 milhares de Meticais (em 2020 era de 50.673 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2020 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 25 de Fevereiro de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 12,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 157.671 milhares de Meticais (em 2020 era de 156.200 milhares de Meticais).

Obrigações do Tesouro 2021 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 23 de Março de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,25%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 207.467 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2021 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 20 de Abril de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,0%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 102.725 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2021 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Junho de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,25% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 128.448 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2021 – 8ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 21 de Setembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 156.180 milhares de Meticais.

17.2 Obrigações corporativas

Visabeira 2020 - 2026

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas pela Visabeira Moçambique em 23 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 250.000.000 Meticais sendo o Moza Banco o único tomador firme e integral do empréstimo, no qual detém em carteira própria 250.000.000,00 Meticais. O presente empréstimo obrigacionista está sujeito a um período de carência de capital de doze meses, e os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa variável anual indexada à FPC + 4,75% (spread) para todo período de vigência do empréstimo. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 213.368 milhares de Meticais.

Bayport 2020 – 2025 - 2ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 511.000.000 Meticais sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 40.199.400,00 Meticais. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à uma taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 6,00% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 42.187 milhares de Meticais.

Bayport 2021 – 2025 - 3ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Julho de 2021, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 483.000.000 Meticais sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 52.035.000,00 Meticais. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à uma taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 4,50% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 56.016 milhares de Meticais.

Moz Bonds 2019 - 2031

Estas obrigações apresentam uma maturidade de doze anos, tendo sido emitidas novas obrigações em 30 de Outubro de 2019, com um valor nominal de USD 1.000 por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

17.3 Acções e outros títulos de rendimento variável

Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE)

O número de acções detidas na EMOSE (1.163.130) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções emitidas por esta OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM s e POS.

18. Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Empresas	19 559 613	25 069 700
Particulares	4 741 680	3 234 678
	24 301 293	28 304 378
Juros especializados e comissões	425 022	636 099
	24 726 315	28 940 477
Perdas esperadas de crédito	(2 655 494)	(4 529 768)
	22 070 821	24 410 709

A carteira de crédito do ano de 2021 inclui os créditos concedidos no âmbito do produto Mpesa loan no valor de 7.234 milhares de Meticais.

Os empréstimos e adiantamento por segmento analisam-se como se segue:

	2021	2020
Corporate	5 428 754	8 295 039
Retalho-Empresa	10 378 786	11 236 473
Private	462 064	647 792
Instituição Pública	4 145 651	4 084 081
Retalho-Particulares	4 311 060	4 677 092
	24 726 315	28 940 477
Perdas esperadas de crédito	(2 655 494)	(4 529 768)
	22 070 821	24 410 709

A análise da concentração do risco por indústria apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Governmental	306 100	415 514
Retalho	4 646 172	4 673 702
Construção civil	1 189 453	1 267 314
Industria transformadora	2 525 750	3 240 455
Particulares	4 229 181	3 916 348
Serviços	6 468 370	8 164 862
Transportes e comunicações	1 247 706	1 417 613
Outros	1 458 089	1 314 901
	22 070 821	24 410 709

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda analisam-se como se segue:

	2021	2020
Moeda Nacional	23 788 451	24 641 948
Moeda Estrangeira	937 864	4 298 529
	24 726 315	28 940 477

Os empréstimos e adiantamento por stage analisam-se como se segue:

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Em cumprimento	13 451 179	-	-	13 451 179
Em incumprimento mas sem imparidade	-	4 907 745	-	4 907 745
Em incumprimento	-	-	3 711 897	3 711 897
	13 451 179	4 907 745	3 711 897	22 070 821

2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2020
Em cumprimento	9 707 600	-	-	9 707 600
Em incumprimento mas sem imparidade	-	9 550 646	-	9 550 646
Em incumprimento	-	-	5 152 463	5 152 463
	9 707 600	9 550 646	5 152 463	24 410 709

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos brutos apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Até 3 meses	4 544 556	10 192 834
De 3 meses a 1 ano	2 029 104	3 495 232
De 1 ano a 5 anos	10 471 471	9 551 108
Mais de 5 anos	7 681 184	5 701 303
	24 726 315	28 940 477

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Saldo Inicial	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768
Reforço	211 418	249 846	5 648 944	6 110 208
Reversão	(70 740)	(336 197)	(3 044 043)	(3 450 980)
Regularização	-	-	(4 533 502)	(4 533 502)
	292 439	376 306	1 986 749	2 655 494

2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Saldo Inicial	259 727	569 094	3 892 361	4 721 182
Reforço	84 090	295 123	983 106	1 362 319
Reversão	(192 056)	(401 560)	(857 293)	(1 450 909)
Regularização	-	-	(102 824)	(102 824)
	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768

Em 31 de Dezembro de 2021, a imparidade do exercício fixou-se em 2.659.228 milhares de Meticals o que corresponde a um reforço de 6.110.208 milhares de Meticals e uma reversão de imparidade de 3.450.980 milhares de Meticals. Ainda no ano de 2021, o Banco procedeu com o write-off de exposições dos créditos em incumprimento no valor de 4.533.502 milhares de Meticals.

19. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Outros recebimentos	500 638	226 867
Acréscimos e diferimentos	240 210	63 177
Inventários	16 956	26 662
Activos recuperáveis*	103 401	90 765
	861 205	407 471
Imparidade de outros activos	(5 057)	(22 705)
	856 148	384 766

O detalhe da rubrica "Activos recuperáveis" apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Companhia de Moçambique, S.A.	15 000	-
Condomínio Maresia	35 088	66 174
Promovalor Moçambique Promoção Imobiliária	26 973	-
Outros	26 340	24 591
	103 401	90 765

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(22 705)	(60 203)
Reversão	-	33 444
Regularizações	17 648	4 054
Saldo final	(5 057)	(22 705)

As imparidades acumuladas de outros activos fixaram-se em 5.057 milhares de Meticals, em resultado da transferência de regularização de imparidades no montante de 17.648 milhares de Meticals ocorrida durante o ano de 2021 por conta da alienação de alguns imóveis.

20. Activos não correntes detidos para venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Imóveis executados	1 205 001	951 877
Imparidades	(367 895)	(163 339)
	837 106	788 538

O valor bruto dos activos não correntes detidos para venda apresenta um aumento de 253.124 milhares de Meticals, em resultado da reclassificação de alguns imóveis da rubrica de Propriedade de Investimentos para a rubrica de Activos não correntes detidos para venda. Esta reclassificação dos imóveis aliado a actualização das avaliações dos mesmos, traduziu-se num reforço das imparidades de 218.619 milhares de Meticals.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	951 877	1 114 610
Aumentos	423 604	-
Diminuições	(170 480)	(162 733)
Sub-Total	1 205 001	951 877
Imparidades	(367 895)	(163 339)
Saldo final	837 106	788 538

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(163 339)	(209 726)
Reforço	(222 073)	-
Reversão	29 039	40 757
Regularização	(11 522)	5 630
Saldo final	(367 895)	(163 339)

A imparidade do exercício para activos não correntes detidos para venda fixou-se em 193.034 milhares de Meticals devido, essencialmente, ao reforço das imparidades dos imóveis que foram reclassificados da rubrica de Propriedades de Investimentos.

21. Propriedades de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	Valor
CUSTO	
01 de Janeiro de 2020	138 780
Aumento	789 453
31 de Dezembro de 2020	928 233
Regularizações	(432 300)
Abate	(123 031)
31 de Dezembro de 2021	372 902

AMORTIZAÇÃO	
01 de Janeiro de 2020	11 488
Aumento	13 457
31 de Dezembro de 2020	24 945
Regularizações	30 150
Abate	(34 129)
31 de Dezembro de 2021	20 966

QUANTIA ESCRITURADA	
01 de Janeiro de 2020	127 292
31 de Dezembro de 2020	903 288
31 de Dezembro de 2021	351 936

A 31 de Dezembro de 2021, o justo valor das Propriedades de Investimento era de 351.936 milhares de Meticals.

22. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
CUSTO						
01 de Janeiro de 2020	1 174 298	1 405 194	420 928	2 574 184	2 597	5 577 201
Regularizações	-	51	(49)	(27 239)	-	(27 237)
Aumento	2 877	19 481	88 716	-	-	111 074
Abate	(63 029)	(89 832)	-	-	-	(152 861)
Transferências	-	-	-	(3 974)	-	(3 974)
31 de Dezembro de 2020	1 114 146	1 334 894	509 595	2 542 971	2 597	5 504 203
Regularizações	-	-	-	(242 241)	-	(242 241)
Aumento	3 684	68 328	57 297	66 063	-	195 372
Abate	(22 326)	(45 730)	-	-	-	(68 056)
Transferências	-	16 320	(16 320)	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	1 095 504	1 373 812	550 572	2 366 793	2 597	5 389 278

AMORTIZAÇÃO						
01 de Janeiro de 2020	639 964	1 062 163	20	272 311	-	1 974 458
Impacto da fusão BTM	102 516	128 704	-	260 937	-	492 157
Aumento	(52 159)	(85 818)	-	-	-	(137 977)
Regularizações	-	-	-	(7 419)	-	(7 419)
31 de Dezembro de 2020	690 321	1 105 049	20	525 829	-	2 321 219
Aumento	97 626	108 188	-	239 406	-	445 220
Abate	(14 474)	(43 966)	-	-	-	(58 440)
Regularizações	-	-	-	(25 268)	-	(25 268)
31 de Dezembro de 2021	773 473	1 169 271	20	739 967	-	2 682 731

QUANTIA ESCRITURADA						
01 de Janeiro de 2020	534 334	343 031	420 908	2 301 873	2 597	3 602 743
31 de Dezembro de 2020	423 825	229 845	509 575	2 017 142	2 597	3 182 984
31 de Dezembro de 2021	322 031	204 541	550 552	1 626 826	2 597	2 706 547

23. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

	Software	Investimentos em curso	Total
CUSTO			
01 de Janeiro de 2020	846 676	56 327	903 003
Aumento	-	52 280	52 280
31 de Dezembro de 2020	846 676	108 607	955 283
Aumento	2 696	29 099	31 795
31 de Dezembro de 2021	849 372	137 706	987 078
AMORTIZAÇÃO			
01 de Janeiro de 2020	735 135	-	735 135
Aumento	70 662	-	70 662
31 de Dezembro de 2020	805 797	-	805 797
Aumento	29 778	-	29 778
31 de Dezembro de 2021	835 575	-	835 575
QUANTIA ESCRITURADA			
01 de Janeiro de 2020	111 541	56 327	167 868
31 de Dezembro de 2020	40 879	108 607	149 486
31 de Dezembro de 2021	13 797	137 706	151 503

24. Impostos Correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Pagamento por conta de IRPC	38 565	38 565
Retenção na fonte de IRPC	478 709	333 472
	517 274	372 037

25. Recursos de instituições de crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Depósitos à ordem	15 414	23 432
Depósitos a prazo	3 688	3 882
	19 102	27 314

A maturidade dos Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Até 3 meses	19 102	27 314
	19 102	27 314

26. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Depósitos à ordem	13 524 333	12 924 078
Depósitos a prazo	19 016 483	20 330 182
Outros	56 225	1 895 918
	32 753 139	35 150 178

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como se segue:

	2021	2020
À ordem	13 680 431	12 924 078
Até 3 meses	10 069 982	15 002 952
De 3 meses a 1 ano	7 755 315	7 216 457
De 1 ano a 5 anos	1 247 411	6 691
	32 753 139	35 150 178

27. Recursos consignados

	2021	2020
i) Ministério da Indústria (PRSP)	1 870	2 678
ii) FNDS	16 027	-
iii) FSA - Kuwait Fund	336 061	308 924
Juros	323	323
	354 281	311 925

i) Foi celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo Italiano, sob a forma de um fundo de garantia designado (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000/2001. O fundo foi disponibilizado em 31 de Março de 2015, pelo montante de 120 milhões de Metcais, durante um período de 5 anos, sendo que as operações beneficiárias tem uma taxa fixa de 10,00% ao ano;

ii) Em Julho de 2020, foi celebrado um Protocolo de Parceria Técnica Financeira sobre o Fomento e Financiamento de Projectos de Desenvolvimento Rural integrados em Moçambique entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e o Moza Banco. Este acordo, tem como o objectivo a gestão por parte do Banco de uma linha de financiamento do programa denominado SUSTENTA composto por uma componente de Grant no valor de 272.002 milhares de Metcais e outra de crédito no valor de MZN 901.214 milhares de Metcais;

	2021	2020
Capital	212 565	212 565
Juros	123 496	96 359
	336 061	308 924

iii) iii) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido.

28. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Contas a pagar	484 327	700 550
Acréscimo de gastos	330 990	371 069
Rendimentos diferidos	38 463	37 572
Passivo sobre direito de uso	1 956 791	2 714 852
Provisões	85 188	113 239
Imparidade de garantias e compromissos assumidos	66 744	25 596
	2 962 503	3 962 878
Derivados	24 756	27 903
	2 987 259	3 990 781

A redução da rubrica Passivo de locação de uso é decorrente do término de alguns contratos de arrendamentos dos imóveis sem renovação, aliado a amortização do capital que é feita mensalmente.

O movimento da imparidade de garantias e compromissos assumidos durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Saldo Inicial	25 596	41 884
Reforço	70 804	38 703
Reversão	(31 049)	(54 991)
Regularização	1 393	-
Sub-Total	66 744	25 596

As imparidades do exercício para as garantias e compromissos assumidos, fixaram-se em 39.755 milhares de Metcais, em resultado de um reforço de imparidade no valor de 70.804 milhares de Metcais e reversão de imparidades no montante de 31.049 milhares de Metcais.

O movimento das provisões durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2021	2020
Saldo Inicial	113 239	106 529
Reforço	300	6 699
Reversão	(28 351)	-
Regularização	-	11
Sub-Total	85 188	113 239
Total	151 932	138 835

29. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Empréstimos obrigacionista-Subordinadas		
Moza Banco 2013-2022 empréstimo subordinado	478 725	118 000
Juros	8 949	639
	487 674	118 639

Moza Banco 2016-2022 – empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de 6 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 31 de Março de 2016, com um valor nominal de 100 Metcais cada obrigação. Com um valor nominal total de 118.000.000 de Metcais, os juros são pagos numa base mensal a uma taxa fixa anual de 17%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

Arise Fund 2021-2025

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 4 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 10 de Março de 2021, com um valor nominal de 100.000 (cem mil) Dólares norte americanos cada obrigação. Com um valor nominal total de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) Dólares norte americanos, com um período de carência de capital de doze meses. Os juros são pagos numa base Semestral a uma taxa variável indexada à LIBOR USD de 6 meses adicionado a um spread de 5,50%.

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	2021	2020
De 1 ano a 5 anos	487 674	118 639
	487 674	118 639

30. Capital social

A 31 de Dezembro de 2021, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
2021				
Kuhanha	742 691	5 000	3 713 455	62,98%
Arise	351 390	5 000	1 756 950	29,80%
Moçambique Capitais, S.A	43 435	5 000	217 175	3,68%
Novo Banco	41 732	5 000	208 660	3,54%
Dr.António Matos	2	5 000	10	0,00%
	1 179 250		5 896 250	100%
2020				
Kuhanha	468 482	5 000	2 342 410	59,40%
Arise	235 000	5 000	1 175 000	29,80%
Moçambique Capitais, S.A	43 435	5 000	217 175	5,51%
Novo Banco	41 732	5 000	208 660	5,29%
Dr.António Matos	1	5 000	5	0,00%
	788 650		3 943 250	100%

Durante o exercício económico de 2021, o Banco procedeu com o aumento do Capital social no valor de 1.953.000 milhares de Metcais, por meio de emissão de 390.600 acções integralmente subscritas e realizadas.

31. Reservas

As reservas apresentam-se como se segue:

	2021	2020
Reserva legal	4 661 843	4 661 843
Prémio de emissão	1 993 740	1 993 740
	6 655 583	6 655 583

32. Classificação dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2021	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através de outros rendimentos integrais	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	2 250 359	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	182 543	182 543
Aplicações em instituições de crédito	-	-	8 344 160	8 344 160
Activos financeiros	-	35 918	6 708 798	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	22 070 821	22 070 821
Outros activos	-	-	856 148	856 148
		35 918	40 412 829	40 448 747

	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	19 102	-	19 102
Depósitos e contas correntes	-	32 753 139	-	32 753 139
Recursos consignados	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	24 756	2 962 503	-	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	487 674
	24 756	36 576 699	-	36 601 455

2020	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através de outros rendimentos integrais	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	1 404 996	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	747 639	747 639
Aplicações em instituições de crédito	-	-	10 873 091	10 873 091
Activos financeiros	-	35 918	4 185 064	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	24 410 709	24 410 709
Outros activos	-	-	384 766	384 766
		35 918	42 006 265	42 042 183

	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	27 314	-	27 314
Depósitos e contas correntes	-	35 150 178	-	35 150 178
Recursos consignados	-	311 925	-	311 925
Outros passivos	27 903	3 962 878	-	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	-	118 639	-	118 639
	27 903	39 570 934	-	39 598 837

32.1 Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base para estes modelos são calculados em função da informação disponível dos mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

- ▶ **Nível 1** – Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- ▶ **Nível 2** – Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como a utilização de preços em mercados cotados ou em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directamente ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;
- ▶ **Nível 3** – Técnicas de valorização utilizando *inputs* não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados não observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- ▶ No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- ▶ Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco. O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- ▶ **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- ▶ **Nível 2** – Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- ▶ **Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	2 250 359	-	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	182 543	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	-	8 344 160	-	8 344 160
Activos financeiros	1 711 845	5 032 871	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	22 070 821	-	22 070 821
Outros activos	-	856 148	-	856 148
	1 711 845	38 736 902	-	40 448 747

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	19 102	-	19 102
Depósitos e contas correntes	-	32 753 139	-	32 753 139
Recursos consignados	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	-	2 987 259	-	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	487 674
	-	36 601 455	-	36 601 455

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	1 404 996	-	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	747 639	-	747 639
Aplicações em instituições de crédito	-	10 873 091	-	10 873 091
Activos financeiros	1 603 052	2 617 930	-	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	24 410 709	-	24 410 709
Outros activos	-	384 766	-	384 766
	1 603 052	40 439 131	-	42 042 183

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	27 314	-	27 314
Depósitos e contas correntes	-	35 150 178	-	35 150 178
Recursos consignados	-	311 925	-	311 925
Outros passivos	-	3 990 781	-	3 990 781
Empréstimos obrigacionistas	-	118 639	-	118 639
	-	39 598 837	-	39 598 837

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	2021		2020	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2 250 359	2 250 359	1 404 996	1 404 996
Disponibilidades sobre instituições de crédito	182 543	182 543	747 639	747 639
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	8 344 160	10 873 091	10 873 091
Activos financeiros detidos para negociação	6 744 716	6 744 716	4 220 982	4 220 982
Empréstimos e adiantamentos a clientes	22 070 821	20 746 572	24 410 709	22 946 067
Outros activos	856 148	856 148	384 766	384 766
	40 448 747	39 124 498	42 042 183	40 577 541

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	19 102	19 102	27 314	27 314
Depósitos e contas correntes	32 753 139	34 063 264	35 150 178	36 556 184
Recursos consignados	354 281	343 651	311 925	302 566
Empréstimos obrigacionistas	487 674	512 058	118 639	124 571
Outros passivos	2 987 259	2 987 350	3 990 781	3 990 902
	36 601 455	37 925 424	39 598 837	41 001 537
	3 847 292	1 199 074	2 443 346	(423 996)

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- ▶ O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado em variáveis observáveis no mercado.
- ▶ O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como *swaps*.
- ▶ O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

33. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recursos de Instituições de créditos	Depósitos e contas correntes
Accionistas					
Kuhanha	2021	-	-	-	2 216 982
	2020	-	-	-	2 689 387
Arise. B.V	2021	-	-	-	140
	2020	-	-	-	142
Moçambique Capitais	2021	-	5	-	63
	2020	-	4	-	2 504
Novo Banco	2021	-	-	-	72
	2020	-	-	-	56
Almeida Matos	2021	-	1	-	6 420
	2020	-	-	-	7 414

Os saldos com o pessoal do Orgão de Gestão apresentam-se como se segue:

		Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Juros suportados	Juros obtidos
Orgão de Gestão	2021	30 769	52 016	7 227	2 484
	2020	30 921	233 131	4 849	72

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Locações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas				
Kuhanha	2021	-	221 427	-
	2020	-	56 997	-
Moçambique Capitais	2021	6 052	95	-
	2020	5 323	-	-
Novo Banco	2021	-	-	-
	2020	-	-	-
Almeida Matos	2021	-	250	-
	2020	-	2	-

Benefícios ao Orgão de Gestão

Durante o período de 2021, os vencimentos do Orgão de Gestão ascenderam a 145.181 milhares de Meticais.

34. Contingências e compromissos

	2021	2020
Garantias	5 580 842	5 463 013
Cartas de crédito	212 091	302 281
	5 792 933	5 765 294

35. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o Banco registou um prejuízo líquido de 1.381 milhões de Meticais (2020: Lucro líquido de 145 milhões de Meticais), correspondente a uma redução de 1.487 milhões de Meticais face ao ano transacto.

O desempenho do Banco em 2021 continuou a ser impactado negativamente pela pandemia da Covid 19 e perante um ambiente desafiante e de incertezas, o Banco reforçou a estratégia de prudência na actividade creditícia, levando a redução da carteira de crédito líquida em 10% face ao ano de 2020.

Ainda em 2021, de forma a garantir maior cobertura do risco associado as exposições vencidas, o Banco efectuou o reforço de imparidade para uma grande operação vencida e cuja recuperabilidade será demorada e complexa. Adicionalmente, o Banco também procedeu ao saneamento de algumas exposições de crédito vencido que se encontravam totalmente cobertas, com intuito de reduzir a exposição a empréstimos não geradores de proveitos. Este reforço de imparidade foi determinante para que o Moza Banco, encerre o exercício económico de 2021 com o resultado antes de imposto negativo de 1.250 milhões de Meticais.

Não obstante, o resultado negativo, o Moza Banco não tem intensão de descontinuar as suas actividades, facto consubstanciado pelo reforço do Capital social realizado pelos accionistas do Banco, por meio de emissão de 390.600 acções que foram totalmente realizadas no ano de 2021.

Contabilista Certificado

OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III
Balço - Contas Individuais (Activo)

	31 de Dezembro de 2021			
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	31 de Dezembro de 2020
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 250 352	-	2 250 352	1 404 981
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182 541	-	182 541	747 636
Activos financeiros detidos para negociação	4 995 459	-	4 995 459	2 577 372
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	-	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	1 664 676	0	1 664 676	1 563 463
Aplicações em instituições de crédito	8 343 675	0	8 343 675	10 873 092
Crédito a Clientes	24 782 375	2 655 495	22 126 880	24 461 688
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
Activos com acordo de recompra	0	-	0	0
Derivados de cobertura	0	-	0	0
Activos não correntes detidos para venda	1 205 003	367 895	837 108	788 539
Propriedades de investimento	372 903	20 967	351 936	903 288
Outros activos tangíveis	5 389 277	2 682 730	2 706 547	3 182 985
Activos intangíveis	987 078	835 575	151 503	149 486
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12 655	0	12 655	12 655
Activos por impostos correntes	517 274	88 109	517 274	372 037
Activos por impostos diferidos	95 000	-	95 000	95 000
Outros Activos	5 554 578	-	5 466 469	9 913 083
Total de activos	56 352 845	6 650 771	49 702 074	57 045 305

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO)
Balço - Contas Individuais

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Passivo		
Recursos de bancos centrais	-0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	124 139	121 790
Recursos de clientes e outros empréstimos	32 756 951	35 150 179
Responsabilidades representadas por títulos	8 948	0
Derivados de cobertura	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Provisões	151 932	138 834
Passivos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos diferidos	8 839	8 839
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	478 725	118 639
Outros passivos	7 674 721	13 581 183
Total de Passivo	41 204 255	49 119 466
Capital		
Capital	5 896 250	3 943 250
Prémios de emissão	1 993 740	1 993 740
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)	-	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	1 988 850	1 843 302
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	(1 381 021)	145 547
Total de Capital	8 497 819	7 925 839
Total de Passivo + Capital	49 702 074	57 045 305

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO IV
Demonstração de Resultados - Contas Individuais

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Juros e rendimentos similares	5 307 009	4 920 874
Juros e encargos similares	1 803 557	2 148 447
Margem financeira	3 503 452	2 772 427
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos com serviços e comissões	524 816	498 991
Encargos com serviços e comissões	146 408	166 701
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	304 909	(394 426)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	0
Resultados de reavaliação cambial	85 090	61 042
Resultados de alienação de outros activos	25 207	97 188
Outros resultados de exploração	462 285	295 683
Produto bancário	4 759 351	3 164 204
Custos com pessoal	1 733 514	1 716 159
Gastos gerais administrativos	996 726	966 926
Amortizações do exercício	505 148	576 278
Provisões líquidas de reposições e anulações	-28 051	6 699
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 740 001	-247 405
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	193 034	0
Resultados antes de impostos	(1 381 021)	145 547
Impostos		
Correntes	0	0
Diferidos	0	-
Resultados após impostos	(1 381 021)	145 547
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	(94)	(2 991)

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

MOZA BANCO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

Exmos. Senhores Accionistas do Moza Banco, S.A.,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias, e em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em Assembleia Geral a 15 de Setembro de 2020, o Conselho Fiscal do Moza Banco, S.A. (doravante designado "Moza" ou "Banco"), acompanhou a actividade do Banco, verificou a exactidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis à actividade do Banco.

Nos termos da Lei, apresenta-se, a seguir, o relatório relativo à acção fiscalizadora efectuada pelo Conselho Fiscal no decurso do ano de 2021, e mais abaixo, o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Moza Banco.

Relatório

No âmbito da acção de fiscalização o Conselho Fiscal do Moza Banco acompanhou, com periodicidade e extensão adequadas, a actividade do Banco, tendo efectuado as verificações julgadas convenientes, em conformidade com o disposto no Código Comercial, nomeadamente no que respeita a escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

A situação sanitária provocada pela Covid 19 teve impacto também nos métodos de trabalho implementados na materialização da função fiscalizadora do Banco, uma vez que implicou, nomeadamente a necessidade de privilegiar o contacto à distância, a realização de reuniões por meios telemáticos e a troca de informação por via electrónica.

O Conselho Fiscal interveio-se igualmente da actividade do Comité de Risco e do Comité de Auditoria, tendo analisado em por

menor os relatórios periodicamente elaborados pelos mesmos e promovido encontros para um acompanhamento mais próximo e aprofundamento do conhecimento sobre as matérias relevantes relacionadas com as áreas de Risco e de Auditoria.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade do Auditor Externo do Moza Banco, nomeadamente a KPMG, tendo promovido um encontro para se inteirar do planeamento da auditoria, das matérias relevantes de auditoria, dos procedimentos a serem executados para a formação da opinião de auditoria e do entendimento sobre o sistema de controlo interno do Moza Banco.

No âmbito das suas atribuições legais e regulamentares, o Conselho Fiscal analisou operações creditícias com entidades correlacionadas ao Moza Banco, tendo emitido os devidos pareceres, conforme estabelecido em regulamentação específica.

O Conselho Fiscal esteve igualmente presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo intervido sempre que se mostrou necessário.

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras e os seus anexos incluindo as políticas contabilísticas e os critérios contabilísticos adoptados com referência a 31 de Dezembro de 2021. Após o exame efectuado às Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal concluiu que as mesmas se encontram elaboradas de acordo com os requisitos legais e com as normas contabilísticas aplicáveis, espelhando de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Moza Banco e o resultado das suas operações no período, à data de relato.

O Activo do Moza Banco sofreu uma redução de 5% quando comparado com o ano anterior, apresentando um valor de 45.108 Milhões de Meticals.

A redução verificada é, por sua vez, resultado da redução da rubrica de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes motivada pelo reconhecimento de imparidades e o consequente saneamento do Balanço efectuado em 2021.

O Banco apresenta um Resultado Líquido do Exercício negativo no montante de 1.381 Milhões de Meticals, que contrastam com o valor positivo de 146 Milhões de Meticals obtidos no ano anterior.

Afectam negativamente os resultados do presente ano, o reforço das imparidades de crédito, sendo de realçar o reconhecimento de uma imparidade no montante de 1.400 milhões de Meticals relacionados com uma operação, em particular.

Os Capitais Próprios do Banco tiveram um acréscimo de 7% quando comparados com o ano anterior, apresentando um valor de 8.497 Milhões de Meticals, no final do exercício de 2021.

A variação dos Capitais Próprios do Banco é resultado do efeito de uma operação de aumento de capital efectuada no ano em análise, no montante de 1.953 milhões de Meticals e do Resultado Líquido Negativo no montante de 1.381 Milhões de Meticals já referido anteriormente.

Constatou-se uma melhoria a nível de todos os indicadores prudenciais no ano de 2021. Os Fundos Próprios Regulamentares, calculados de acordo com as regras do Banco de Moçambique, ascendem a 5.584 Milhões de Meticals o que resulta num rácio ... de 26,42% (2020: 19,09 %), o rácio de liquidez apresenta um valor de 44,55% (2020: 42,53%) e o rácio de Solvabilidade um valor de 23,21% (2020: 14,83 %).

Foi apreciado o *esboço/draft* do Relatório do Auditor Independente, KPMG, relativo às Demonstrações Financeiras do Moza Banco referentes ao exercício de 2021, com o qual concordamos.

Foi examinado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021, de onde se concluiu que o mesmo permite uma fácil e clara compreensão da situação económica, da evolução dos negócios e da rentabilidade obtida no exercício.

No que concerne a proposta de aplicação de resultados elaborada pelo Conselho de Administração, a qual contempla a transferência para a rubrica de Resultados Transitados do prejuízo verificado no exercício no montante de 1.381 milhões de Meticals, foi verificada a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Parecer

Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da Lei, dos Regulamentos emanados pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora, e dos Estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer de que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprove as contas referentes ao exercício de 2021;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;

- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Como nota final, o Conselho Fiscal expressa ao Conselho de Administração e demais órgãos estatutários, bem como aos trabalhadores do Banco, em geral, o seu profundo agradecimento pela colaboração prestada no exercício da sua acção de fiscalização, durante o exercício findo de 2021.

Maputo, 24 de Abril de 2022

O Conselho Fiscal

Irene Maurício – Presidente do CF

Anastácia C. Cuna – Vice-Presidente do CF

Nuno Domingues – Vogal do CF

Isaltina Nhabinde – Suplente do CF

KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.203, Nº 11 C
Maputo, Moçambique

Teléfono: +258 (21) 388 200
Telex: +258 (21) 313 368
Cassa Postal: 2487
Email: moza@kpmg.com
www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas do Moza Banco, SA

Opinião

Analisamos as demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A. ("O Banco") constantes das páginas 6 a 94, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, e a demonstração de resultados e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais a posição financeira do Moza Banco, S.A em 31 de Dezembro 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Base de opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's). As nossas responsabilidades nos termos das referidas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais (Código IECSA)* do conselho Internacional de Normas Éticas para Contabilistas e de acordo com outros requisitos éticos aplicáveis à realização de auditoria e demonstrações financeiras em Moçambique, e cumpriámos as nossas outras demais responsabilidades éticas, em conformidade com estes requisitos e o Código IECSA. Entendemos que as provas de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parece conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório de auditoria, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade da Administração em relação as demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa sendo factível.

Responsabilidade dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras como um todo e não sobre distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma distorção de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório de auditoria, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Conferenciamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as competências de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, OCA/COM/2014

Representada por:

Abel José Gonçalves OCA/COM/2014
Sócio
4 de Abril de 2022